Universidade de São Paulo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

# Resistências Sagradas

Pátio do Colégio, secularização e reconstrução.



João Carlos Santos Kuhn

#### João Carlos Santos Kuhn

# Resistências Sagradas

Pátio do Colégio, secularização e reconstrução

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

#### ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

#### **ORIENTADOR:**

Prof. Doutor Renato Cymbalista.

São Paulo 2016

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa. São Paulo, 15 de julho de 2016. Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-MAIL DO AUTOR: jcskuhn@gmail.com

Kuhn, João Carlos Santos .

K96r

Resistências sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução / João Carlos Santos Kuhn. - São Paulo, 2016. 146 p.: il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP. Orientador: Renato Cymbalista

- 1. Resistência 2. Igreja católica São Paulo (SP) 3. Representação
- 4. Companhia de Jesus São Paulo (SP) 5. Memória cultural São Paulo (SP)
- 6. Pátio do Colégio São Paulo (SP) 7. A.S.I.A 8. São Paulo (SP) História
- 9. Sagrado 10. Relíquias I.Título

CDU 711.523

	DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESEM HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETUR URBANISMO.
APROVADO EM:	
BANCA EXAMINAD	ORA:
Prof. Dr.	Instituição
Julgamento	Assinatura
JulgamentoProf. Dr	Assinatura Instituição
JulgamentoProf. Dr.	AssinaturaInstituiçãoAssinatura

Nome:

KUHN, João Carlos Santos.

Com muito carinho,

Aos meus pais, Adalberto e Nelita Kuhn Meus irmãos, Maria Angélica e Gilmar Kuhn Ao meu querido Jorge Ferreira.

### Agradecimentos

Agradeço inicialmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo auxílio financeiro necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado, assim como pelo apoio para a participação nos congressos realizados no período da pesquisa. Agradeço ainda ao parecerista que acompanhou e avaliou meu trabalho com suas considerações que auxiliaram ao melhor desenvolvimento desta dissertação.

No processo de busca para a realização deste, que é um dos meus grandes objetivos profissionais, encontrei pessoas preciosas que me ajudaram a construir um percurso que acredito estar apenas começando: ser um pesquisador. Entre tantas que passaram pelo meu caminho, algumas merecem especial consideração.

Como um grande presente, tive a sorte de encontrar meu orientador, Renato Cymbalista, que desde os primeiros contatos mostrou-se não apenas interessado pelo que eu tentava falar, mas, acima de tudo, respeitou-me e soube guiar-me com muito cuidado e seriedade no percurso da pesquisa que apresento. Com toda a paciência do mundo, fez-me sentir muitas vezes importante, valorizando e discutindo as ideias e materiais que aos poucos fui reunindo e não se limitou a orientar-me apenas na pesquisa, mas em muitos aspectos da minha vida. Registro aqui meu mais sincero agradecimento e reconhecimento pelo profissional sério, comprometido e competente que ele se mostrou ao longo desses anos e em quem me espelho.

Para chegar ao Renato, em um período em que me encontrava sem muito rumo, duas queridas professoras tiveram um papel de grande importância. Com grande delicadeza e generosidade, as professoras Ana Lanna e Joana Mello indicaram caminhos e fizeram-me

<sup>1</sup> Número do processo: 2013/12059-0.

acreditar na seriedade de uma boa pesquisa acadêmica. A elas, meu eterno agradecimento, carinho e admiração. Agradeço também aos professores Solange Ferraz de Lima, pela seriedade com que observou meu trabalho e por todo o cuidado ao colocar suas importantes considerações na banca de qualificação, assim como por todo o apoio com a pesquisa nos meses seguintes; e ao professor Paulo César Garcez Martins pela leitura, considerações e participação na banca de defesa desta dissertação.

No início de toda essa busca, ainda em Brasília, duas grandes amigas impulsionaramme a dar continuidade à minha formação. Emilía Stenzel e Gabriela Izar, minhas orientadoras na graduação, estiveram presentes em muitos momentos, sempre dispostas a auxiliar-me e animar-me, levando-me cada vez mais a admirar a profissão de arquiteto e pesquisador. A vocês, meu amor!!

Ainda no universo acadêmico, agradeço ao grupo de pesquisa do qual faço parte, Lugares de Memória e Consciência, liderado pelos professores Renato Cymbalista (FAU/USP) e Simone Scifoni (FFLCH/USP) e por todos os componentes do grupo que se tornaram bons amigos: Karoline Barros, Giovanna Fluminhan, Gustavo Marques, Victor Martins, Ana Paula Santana Bertho, Anaclara Volpi, Alexandre Lins, Ricardo Assumpção, Kim Hoffmann, Aline Fidalgo, Martha Bucci, João Pinhata, entre tantos outros. Obrigado por fazerem desse processo algo muito prazeroso e enriquecedor.

Agradeço também aos funcionários das instituições em que realizei a pesquisa: Silvia Maria Azevedo (Biblioteca do Pátio do Colégio), Gladis Schmidt (Biblioteca do Colégio São Luis), Norma Shizue Haru (Biblioteca Mario de Andrade), Prof. Adilson José e Vagner Gusmão (Museu Paulista), Jair Mongelli (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo), além dos funcionários do Arquivo Histórico de São Paulo e Biblioteca da FAU/USP.

Aos meus queridos amigos que tenho tanto carinho: Bruna Albano, Fábio Balico, Nicole Melo, Karina Sousa, Herbeline Holanda, George Almeida, Lane Rigatto, Isadora Ribeiro, Marcelo Honório, Régis Godoy, Raquel de Oliveira, Simone Evans, Lívia Vilela, Camila Fuego, Jaqueline Medonça, Letícia Benatti, Lívia Godoy, Pedro Guimarães, Walmick Campos, Patrícia Aguiar, entre tantos outros que me alegram todos os dias.

À minha querida Tayssa Frida Consigliero, por ser minha amiga e irmã, suporte em todos momentos e de quem quero estar perto por toda a vida. Foi o grande presente que a vida me deu.

À Elisa Nogueira Cavaca, que além de sua preciosa amizade que me diverte e me engrandece, auxiliou-me com seriedade e competência na revisão deste trabalho.

À minha família, sempre presente e amorosa. Meus pais, Adalberto e Nelita, por sempre me apoiarem nas minhas escolhas e por serem segurança em dias complicados. Ao meu irmão Gilmar e sobrinhos Amanda e João Paulo, pelo carinho. À minha irmã amada, Maria Angélica, por estar sempre por perto, extraindo meu melhor, e aos meus sobrinhos, Byron Henrique e Ana Caroline. Sem vocês, nada disso seria possível. Essa conquista dedico especialmente a vocês!

E, por fim, ao meu querido Jorginho (Jorge Ferreira), por ter uma paciência inigualável, dando-me suporte nesse período de pesquisa e um amor que me levanta.

### Resumo

KUHN, J. C. S. Resistências Sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução. 146f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação tem como objetivo analisar como a dimensão religiosa fortaleceu o processo de devolução do terreno do Pátio do Colégio para a Companhia de Jesus em 1954 e, posteriormente, a reconstrução do conjunto arquitetônico, iniciada a partir de 1955. Analisando a permanência e a manutenção da memória do conjunto jesuíta a partir de 1810 até a devolução do terreno para a ordem e o início da construção do conjunto a partir da década de 1950, além da dispersão e da preservação de objetos tidos como sagrados oriundos das antigas edificações do Pátio do Colégio, busca-se entender como grupos ligados à Igreja Católica e, em especial, à Companhia de Jesus influenciaram no retorno do caráter sagrado desse território gradativamente secularizado a partir da expulsão dos jesuítas no século XVIII, auxiliando na reconstrução e validação do conjunto religioso.

#### PALAVRAS-CHAVE:

Resistências, Sagrado, Memória, Igreja Católica, Representação, Relíquias, Companhia de Jesus, A.S.I.A., Pátio do Colégio, História de São Paulo.

### **Abstract**

KUHN, J.C.S. Holy Resistance: Pátio do Colégio, secularization and reconstruction. 146f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation aims to analyze how the religious dimension strengthened the return of the land of Pátio do Colégio to the Society of Jesus in 1954 and the reconstruction of the architectural complex started in 1955. Based on the preservation and maintenance of the Jesuit architectural ensemble from 1810 to the return of the land to the order and the beggining of the construction in the 1950s, in addition to the dispersion and preservation of objects considered sacred that came from the old buildings of the Pátio do Colégio, we seek to understand how groups linked to the Catholic Church and the Society of Jesus influenced the return of a sacred character to a territory gradually secularized since the expulsion of the Jesuits in the eighteenth century largely assisting in the reconstruction and validation of the religious complex.

#### **KEYWORDS:**

Resistances, Sacred Memory, Catholic Church, Representation, Relics, Society of Jesus, A.S.I.A., Relics, Pátio do Colégio, History of São Paulo.

## Lista de Abreviações

A.S.I.A. - Antiqui Societatis Iesus Alumni (associação dos antigos alunos jesuítas).

CESAD/FAU.USP - Seção de Produção de Bases Digitais para Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**CONDEPHAAT** - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

FAU/USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FCM - Federação das Congregações Marianas.

FFCL/USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

IHGSP - Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.

PDC - Partido Democrático Cristão.

PRP - Partido Republicano Paulista.

PSD - Partido Social Democrático.

TFP - Tradição, Família e Propriedade.

USP - Universidade de São Paulo.

### Sumário

#### Introdução 13

Linha do Tempo: Pátio Do Colégio 23

#### Capítulo 1 - Permanências da memória 24

- 1.1 A paisagem toponímica do Pateo do Collegio no Império 28
- 1.2 O novo lugar da memória do Colégio dos Jesuítas: o Museu Paulista e o monumento aos fundadores de São Paulo 38
- 1.3 O retorno de um topônimo: renomeação, lembrança e reconstrução do conjunto jesuítico 43
- 1.4 IV Centenário da Fundação de São Paulo: o Pátio do Colégio como marco fundador e religioso de uma cidade em crescimento 52

#### Capítulo 2 - Articulações intelectuais e políticas 57

- 2.1 O retorno da Companhia de Jesus: os colégios jesuítas em São Paulo 62
- 2.2 Antiqui Societatis Iesus Alumni: a associação dos antigos alunos em São Paulo **65**
- 2.3 A A.S.I.A. e a defesa do Pátio do Colégio: intelectuais e políticos paulistanos responsáveis pela devolução e reconstrução do conjunto. 67

#### Capítulo 3 - Materialidades sagradas 82

3.1 A igreja do colégio e seu território sagrado: degradação, resistências e demolição 84 As imagens e os objetos pertencentes à igreja do colégio (1827 e 1861) 92 3.1.2 Com a demolição, o início da dispersão da igreja 95 3. 2 A dispersão da Igreja Bom Jesus 98 3.2.1 Igreja de São Gonçalo: local do retorno da Companhia de Jesus em São Paulo 100 3.2.2 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte 102 3.2.3 Seminário Episcopal 104 3.2.4 Igreja Sagrado Coração de Maria e nova Catedral da Sé 104 3.2.5 Museu de Arte Sacra de São Paulo (antigo Mosteiro da Luz) 107 3.2.6 Colégio e asilo Nossa Senhora da Luz 112 3.2.7 Museu Paulista 112 3.3 As manifestações religiosas no Pátio do Colégio: o retorno do espaço sagrado 115 3.4 A construção da Cabana Primitiva e o início da reagregação das relíquias 123

#### Conclusão 130

#### Listas

Lista de figuras 132 Lista de mapas 137 Lista de tabelas 137

#### Referências

Bibliográficas 138
Periódicos 143

Documentos 145

## Introdução

Neste Lugar, há quatrocentos anos precisamente, ergueu-se uma escola. Ao lado da escola, uma igreja. Da igreja pobre, modesta, e da escola de toscos brancos, nasceu uma cidade: esta que hoje constitui o orgulho da toda uma Nação.

A rigor, o que desejo dizer não é a inteligência que o dita, mas o coração. A rigor também, devera dizê-lo de joelhos. (...) Bendita a cidade a que Deus reservou a fortuna de nascer de uma igreja e de uma escola! Nem mais gratos auspícios podem ser ambicionados, pois se numa se aprendem os caminhos da vida, na outra se ensinam as veredas do céu.

E é esse binômio idealista que dá excepcional relevância à obra dos padres mestres da Companhia de Jesus, e os faz justamente credores da gratidão dos paulistanos, dos paulistas e dos brasileiros. (...) Que esse clarão abençoado nos guie para um radioso destino: o destino que eles, com humildade e com fé, com firmeza e devoção, vislumbraram um dia, há quatrocentos anos, ao plantar uma cidade entre a Cruz e o Livro, para maior grandeza da Pátria e para maior gloria de Deus (Rezende, 1954, p. 8).

Exaltando a religiosidade e a ação da Companhia de Jesus em meio às celebrações do IV Centenário de Fundação de São Paulo em 1954, o então secretário da educação Moura Rezende discursou no Pátio do Colégio perante o lançamento da pedra fundamental da reconstrução do conjunto da igreja e colégio dos jesuítas, que se iniciaria a partir daquele ano.

Tal discurso, que em grande medida validou o polêmico processo de devolução do terreno para a Companhia de Jesus, anunciou também um processo singular de reconhecimento oficial de que tal território, além de ser um lugar de importantes memórias para a história da cidade, retomava também sua função como um local de manifestação religiosa querido e defendido pelos fiéis e religiosos católicos e por simpáticos à ordem jesuíta.

O território esteve sob os cuidados da Companhia de Jesus desde sua fundação em janeiro de 1554 até a primeira expulsão da ordem em 1640, devido a incompatibilidades entre paulistas e jesuítas "motivado pela célebre questão da captura e escravidão dos indígenas" (Moraes, 1979, p. 23). Com o retorno da Companhia de Jesus a São Paulo, após exílio de treze anos, o conjunto religioso voltou a pertencer à ordem e permaneceu sob sua responsabilidade até 1760, quando ocorreu a segunda expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e a supressão temporária da ordem religiosa na Igreja Católica. Com a última expulsão, todos os bens pertencentes à Companhia de Jesus foram assumidos pela coroa portuguesa,² que transformou o colégio jesuíta em "Palácio dos Capitães-Generais Governadores de São Paulo" (Taunay, 1954, p. 35), que posteriormente tornou-se sede do governo republicano em São Paulo, passando por reformas de modernização na fachada do antigo colégio e mantendo inalterada a fachada da Igreja Bom Jesus.

Com o tempo, a Igreja Bom Jesus passou a sofrer com a falta de manutenção. Tal fato levou a edificação a ser interditada em 1891, por supostamente apresentar riscos para os fiéis e transeuntes da região. Em julho do mesmo ano, a igreja passa a integrar o patrimônio do Estado, sendo assim autorizada a demolição da edificação para servir de sede para o Congresso Constituinte de São Paulo. Amparada pelos princípios gerais de direito de 1760, que regiam a propriedade eclesiástica, a Igreja Católica — então responsável pela Igreja Bom Jesus — buscou reverter judicialmente a decisão do Estado. Tal embate judicial estendeu-se por cinco anos e somente teve sua resolução com o desabamento do teto da igreja, ocorrido após uma tempestade em 1896, o que fortaleceu a decisão final de demolição completa da edificação.

Nesse ano, a igreja foi demolida, reforçando o movimento de laicização no local, pelo qual a Primeira República muito ansiou. Com a transferência do Palácio do Governo para os Campos Elísios em 1912, o edifício tornou-se o Palácio dos Despachos até 1932 e, posteriormente, sede da Secretaria da Educação até 1953.

<sup>2</sup> Segundo Salgado (1976, p. 95), uma vez "incorporados os bens da Companhia à fazenda d'El Rei, o Colégio, que era o melhor prédio da vila, passou a servir de moradia ao bispo de São Paulo, D. Frei Galvão, de 1760 a 1764. Em seguida, veio habitá-lo o governador capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado Matheus, que nele permaneceu de 1765 a 1775."

Então, por decisão do governo vigente, toda a edificação foi demolida e o terreno foi devolvido aos cuidados da Companhia de Jesus. Esse ato potencializou um conjunto de discussões que já ocorria acerca do destino do território e que resultou no processo de reconstrução realizado em duas etapas: a do colégio iniciada em 1954 e a da igreja em 1976.

O valor simbólico do conjunto urbano do Pátio do Colégio, reconhecido como importante parte de São Paulo, faz do lugar um território quase obrigatório na historiografia da cidade.³ Entretanto, é a partir da década de 1970, após a polêmica devolução do terreno do Pátio do Colégio para a Companhia de Jesus e o conturbado processo de reconstrução do conjunto (igreja e colégio), que se observa uma produção bibliográfica específica acerca do local.

Nesse período, a produção intelectual em torno do Pátio do Colégio refletiu o forte embate entre dois grupos. O primeiro defendia a reconstrução como testemunha da fundação de São Paulo e ponto inicial da ação religiosa na cidade, o que pode ser observado principalmente nas obras de César Salgado, Geraldo Dutra de Moraes e na publicação de uma edição especial da *Revista do Arquivo Municipal*<sup>4</sup>, enquanto o segundo grupo observou a reconstrução como um ato prejudicial, com danos irreversíveis ao patrimônio histórico, representado principalmente pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Como se sabe, o desfecho foi pela reconstrução do conjunto.

Com o colégio já reconstruído e com o início das obras da Igreja Bom Jesus, Augusto César Salgado, um dos principais agentes na campanha de reconstrução do conjunto, escreveu sua obra *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola*. Publicada em maio de 1976, pela Gráfica Municipal, a obra buscou suprir a falta de trabalhos sistemáticos que compreendessem a história do conjunto a partir da fundação da cidade e do colégio, com o erguimento, no século XVI, da cabana primitiva, até os dias em que se escreveu o livro.

<sup>3</sup> Entre os principais historiadores e cronistas que observaram o local pode-se destacar: Padre beneditino Frei Gaspar Madre de Deus, considerado um dos primeiros historiadores da capitania de São Paulo (Madre de Deus, 1975[1746], pp. 119-141); Washington Luís, historiador, advogado e político, que analisou o colégio dos jesuítas como um importante centro de catequização para o índio que, diferente dos bandeirantes, os jesuítas "transformava-o em ser social, humanizava-o fazia dele uma força criadora e um irmão." (Luís, 1918, p. 123). Taunay que refêz a história seiscentista da vila de São Paulo mantendo a idéia de sua fundação pelos inacianos, onde pelo "pequenino e tosco colégio inaciano [...] célula mater da magnífica metrópole hodierna" (Taunay, 1954, p.11) se iniciaria a vida piedosa e civilizada de São Paulo; Paulo Cursino de Moura, em 1932, escreveu uma compilação de reportagens onde observa o então Largo do Palácio como o mais antigo logradouro da cidade, fruto de um milagre de Anchieta e Serafim Leite (1936) que observou o conjunto como um lugar sagrado, onde descreveu, no livro História da Companhia de Jesus no Brasil, o conjunto jesuítico, não apenas relatando as diversas transformações físicas do conjunto, mas também observando as atividades religiosas e costumes da sociedade que viviam ao redor do Pátio do Colégio como, por exemplo, o local de sepultamento de figuras importantes da época.

<sup>4</sup> Em 1975 foi publicada pela Gráfica Municipal uma edição especial da Revista do Arquivo Municipal. Na edição 187 da revista é possível encontrar textos de Carlos Alberto Gomes Cardim, Aurelino Leite e Pe. Helio Anbrabches Viotti,(importantes personagens no processo de reconstrução), além de Tito Livio Ferreira, Alexandre Mello e Nilva. Mello, Enzo Silveira, Celso Maria de Mello Pupo, Wilson Maia Fina, Henrique Alves, Antonio Barreto Amaral, Jose Anthero Pereira Junior, Álvaro do Amaral, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Geraldo Goulart, João Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, João Gualberto de Oliveira, Vinícios Stein Campos, Mario Savelli e Pedro Brasil Bandecchi.

Fruto do levantamento de documentação (artigos, crônicas, discursos, conferências e opúsculos) e de experiências vividas pelo autor no processo de reconstrução, a obra considerou o novo conjunto como um importante monumento da fundação da cidade e local sagrado da manifestação religiosa católica em São Paulo. Para Salgado, tanto o livro como a própria edificação serviriam como "comprovantes históricos" que naquele momento teriam a função de manter "a crença em certos valores éticos, que impedem e, a mercê de Deus, continuarão a impedir a deformação do homem, feito à imagem e semelhança do Criador" (Salgado, 1976, p. 12).

Em notificação publicada em 9 de junho de 1975, o CONDEPHAAT solicitou o pedido de tombamento do sítio arqueológico constituído pelos restos da antiga Igreja do Pátio do Colégio. Buscando invalidar a pretensão do órgão de preservação, César Salgado escreveu, em junho de 1976, o documento *Em defesa do Patrimônio Histórico do Pátio do Colégio*, em que enumerou e rebateu todos os argumentos colocados pelo órgão,<sup>5</sup> considerando-os improcedentes e apontando que tais agentes — tanto o órgão de preservação quanto os que se apresentavam contra a reconstrução do conjunto — buscavam uma nova tentativa de expulsão da Companhia de Jesus do território paulistano.<sup>6</sup> Tal documento seria anexado a uma nova edição do livro por ele escrito como mais uma forma de documentar o processo de reconstrução e reforçar o valor da edificação para a cidade.

Em abril de 1977, em resposta a Salgado, diante da decisão favorável à Companhia de Jesus que permitiu a continuação das obras, o CONDEPHAAT escreveu o documento *O sítio urbano original de São Paulo: O Pátio do Colégio*. Considerando a reconstrução como pastiche, o documento tinha a premissa de que "tanto nas artes como na ciência (...) nenhuma réplica, cópia ou simulacro pode superpor-se ao documento original ou prender usurpar-lhe seu valor próprio" (Condephaat, 1977, p. 9). Defendendo o terreno como um sítio arqueológico (local em que, por fim, decidiu -se pela reconstrução da Igreja Bom Jesus), o órgão declarou seu descontentamento tanto com a decisão tomada pelo estado como com as colocações de César Salgado nos livros, documentos e periódicos publicados no período em que as obras estiveram paralisadas, tornando público o não reconhecimento da reconstrução como patrimônio histórico.

<sup>5</sup> Segundo Salgado "tais argumentos podem ser assim enunciados: a) As normas que regulam a restauração de monumentos arqueológicos vedam a reconstrução de edifícios totalmente destruídos"; b) Em face da Carta de Veneza, deve-se condenar qualquer tentativa de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio; c) Não há documentos que permitam a reconstrução fiel da Igreja, demolida em 1896; d) O Governo da época, mediante o pagamento da indenização de trezentos e cinqüenta contos de reis, investiu-se no direito de propriedade da Igreja, improcedendo, portanto, qualquer reivindicação dos antigos donos daquele imóvel; e) A reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio desobedeceu ao preceito legal que impede qualquer obra num raio de trezentos metros em torno de edificações ou sítio tombado, sem prévia autorização do CONDEPHAAT." (Salgado, 1976, p. 11)

**<sup>6</sup>** "Conta a história que os jesuítas foram expulsos duas vezes do Pátio do Colégio: em 1640, porque defendiam a liberdade do índio; em 1759, porque não se dobraram ao marquês de Pombal. Será que se pretende expulsá-los mais uma vez do velho Pátio?" (Salgado, 1976, p.23)

Em 1979, ano em que se finalizou a reconstrução da Igreja Bom Jesus e em que foi inaugurado o conjunto do Pátio do Colégio, Geraldo Dutra de Moraes — historiador e membro do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo — escreveu A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo. Em consonância com Salgado, a obra assumiu um tom laudatório à reconstrução e à Companhia de Jesus. Moraes buscou, na primeira parte do livro, reunir um conjunto de informações e iconografia a fim de descrever a edificação do conjunto jesuíta e suas diversas transformações desde a expulsão da Companhia de Jesus no final do século XVIII até a demolição da igreja no fim do século XIX. Em um segundo momento, o autor buscou descrever as características (externa e interna) da Igreja Bom Jesus, assim como identificou alguns bens e obras de devoção que pertenceram ao conjunto e que foram dispersas por São Paulo.

Ainda em um discurso laudatório, em que a ação da Companhia de Jesus é destacada no processo civilizador da cidade, Hernani Donato (2008) procurou remontar o processo histórico do conjunto arquitetônico, evidenciando alguns agentes responsáveis pela reconstrução. Em uma espécie de atualização das obras de Salgado e Moraes, Donato evidenciou a ação da Companhia de Jesus após sua restauração e sua missão educacional através do Colégio São Luís – instalado em Itu e posteriormente na Avenida Paulista – e observou a reconstrução como um ato de justiça perante a Companhia de Jesus, parte importante no processo de restauração da ordem.

A partir do século XXI, outros estudos de cunho acadêmico se dedicaram a observar o papel do conjunto nas transformações da cidade e nas relações sociais, sem necessariamente ter o intuito de validar seu processo de reconstrução. Defendendo o Pátio do Colégio como um centro tradicional de São Paulo, Luís Otávio Silva (2001), em sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), pretendeu compreender a relação entre a dinâmica existente na produção espacial social da cidade e a questão simbólica, considerando o Pátio como o verdadeiro centro tradicional da cidade. Para o autor, o local seria referência da origem da cidade e detentor de um conjunto de significados simbólicos. Apropriando-se de tal leitura, o autor propôs um "processo de projeto" para a borda oriental da colina, onde os jesuítas se estabeleceram no século XVI, e para seu entorno imediato, como a antiga várzea do Carmo e arredores.

Solange Ferraz de Lima (2003), analisando as transformações ocorridas no local, propôs um exercício de leitura da trajetória desse espaço através de um conjunto iconográfico que reúne cartões-postais e álbuns fotográficos. A autora observou nos postais produzidos entre o final do século XIX e o início do século XX, em sua maioria executados por Guilherme Gaensly, que o local era textualmente descrito como "Palácio do Governo", sem qualquer referência que remetesse ao Pátio do Colégio. Tal descrição foi vista pela historiadora como "sintomática de um processo inicial de esvaziamento

de funções" (Lima, 2003, p. 67). Os cartões-postais que circularam entre 1890 e 1910, atualmente partes do acervo do Museu Paulista, destacam o local como um espaço cívico que sofreu uma perda progressiva de significados e práticas sociais, onde foi supressa primeiro a função religiosa e, depois, a função política, com a transferência do Palácio do Governo para Campos Elísios. A partir da década de 1940, o Pátio voltou a ser debatido sob a perspectiva do patrimônio e de uma narrativa de reafirmação do passado paulista.

Assumindo que o processo de reconstrução do Pátio do Colégio não foi unânime em toda sua trajetória, Roberto dos Santos Canado Junior (2014) buscou documentar, na sua dissertação de mestrado defendida na FAU/USP, as disputas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970. Identificando os discursos (favoráveis e desfavoráveis) referentes ao processo de reconstrução, o historiador pretendeu mapear seus interlocutores com o intuito de problematizar a noção de preservação dos edifícios, ou mesmo de sua reconstrução, utilizada no período em que se desenvolveram as obras, buscando assim recuperar os sentidos sociais da trajetória do conjunto jesuíta.

Os trabalhos mencionados tiveram fundamental relevância para a recuperação da história das transformações do território do Pátio e de suas edificações e auxiliaram na construção do objeto específico deste trabalho. Observa-se aqui uma dimensão muitas vezes mencionada, mas não tão aprofundada, e que assume um papel importante para essa pesquisa: a dimensão religiosa do Pátio do Colégio.

Além da função institucional, o colégio e sua igreja são percebidos pelos religiosos jesuítas como base da evangelização e catequização em São Paulo. Segundo Santos (2007), o colégio de São Paulo foi o lugar onde a Companhia de Jesus colocou em prática as orientações das fórmulas<sup>7</sup> de sua ordem: "a pregação da fé por meio do ministério da Palavra e da formação cristã das crianças e dos rudes" (2007, p. 168). Mesmo com as transformações ocorridas no colégio e a demolição da sua igreja, quando a ordem já restaurada se encontrava em São Paulo, é possível observar uma tentativa, por parte dos religiosos, em resgatar "tudo que se pôde recolher como relíquia e lembrança" como símbolos da memória sagrada do local (Castro, 1954, p. 39). O território e sua edificação, uma vez sacralizados na missa de fundação da missão jesuíta, ocorrida em 1554, permaneceriam — aos olhos desses religiosos — como um lugar sagrado, por ser palco de diversas manifestações sagradas, reafirmadas através dos rituais religiosos católicos.

Diante disso, um dos primeiros lugares pesquisados para entender o processo de reconstrução do conjunto sob esse aspecto religioso, assim como os agentes envolvidos e as tensões ocorridas, foi o acervo da Biblioteca do Pátio do Colégio, no centro de São Paulo. O local sedia atualmente coleções particulares pertencentes aos padres residentes

<sup>7</sup> LOYOLA, Inácio de. Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus.§1, in Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares - anotadas pela Congregação Geral XXXIV e aprovadas pela mesma, São Paulo, Loyola, 2004, 2004. p.29.

na comunidade do Pátio do Colégio, doações feitas por associações e entidades que funcionaram nesse mesmo espaço e documentos relacionados à história do Pátio. Nessa primeira pesquisa, foram localizados recortes de jornais publicados entre 1940 a 1984 acerca do processo de devolução do terreno à Companhia de Jesus e da reconstrução de todo o conjunto arquitetônico, assim como de debates e tensões ocorridas nesse período, que auxiliaram na construção de uma cronologia dos acontecimentos.

O levantamento realizado na Biblioteca do Pátio evidenciou um importante grupo que participou do processo de devolução do terreno, da reconstrução do conjunto jesuíta e da manutenção da memória do Pátio do Colégio e da Companhia de Jesus em São Paulo. A Antiqui Societatis Iesus Alumni (A.S.I.A.), associação dos antigos alunos jesuítas, grupo tradicional nas escolas jesuítas em todo o mundo, foi fundada em São Paulo em 1932. Realizando reuniões periódicas sempre acompanhadas pela comunidade jesuíta, a A.S.I.A. tinha como objetivo continuar a formação cristã e inaciana, ajudando a perpetuar assim a memória da Companhia de Jesus. Em São Paulo, o grupo composto por notáveis ex-alunos do Colégio São Luís participou ativamente dos movimentos em prol da devolução do terreno do Pátio do Colégio e posteriormente da reconstrução do conjunto (colégio e igreja) através de Campanhas de Gratidão aos Fundadores da Cidade de São Paulo, nas quais se reuniam as mais importantes personalidades da sociedade paulistana, contribuindo também para os interesses eclesiásticos da época.

Tal grupo foi parte da resposta dada pela Igreja Católica às suas perdas de privilégios no país, ocorridas a partir da instauração da República. Em um primeiro olhar, a separação entre Igreja e Estado traria para o território paulistano um gradativo movimento de laicização, expressão emblemática da passagem do espaço do sagrado ao profano (Marx, 1989). No entanto, a história revelou-se bem mais complexa: com o movimento de reação promovido pela Igreja, o discurso católico mostrou-se, a partir da década de 1920, um instrumento importante em um cenário intelectual que refletia sua declarada posição política contra o socialismo e o comunismo e, posteriormente, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, contra o nazismo e o fascismo. O Estado voltou a perceber a Igreja como uma importante aliada, que, adaptando-se ao discurso nacionalista difundido no período, insere-se na política através de atores leigos ligados à religião e à defesa de seus interesses.

Essas informações conduziram ao acervo da Biblioteca do Colégio São Luís, localizado na Avenida Paulista, onde foi encontrado um conjunto de fontes primárias de atas de reunião da A.S.I.A. desde sua fundação em 1932 até 1980. Além das atas, foi possível localizar um conjunto de exemplares dos anuários escolares a partir de 1952. Esses documentos desvelaram a ativa discussão dentro desse grupo em torno do Pátio do Colégio, em contraposição a uma leitura geral de que a ordem apenas assumiria uma postura mais ativa com o processo de reconstrução. Em consonância com as orientações dos religiosos jesuítas (seus antigos mestres), o grupo observava o Pátio do Colégio não apenas como o ponto inicial da cidade, mas como um lugar sagrado, símbolo da espiritualidade jesuíta.

Tanto a postura de reação por parte da Igreja Católica, que não se contentou com uma posição de total submissão diante do processo de laicização da sociedade, como a identificação da ação da Companhia de Jesus — que após sua restauração buscou fortalecer a participação da ordem religiosa em São Paulo — conduziram à percepção da relevância de estudar o processo pela chave desses grupos específicos: a Igreja Católica, os religiosos da Companhia de Jesus e um sem-número de representações que evocam o passado e a vocação religiosa do Pátio.

Considerando os possíveis atritos, os projetos derrotados, o luto e a capacidade de agência e de articulação política dos segmentos religiosos (como a dos jesuítas e da própria Igreja Católica), pôde-se fazer uma leitura dos processos de construção, destruição e reconstrução do Pátio "a contrapelo" dos processos de transformação material da cidade. Nessa abordagem, atentou-se para a complexidade que envolveu tais transformações, como os debates, as alternativas, as transformações de discursos, as derrotas que se revelaram temporárias (como a dos jesuítas) e as vitórias que também se revelaram efêmeras (como a da secularização do espaço).

Ulpiano Bezerra de Menezes (1996) buscou fazer uma introdução ao estudo histórico da iconografia urbana, privilegiando o olhar do historiador, em que inicialmente observou a cidade não como uma categoria estável e universal, mas como um ser social, que é necessário historicizar: "defini-la e explorá-la observando sua prática e representações pela própria sociedade que a instituiu e a transforma continuamente" (1996, p. 147). Para isso, propôs uma chave de leitura centrada na ideia de cidade entendida segundo três dimensões relacionadas em simbiose: a cidade como artefato, como campo de força e como imagem.

Contemplando a cidade como artefato (complexa, fabricada e historicamente produzida, resultado da natureza socialmente apropriada à qual se impôs forma e/ ou função e/ou sentido), o autor a observa como um produto e vetor de um campo de forças (econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais) em constantes tensões. Porém, além de artefato produzido pelas práticas sociais e pela atuação de um complexo campo de forças, a cidade é também intimamente orientada pelas representações sociais, sempre presentes, que dão conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), adicionando ao estudo da cidade outros aspectos, como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memória, ideologia, valores e expectativas.

As considerações de Ulpiano de Bezerra Menezes foram de grande contribuição para a estruturação dos resultados da pesquisa desenvolvida, que teve a intenção de observar a maneira como a dimensão religiosa fortaleceu o processo de devolução do terreno para a Companhia de Jesus e a reconstrução do conjunto arquitetônico do Pátio do Colégio. Buscou-se enfrentar a questão a partir das três chaves propostas pelo autor (imagem,

campo de força e artefato), organizando, dentro dessas polaridades, as fontes coletadas no percurso da pesquisa. Em um primeiro momento, a leitura pode parecer repetitiva por observar o processo de reconstrução, demolição e reconstrução por três vezes, mas a forma como o trabalho se estrutura revela que é possível retornar inúmeras vezes ao mesmo objeto e processo. Neste caso, atenta-se para os diferentes aspectos da dimensão religiosa do Pátio.

No Capítulo 1, entendendo o território do Pátio do Colégio e suas edificações como imagem, pretendeu-se realizar uma série histórica, buscando observar a permanência da memória do Pátio do Colégio após a expulsão da ordem jesuíta e o sequestro de todos os seus bens. Para isso, foram observados mapas da cidade produzidos entre 1810 e 1930, assim como relatos de época e iconografia, analisando as representações toponímicas do conjunto, a mudança de lugar da memória do Pátio do Colégio no período da Primeira República, o processo gradativo de retorno do nome e do caráter religioso ao seu lugar de origem e o lugar do Pátio do Colégio nas comemorações do IV Centenário de Fundação da cidade em 1954. Tais permanências podem ser percebidas como importantes indícios para a construção de um imaginário social paulistano acerca do conjunto que serviu, como será visto adiante, tanto para a construção da memória histórica da cidade de São Paulo como para a revalidação da memória religiosa do grupo jesuíta.

No Capítulo 2, abordando o espaço como campo de forças, focaliza-se a atuação política e religiosa da Companhia de Jesus no processo que envolveu o conjunto. Será analisado o retorno da ordem religiosa, sua readaptação no Brasil, em espcial na cidade de São Paulo, e sua ação educacional e política na formação de parte da elite paulistana, que posteriormente ajudou no processo iniciado na década de 1940, que culminou na devolução do terreno e na reconstrução do conjunto.

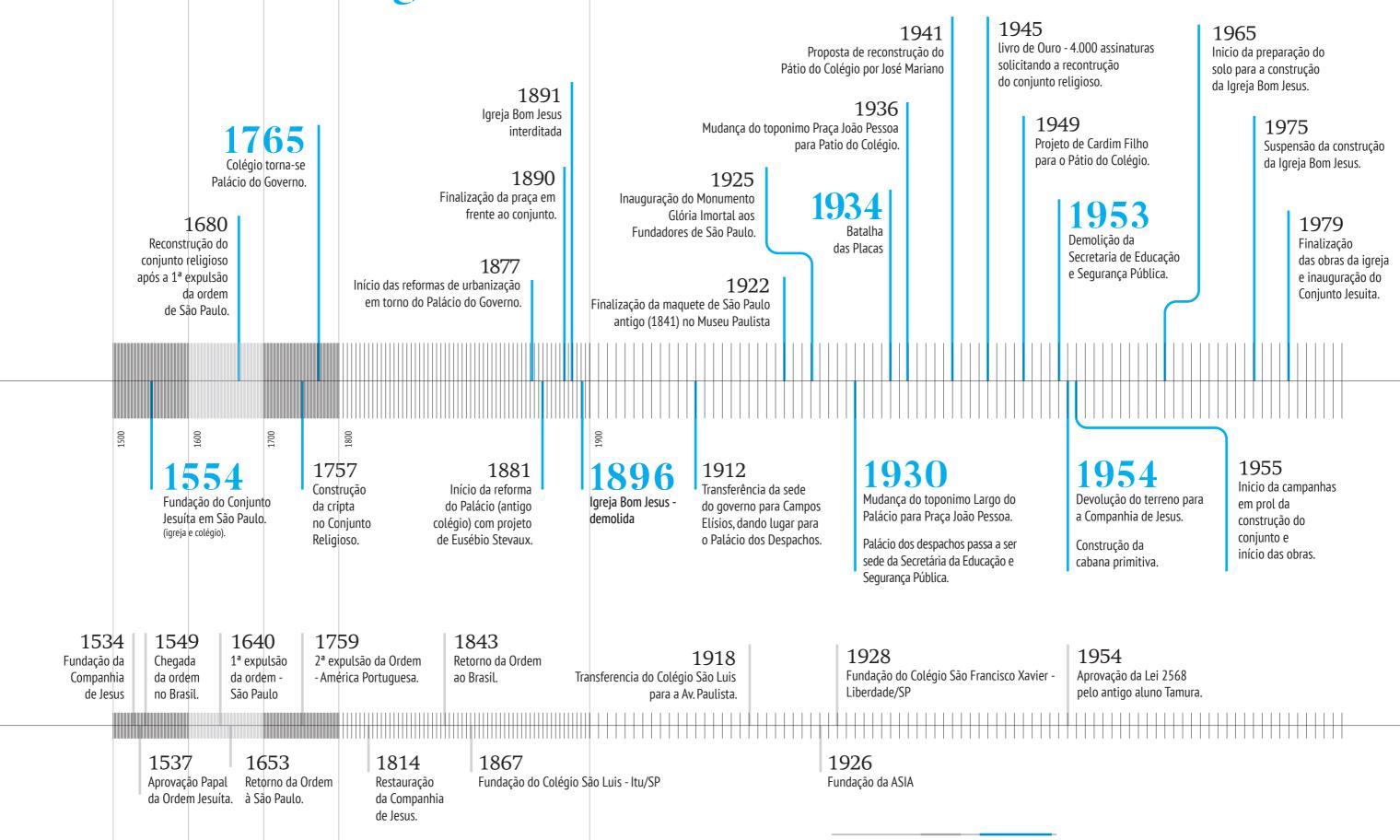
No Capítulo 3, é feita uma análise do local como artefato, em que são observadas as transformações materiais do Pátio do Colégio sob a perspectiva da religião e da esfera do sagrado. Com sua demolição, a Igreja Bom Jesus, última testemunha do sagrado e da memória jesuíta, é dispersa, porém seu caráter sagrado é preservado através da conservação das relíquias restantes da edificação por parte do clero e de simpatizantes da espiritualidade jesuíta em diversas igrejas e instituições religiosas, além do Museu Paulista. Nota-se também o retorno, a partir de 1920, do caráter religioso do sítio, através de eventos religiosos organizados por grupos ligados à Igreja Católica, mesmo antes do início do processo de reconstrução, e documenta-se o retorno de algumas relíquias que contribuíram para o fortalecimento e a validação das discussões acerca da reconstrução do conjunto, em um processo peculiar de "des-secularização" do território.

Além dos capítulos mencionados, construiu-se uma linha cronológica com os principais acontecimentos ocorridos no Pátio do Colégio e as ações da Companhia de

Jesus nesse processo, para consulta e melhor entendimento, caso seja necessário aos leitores desta dissertação.

Observar o elemento religioso e espiritual na fundação, demolição e reconstrução do conjunto jesuíta é uma forma de mostrar um processo conhecido e documentado sob uma nova perspectiva, que supera as ideias de "pastiche" e "simulacro" propagadas quando se analisa o conjunto sob a ótica do patrimônio construído, dando preferência a uma visão mais complexa das forças públicas, comunitárias e privadas que incidiram e incidem sobre o território e o urbanismo em São Paulo. Não se tem a intenção, nesta dissertação, de desqualificar ou invalidar os demais trabalhos que se voltam para o mesmo objeto e que adotam outras chaves de estudo para o local, em especial aqueles que tratam das discussões do patrimônio histórico e material do Pátio do Colégio. Deseja-se, sim, enfrentar a questão da destruição e da reconstrução do Pátio do Colégio sob o viés religioso, buscando contribuir com mais uma camada para o estudo do lugar.

# Pátio do Colégio | Linha do Tempo



### Capítulo 1

# Permanências da memória

Transformado em Palácio dos Capitães-Generais Governadores de São Paulo, o território que então representava o ponto inicial da ação religiosa jesuíta em São Paulo e local da fundação da cidade foi, a partir de 1765, renomeado como Largo do Palácio. Mesmo com a presença da Igreja Bom Jesus, parte integrante do conjunto jesuíta, a mudança de nome resignificou o lugar como um espaço de expressão do poder civil da cidade. Entretanto, mesmo com a mudança oficial do nome do local pode-se perceber a resistência da lembrança do antigo nome refletida em documentos produzidos a partir de 1810, aos quais se teve acesso. Ao longo do século XIX, essa resistência apareceu através de topônimos e referências nos mapas da cidade, periódicos de época e representações pictóricas até o início da década de 1900, quando o nome deixou de ser citado. Na década de 1930, o local volta a ser chamado de Pátio do Colégio.

A partir desse momento, a ideia simbólica de espaço sagrado foi também lentamente resgatada, sendo a retomada do nome um passo importante para a reversão do processo de secularização do território, que, a partir da década de 1940, refletiu-se na discussão de uma possível reconstrução considerada por grupos de intelectuais e políticos paulistas ligados a valores católicos, antes mesmo da devolução do terreno para a Companhia de Jesus.

Essa permanência, além de uma simples lembrança ou nomeação de um território, dá indícios, como colocado por Ginzburg (1989), da maneira pela qual um grupo social pode demonstrar seus valores, anseios e angústias através de sua relação com um lugar. Denis Moraes observou que as relações imagéticas compõem um imaginário social e "atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade". Essa memória afetivo-social possibilita identificar "as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade" (Moraes, 1997, p. 10).

Bronislaw Baczko notou que é por meio do imaginário que se pode atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e seus objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social expressa-se por ideologias e utopias e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos.

A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais (Baczko, 1985, p. 307).

Diante desse conjunto de imagens e representações que compõem um imaginário social, buscou-se observar no presente capítulo a permanência e a perpetuação do nome *Pateo do Collegio* como importante indício da construção do imaginário social paulistano em torno do conjunto e seu território. Utilizando mapas, imagens e relatos — de 1810 até o ato de devolução do território e início da reconstrução do conjunto em 1954 — procurou-se realizar uma série histórica acerca do local, observando as permanências relacionadas ao Pátio do Colégio, subjacentes à construção de um imaginário social religioso, apropriado pelo grupo que defendeu a reconstrução do antigo conjunto jesuíta na década de 1950.

Para essa análise, o texto foi composto de quatro seções principais: A paisagem toponímica do Pateo do Collegio no Império, onde buscou-se analisar a permanência do topônimo ao longo do século XIX; O novo lugar da memória do Colégio dos Jesuítas, em que o Pátio do Colégio deixa de ser uma referência da ação religiosa da Companhia de Jesus; O retorno de um topônimo, mostrando o início oficial do processo de "des-secularização"; e IV Centenário da Fundação de São Paulo, observando o local como marco fundador e religioso de uma cidade em crescimento.

O conjunto arquitetônico dos religiosos da Companhia de Jesus, instalado pela missão jesuíta na vila de Piratininga em 1554, recebeu diversos nomes, que podem ser percebidos nos relatos feitos pelo grupo aos seus superiores em Roma, assim como em inventários e em relatos referentes à cidade entre o século XVII e meados do século XVIII. Em abril de 1557, Anchieta, ao escrever suas cartas trimestrais, usou a expressão *Casa de São Paulo da Companhia de Jesus* (Donato, 2008, p. 94) para nomear sua missão. Devido ao nome da igreja, que era conhecida como Igreja do Senhor São Paulo, a vila de Piratininga passaria a ser chamada de Vila de São Paulo. Em 1612, o nome da igreja sofreu uma nova modificação a pedido do prelado do Rio de Janeiro:

em 1611, ao tratar-se de concluir a Matriz da Vila, o Prelado do Rio de Janeiro pediu aos jesuítas que a Matriz de São Paulo (inaugurada ao que parece em 1612) tivesse São Paulo como orago, que era o da Igreja da Companhia. O Provincial consentiu. A Casa da Companhia, que até aí era do "Senhor São Paulo", começaria a chamar-se de Santo Inácio (Leite, 1954, p. 28).

Em 1640, os jesuítas foram expulsos de São Paulo pela primeira vez, retornando em 1653, quando erigiram um novo conjunto igreja-colégio, devido ao mau estado em que foi encontrado o primeiro. No relato de Geraldo Dutra de Moraes (1979), pode-se perceber a mudança da Igreja de Santo Inácio para o nome de Igreja Bom Jesus. O autor atentou para um inventário de 1684 sobre a igreja, em que "menciona a existência, além do altar mor de **Nosso Senhor Bom Jesus** (Ecce Homo) padroeiro do templo, (...)" (Moraes, 1979, p. 29, grifo nosso).

A Igreja Bom Jesus, como ficou conhecida até sua demolição em 1896, e o Colégio dos Jesuítas, permaneceram sob os cuidados dos inacianos até a década de 1760, quando a ordem foi novamente expulsa de São Paulo por ordem do Marquês de Pombal e posteriormente extinta como ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo Donato (2008), esse processo não se limitou apenas à expulsão dos religiosos de São Paulo, mas também à tentativa de apagamento da sua história e das ações referentes à Companhia de Jesus.

Não se tratou apenas de eliminar aqueles padres. Buscouse também apagar a história e a atividade deles no Brasil. Os livros Tombos, Registros, Fábrica, Receita e Despesa, Batizados, Casamentos e Óbitos e volumosa massa de variados documentos foram levados a Lisboa e, tornou-se voz corrente, incinerados em fogueira de praça pública. Com eles foi a muito referida biblioteca do Colégio, considerada pelos acusadores uma coleta de livros "heréticos e nocivos" (Donato, 2008, p. 163).

A tentativa de apagamento da memória dos jesuítas por parte da coroa portuguesa, enfatizada por Donato, foi aparentemente confirmada com a mudança da função do antigo conjunto religioso em São Paulo, que, a partir de 1765, tornou-se residência do governador-geral da capitania, recebendo o nome de *Palácio do Governo*.

#### 1.1 - A paisagem toponímica do Pateo do Collegio no Império

Mesmo com as modificações toponímicas, o conjunto chegou ao início do século XIX com as características do antigo colégio jesuíta. Nesse período, o então *Palácio do Governo* começou a ser representado em produções iconográficas realizadas por artistas viajantes, que, a partir de 1807, são autorizados pela coroa portuguesa a adentrarem o interior do país. Em rápida passagem por São Paulo, Thomas Ender<sup>8</sup> (1792-1875), que teria passado pouco tempo em solo paulistano devido a problemas de saúde, produziu dezesseis desenhos e aquarelas acerca da cidade, dos quais apenas dois mostram aspectos mais detalhados de São Paulo<sup>9</sup> (Lago, 2003, p. 20). Considerado o documento iconográfico mais antigo de que se tem conhecimento acerca do colégio e igreja dos jesuítas, a representação de Ender intitula o conjunto como *Palácio do Governo em São Paulo*, e nela o artista não faz qualquer menção à memória jesuíta.

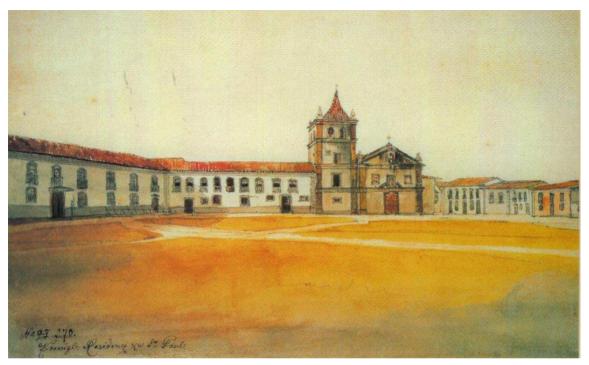


Fig. 01 - Palácio do Governo em São Paulo. AUTOR: Thomas Ender. ACERVO: Akademie der Blidenden Kunster Wien.

<sup>8</sup> Thomas Ender — artista profissional austríaco enviado pela Missão artística austro-alemã ao Brasil, organizado pela Princesa Leopoldina de Habsburgo com o objetivo de reunir informações sobre o país e constituir um museu brasileiro em Viena. Segundo Lago (2003, p. 20), dos dez meses que passou no Brasil, Ender permaneceu por volta de três ou quatro dias em São Paulo.

**<sup>9</sup>** Pedro Correa do Lago observa que devido ao pouco tempo de estadia em São Paulo, Ender haveria executado um "... maior número de panoramas (...), ao chegar e deixar a cidade" (Lago, 2003, p. 20), sendo ausente em sua pintura aspectos mais detalhados das ruas e demais edificações com exceção de uma imagem da Sé e do Palácio do Governo.

Em 1827, o local de fundação da cidade foi retratado por Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Professor de pintura histórica da missão artística francesa — organizada a pedido do rei Dom João VI sob liderança de Joachim Lebretom — Debret chegou ao Brasil em 1816, onde permaneceu por quinze anos, formando a primeira geração de pintores com treino acadêmico (Piccoli, 2001, p. 186). De 1826 a 1831, Debret viajou por várias cidades do país, inclusive São Paulo. O conjunto de desenhos realizados pelo pintor buscou acompanhar a "marcha progressiva da civilização no Brasil" (Piccoli, 2001. p. 190), narrando não apenas os fatos que compunham a história de uma nova nação, mas também investigando a trama social que constituiu tal cenário, que, ao emergir de um jugo colonial, apresentava-se como promessa de um grande futuro. Ao retratar o local, Debret descreveu-o como *Palácio do Governo de São Paulo*, local que naquele momento era visto como um dos símbolos dessa marcha progressiva da civilização na cidade, ilustrando os diversos grupos que compunham esse processo evolutivo.



Fig. 02 - Palácio do Governo em São Paulo - 1827. AUTOR: Jean Baptiste Debret. ACERVO: Coleção Ana Helena Americano de Araújo e Aluísio Rabelo de Araújo. São Paulo.

Entretanto, outro grupo de documentos demonstra, através dos topônimos e representações iconográficas referentes ao mesmo território, que a transição que ocorreu no local — de espaço religioso para espaço cívico e laico — não aconteceu de forma tão imediata.

Um conjunto de mapas acerca da cidade de São Paulo, confeccionados a partir de 1810, pode ser considerado como importante testemunho do passado colonial da cidade, mostrando a permanência dos topônimos que remetem ao antigo conjunto jesuíta. O álbum *São Paulo Antigo: Plantas da Cidade* (1954) reuniu reproduções *fac-simile* de onze plantas referentes ao desenvolvimento urbano da cidade ao longo do século XIX.

Juntamente com outros documentos, como cartas coloniais e quadros históricos sobre a cidade, os mapas reproduzidos em 1922 integraram uma exposição histórica do Museu Paulista na comemoração do centenário da Independência do Brasil (Brefe, 2005, p. 97) e foram posteriormente reunidos no álbum publicado na década de 1950 para os festejos do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo.

Observando o primeiro mapa da compilação, *Planta da Cidade de São Paulo de 1810*, que teria sido produzido entre 1807 e 1810 pelo engenheiro português Rufino Felizardo e Costa, <sup>10</sup> Eudes Campos descreveu São Paulo como uma "cidadezinha acaipirada que deixava o século XVIII ensaiando os primeiros passos em direção à intensificação da vida urbana" (Campos, 2008, p. 1). Ao analisar no mesmo mapa o *Palácio dos Capitães-Generais Governadores de São Paulo* pode-se perceber, através do nome atribuído ao local, a referência indicada por Rufino ao antigo conjunto religioso, uma vez que o autor nomeou o local como *Colégio dos Ext*° *Jesuítas* (Figuras 03 e 04).



**Fig. 03** - Detalhe da Planta fac-simile da cidade de São Paulo em 1810.

AUTOR: Rufino Felizardo.

A Cathedral V Pouze

B Capie de Catroquita X Canninhe da Luz

C Convente de S Bente V Canninhe de N.S. de O'

D Convente de Francisco V Cannenhe de Punhumo

**Fig. 04** - Detalhe da Legenda. "**B:** Collegio dos Extos Jesuitas." AUTOR: Rufino Felizardo.

ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

No Mapa Imperial da Cidade de São Paulo, feito a partir da planta de 1810 e atualizado em em 1841, Rufino Felizardo retratou novamente o conjunto, chamando-o tanto de Colégio dos Jesuítas como de Palácio do Governo. O conjunto é mostrado com a aparência que adquiriu com a reforma realizada entre 1741 e 1745, em uma ilustração bastante semelhante à imagem de Thomas Ender, porém com a alteração no telhado da igreja, visível na parte superior do frontão. É interessante observar que Rufino incluiu o nome Palácio do Governo, porém, mesmo com a extinção do colégio sete décadas antes, a toponímia sobreviveu, o que pode ser visto na indicação da Igreja Bom Jesus e do Colégio dos Jesuítas.

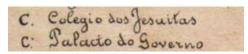
<sup>10</sup> Sobre o autor da planta, Campos (2008), observa: "sabemos que era de nacionalidade portuguesa. Nascido em 1784, servia como porta-bandeira em 1802 num dos regimentos de linha da guarnição paulista. Auxiliar de João da Costa Ferreira, executou o levantamento do Caminho do Mar, na época em que era segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros."



Fig. 05 - Ilustração do Palácio do Governo e Colégio dos Jesuítas em 1841. AUTOR: Rufino Felizardo. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.



**Fig. 06** - Detalhe do mapa fac-simile de **1841**. AUTOR: Rufino Felizardo. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.



**Fig. 07** - Detalhe da legenda do mapa.

AUTOR: Rufino Felizardo.

ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Na Planta da Cidade de São Paulo, de 1841 (Figura 08), o Colégio dos Jesuítas foi descrito como Pallacio da Presidencia e a igreja, como Igreja do Collegio, mesmo que simbolicamente o colégio já não existisse. Segundo Donato, a igreja que restou do antigo conjunto jesuíta já teria sido também renomeada para "Capela do Palácio e por um bom tempo chamada de Capela Imperial" (Donato, 2008, p. 215), o que demonstra que a memória referente ao antigo conjunto ainda estava muito presente no imaginário local.

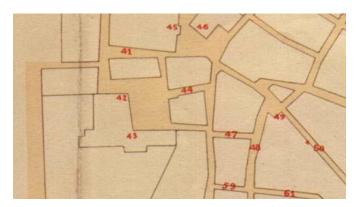
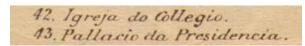


Fig. 08 - Detalhe do mapa fac-simile de 1841.



**Fig. 09** - Detalhe da legenda do mapa.

AUTOR: Carlos Bresser. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

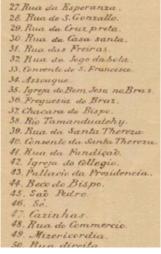


Fig. 10 - Detalhe do mapa: Legenda.

A mudança de nome percebida no mapa de 1841 foi mantida no *Mappa da Cidade de São Paulo e seus subúrbios*, também executado por Carlos Abraão Bresser em 1847, durante a administração do presidente da província Marechal Lima e Silva, em que a referência à antiga edificação é substituída pela indicação do *Palacio* (Figura 09). O mapa produzido por Bresser pode ser considerado, segundo Campos (2008), uma versão definitiva da planta de 1841, mas executada com natureza cadastral, sendo tomada como modelo para a confecção de uma nova planta encomendada pela Câmara Municipal nos anos 1850, mas não executada. Diferentemente do mapa de 1841, o autor privilegiou o nome *Palácio* como principal topônimo do conjunto, sem referência aos jesuítas.

Ainda que os mapas possam sugerir que o processo de mudança de nome do local estava consolidado, levando a crer que o território era enfim visto apenas como um local de manifestação cívica e política da cidade, a questão mostra-se um pouco mais complexa quando se observam outros meios de representação do local. Ao mesmo tempo em que Bresser chamou o local de *Palácio*, Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra<sup>11</sup> (Miguelzinho Dutra), com um "olhar profundamente nativo (...) na construção de um imaginário urbano" (Menezes, 1996, p. 154), retratou, em 1847, o conjunto como *Largo do Palácio do Governo e Igreja do Colégio dos Jesuítas*, retomando o antigo nome e apontando que a igreja e o colégio permaneciam naquele local.



Fig. 11 - Detalhe do mapa fac-simile de 1847. AUTOR: Carlos A. Bresser. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo



Fig. 12 - "Largo do Palácio e Igreja do Colégio dos Jesuítas", São Paulo, 1847. AUTOR: Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra. ACERVO: Museu Republicano de Itu/ Museu Paulista da USP.

Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra (Itu, SP, 1812 - Piracicaba, SP, 1875). Pintor, escultor, ourives, arquiteto, poeta, entalhador, decorador de igreja e musicista. Em 1841, Miguelzinho executou os desenhos que circundaram o primeiro mapa da cidade de São Paulo uma das mais importantes fontes de documentação iconográfica do estado de São Paulo do século XIX.

As primeiras fotografias do Pátio do Colégio apareceram em 1860, em especial aquelas de autoria de Militão Augusto de Azevedo (Lima, 2003, p. 63). Em uma fotografia, o artista retrata o Palácio do Governo em um evento cívico, utilizando o enquadramento para enfatizar o antigo colégio como centro administrativo e político de São Paulo. Porém, ao intitular sua fotografia como Igreja e Convento do Collegio Provincial servindo de Palácio do Governo, Thesouraria Geral e Provincial, Assembléia Provincial, Collectoria e Correio (edificação dos jesuítas em 1673), Militão opta pela antiga função do conjunto, descrevendo-o como igreja e convento do colégio que serve, naquele momento, como Palácio do Governo.

Em 1867, Johann Jacob Von Tschudi, cientista que ocupava a posição de embaixador suíço no Rio de Janeiro, editou o livro *Reisen durch Südamerika* (Viagem à América do Sul), contendo quatro ilustrações da cidade de São Paulo. Segundo Pedro Correa do Lago (2003, p. 144), as ilustrações teriam sido baseadas em fotografias de Militão adquiridas pelo cientista. Em uma das imagens referentes a São Paulo, o conjunto arquitetônico foi descrito como *Jesuiten Collegium* (Colégio dos Jesuítas).

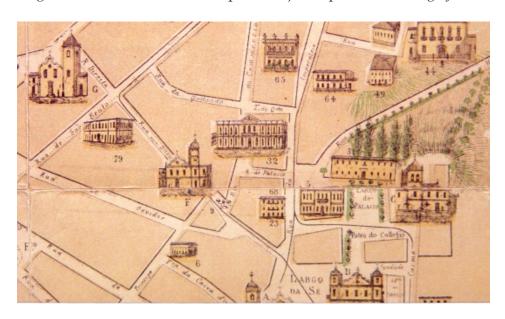


Fig. 13 - "Igreja e Convento do Collegio", 1862 c.. Albumina. FONTE: Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo – 1862/887. AUTOR: Militão Augusto de Azevedo. ACERVO: Museu Paulista da USP. Reprodução de José Rosael.



**Fig. 14** - "Jesuitencollegium" (Colégio Jesuíta) 1867. AUTOR: Desconhecido. FONTE: *Iconografia Paulista do Século XIX.* Paulo Correa Lago (2003, p.145).

Em 1877, o território do Largo do Palácio foi representado pelo litógrafo francês Jules Martin e pelo engenheiro Fernando de Albuquerque no *Mappa da Capital da P. de S. Paulo (seos Edifícios públicos, Hotéis, Linhas férreas, Igrejas Bonds Passeios)*. A principal intenção dos mapas de Albuquerque — tanto em formato de bolso com encadernação portátil para fins turísticos como para serem pendurados em paredes — era orientar as pessoas do interior que vinham tratar de negócios em São Paulo e os estrangeiros que chegavam para trabalhar na capital. <sup>12</sup> No mapa citado, pode-se perceber o nome *Pateo do Collegio* logo abaixo do nome *Largo do Palácio*, assim como a representação arquitetônica da *Igreja do Collegio*.



**Fig. 15** - Detalhe do mapa fac-simile de 1877. AUTOR: Fernando de Albuquerque. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

<sup>12</sup> Segundo Campos (2008), entre 1972 a 1875, o presidente da província, João Teodoro Xavier (1872-1875), iniciou durante seu governo uma campanha de embelezamento da cidade pensando especialmente nos fazendeiros de café que com regularidade vinham a São Paulo ou até mesmo se mudavam para a cidade.

A mesma nomenclatura também pode ser observada no texto "Carta de uma roceira", publicado na coluna "Variedades" do jornal *O Estado de São Paulo*, no qual se pode ler sobre as impressões de uma visitante em 1874:

À noite fui passear pela cidade, para vê-la iluminada, enfeitada e animada. Dirigi-me para a Sé, onde tinha de haver Te-Deum, ação graças pela chegada dos soberanos. A egreja estava iluminada, e com muito povo n'porta e no interior. Ali estava ha alguns minutos quando ouvi uma voz esganiçada gritar: Viiiva (sic) o imperador! Responderam algumas vozes todos em tom de tiple (sic), e imediatamente 6 a 8 galopios apontaram para o Pateo do Collegio precedendo uma carruagem em que vinham SS.MM. que no apearem, entraram na igreja, e foram fazer suas orações como bons christãos que são (Carta [...], 1874, p. 9, grifo nosso).

Já na *Planta da cidade de São Paulo*, de 1881, o conjunto apresentou-se transformado, com a ala perpendicular à igreja derrubada e a ala ao lado da Igreja Bom Jesus reformada em estilo neoclássico (projeto do engenheiro arquiteto Eusébio Stevaux). A praça localizada em frente à edificação aparece nomeada como *Largo do Palácio*. Porém, a planta, destinada para o serviço de águas e esgotos de São Paulo, sob a supervisão do engenheiro-chefe da Companhia Cantareira, Henry Batson Joyner, trouxe a indicação da *Igreja do Collegio* em sua legenda (Figura 17) e a indicação da *Travessa do Collegio*, atual Rua Anchieta<sup>13</sup> (Figura 16), evocando a memória do conjunto religioso.



**Fig. 16** - Detalhe do mapa fac-simile de 1881. AUTOR: Henry BatsonJoyn. ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

24 Igreja do Collegio

**Fig. 17** - Legenda Igreja do Collegio.

AUTOR: Henry BatsonJoyn.

ACERVO: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

<sup>13</sup> Considerado pelo *Dicionário de Ruas* do site da Prefeitura de São Paulo como "um dos mais antigos logradouros da cidade," a atual Rua Anchieta recebeu várias denominações, sendo conhecida inicialmente como Rua ou Beco do Bispo, Rua das Casinhas e em meados do século XIX, ela foi identificada como Travessa do Colégio, quando foi modificada pela Câmara Municipal para Rua do Palácio em 21/01/1885.

Nesse mesmo período, em uma fotografia que retratou as modificações na arquitetura do conjunto (Figura 18), Militão descreveu a igreja como *Igreja do Collegio*, e não como *Igreja do Palácio* ou *Capela Imperial*. Tanto o nome *Travessa do Collegio* como *Pateo do Collegio*, designando o então *Largo do Palácio*, podem ser encontrados nos anúncios publicados no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1882 e 1886.



**Fig. 18** - "Palácio do Governo -Igreja do Collegio" - São Paulo - **1881**. AUTOR: Militão Augusto de Azevedo. ACERVO: Museu Paulista da USP.

#### Esplendida marche aux flambeaux

Organisada caprichosamente e arregimentando mais de 20 corperações com seus respectivos estandartes, sahirá do Passeio Publico, ás 6 4/2 horas, com as já mencionadas bandas, sendo o grande prestito.

#### De quatro mil lanternas

e percorrendo as ruses seguintes: Alegre (saudando o exm. sr. conselheiro presidente da provincia), Seminario, Ladeira do Acú, S. Bento (saudando egualmente o Consulado portuguez), Bireita e Imperatriz, voltando pelas rusa de S. Bento, Quitanda, Commercio, Bireita, Imperatriz, Travessa do Collegio, Pateo do Collegio, ruas do Carmo, Santa Thereza, Quartel, Largo da Assembléa, Esperança, Largo da Sé a Gralmente rus do Imperador res

FIG. 19 - Percurso da Procissão.
FONTE: Jornal Estado de São Paulo. p.02. 07/05/1882.

#### Sexta-feira, 6 do corrente AS 10 1/2 HORAS NO PATEO DO COLLEGIO

todas as madeiras, marmore e materiaes existentes no edificio planejado para a Thesouraria de Fazenda e que por ordem superior tem de ser demolido.

de 92 milheiros de tijolos, fachadas, arcarias, solciras e portadas do bello marmore do Pantojo, 560 telhas francezas e nacionaes, lotes de taboas, madeiras usadas, cabrestantes, 83 telhas de zinco novas, 31 com uso, 13 chaves de ferro, 14 canos de cobre, 15 consolles de ferro, 16 braçadeiras, 17 canos de folha e solciras de pedra,

FIG. 20 - Anúncio de Ieilão.
FONTE: Jornal Estado de São Paulo. p.02. 05/08/1886.

A partir da década de 1890, a denominação *Pateo do Collegio* desaparece das descrições dos mapas e das imagens existentes sobre o local. A igreja, chamada no final do império de *Capela imperial*, desempenhava atividades litúrgicas apenas para o presidente provincial, seus familiares e membros da elite da cidade. Nesse momento, por não oferecer segurança aos seus frequentadores, a missa deixou de ser oficiada e a edificação foi fechada "no melhor ponto da cidade" (Donato, 2008, p. 216).

A igreja em desuso tornou-se alvo de uma disputa entre o governo da província e a cúria. O primeiro alegava que, por ser domínio do estado, a igreja deveria ser demolida para adaptação para novos usos, enquanto a Cúria reclamava a igreja como local sagrado e buscava alguma forma de restauração. Como reflexo da vitória momentânea da versão laicizadora do território, observa-se no mapa de 1890 (Figura 21), assim como nas fotos tiradas nesse período, que a nomenclatura usada para denominar o espaço se consolidava cada vez mais como *Largo do Palácio* e *Palácio do Governo*. Numa fotografia guardada no atual acervo do Museu Paulista (Figura 22), o enquadramento dá maior importância ao palácio e à sua praça, que desempenha a função de estar e passear e de encontros sociais e políticos, desconsiderando, de certa forma, a existência da igreja.



**Fig. 21** - Detalhe da Planta fac-simile da Capital do Estado de S. Paulo e seus arrabaldesde 1890. AUTOR: Jules Martin. ACERVO: Arquivo Municipal de São Paulo.



Fig. 22 - Palácio do Governo em 1891. AUTOR: Desconhecido. ACERVO: Museu Paulista da USP.

Ainda que em tais meios de divulgação a memória religiosa do local perdesse quase por completo sua força, pode-se perceber que em relatos de cronistas que observavam a cidade ainda permanecia a lembrança do Pátio do Colégio como referência do conjunto da edificação e seu território. Ao descrever as atividades da banda da Força Pública no jardim do palácio, o escritor Jorge Americano nomeou o lugar como Pátio do Colégio.

A banda da Força Pública (...) dava dois concertos por semana, às quintas-feiras no jardim do Palácio (...) O Pátio do Colégio constituía o Jardim do Palácio, cercado de grades com dois portões abertos. No lugar de onde parte o viaduto Boa Vista, ficava o coreto, em forma de concha acústica voltada para o jardim... Terminado o jantar, às cinco, as famílias dos bairros vinham vindo. Sentavam nos bancos do jardim. Os vadios eram escorraçados e ficavam para o lado de fora das grades (Jorge Americano, 1898-1902 apud Bruno, 1981).

Durante a disputa judicial entre o governo da província e a cúria, que definiria o destino da igreja, a edificação religiosa tornou-se "alvo da má vontade de muitos que o consideram obsoleto, inestético, ao lado do novo palácio, deixou de ser conservado, murmurando-se até que havia quem procurasse por meio de goteiras propositais arruinarem a segurança de suas paredes" (Taunay, 1954, p. 40).

O teto da Igreja Bom Jesus acabou desabando em 14 de março de 1896, e, sob a ameaça da ruína total, decidiu-se por sua completa demolição, findando assim a última testemunha material do caráter religioso do local. O processo de transição dos nomes dados ao território, assim como o processo de secularização do espaço, afirmouse aparentemente nesse momento, porém a terminologia religiosa não desapareceu completamente da memória paulistana.

### 1.2 O novo lugar da memória do Colégio dos Jesuítas: o Museu Paulista e o monumento aos fundadores de São Paulo

Com o advento da República em 1889, a cidade passou por um processo de modernização aos moldes europeus, criando-se uma nova paisagem urbana. Com a demolição da *Igreja Bom Jesus*, o *Palácio do Governo* abandonou completamente sua feição colonial e desapareceram os vestígios materiais do conjunto jesuíta.



**Fig. 23** - Jardim do Palácio. AUTOR: Guilherme Gaensly. ACERVO: Museu Paulista da USP.

Encontrou-se, no acervo do Museu Paulista, um conjunto de seis cartões-postais que refletem esse período de transformações do Pátio do Colégio. Produzidos entre o final do século XIX e início do século XX, em sua maioria executados por Guilherme Gaensly, é possível perceber que a maior parte desses postais descreve o local como Palácio do Governo, havendo assim um desaparecimento do nome *Patio do Colégio*.

Entretanto, entre os seis postais, um chama a atenção por considerar e destacar a antiga *Igreja Bom Jesus*. Produzido pela *Édition de la Mission Brésilienne de Propagande de Paris*, que publica um conjunto de postais na década de 1910 demonstrando a modernização em diversas partes do Brasil, esse postal retrata a igreja em uma fotografia produzida antes de 1896, na qual é descrita como *Eglise du Collegio à São Paulo*. Considerando que o conjunto já se apresentava com uma feição laica no período da publicação, a missão não se ateve às transformações modernizadoras que o conjunto sofrera, mas focalizou o passado colonial e religioso da igreja já demolida.



Fig. 24 - Eglise du Collegio à São Paulo. FONTE: Edition de la Mission Brèsilienne de Propagande. ACERVO: Museu Paulista da USP.

Fundado em 1890, o Museu Paulista se tornou o principal receptor e transmissor da memória paulistana, para onde dirigiu-se parte da memória do antigo conjunto jesuíta. Criado inicialmente para ser um monumento à independência brasileira e um depositário de objetos históricos que rememorassem os grandes feitos referentes à constituição da pátria, tornou-se um museu após sua inauguração em 1894. Durante 23 anos, a instituição foi dirigida pelo zoólogo Hermann Von Ihering, período em que se desenvolveram estudos ligados principalmente ao domínio das ciências naturais. O acervo inicial foi composto pelas obras do antigo Museu Sertório (formado por uma coleção zoológica e uma miscelânea de objetos acerca do patrimônio arqueológico e histórico nacional). Em 1917, Affonso Taunay assume a direção do Museu Paulista, permanecendo no cargo até 1945 e alterando significativamente o direcionamento do museu. Ao longo do tempo, o museu mudou seu perfil, afastando-se do campo das ciências naturais e restaurando sua condição de museu histórico e memorial da nação brasileira reconstruído sob a ótica paulista (Brefe, 2005, p. 87).

Segundo Ana Cláudia Fonseca Brefe, uma das primeiras medidas adotadas por Taunay em sua gestão foi:

(...) a contratação de um naturalista para cuidar das coleções de botânica e de um fotógrafo desenhista, especializado em desenhos científicos e em cópias de mapas e cartas coloniais, que logo ficaria responsável pela reprodução, em versão fac-símile, de uma vasta coleção cartográfica especialmente centrada nos aspectos antigos de São Paulo (Brefe, 2005, p. 97).

A coleção dos mapas coloniais do museu, abrangendo o período de 1810 a 1897, demonstra a preocupação de Taunay em conhecer o traçado original da cidade, e, para isso, houve uma grande preocupação em obter documentos fiéis aos originais. A coleção, assim como outros documentos e peças do período colonial, foi exposta em uma nova ala do museu, destinada inteiramente ao passado paulista, que buscava a reconstrução histórica da cidade e tinha como principal personagem a figura do bandeirante.

Além dos mapas e dos documentos, completavam a exposição numerosos quadros que representavam antigos aspectos de São Paulo. Segundo Brefe (2005, p. 107) foram encomendados quadros de Benedito Calixto, Wasth Rodrigues e A. Norfini, que recriavam trechos da antiga cidade, buscando representar "um vasto e múltiplo painel representativo da história paulista". Entre as 26 pinturas encomendadas, estava um quadro de Wasth Rodrigues que mostra o conjunto religioso em 1858, no qual o pintor retoma na descrição da obra — sob uma chave histórica — o nome *Pátio do Colégio*, baseando-se essencialmente nas fotografias de Militão de Azevedo, entendidas nesse momento como documentos autênticos.



Fig. 25 - Óleo sobre tela a partir de desenho de Thomas Ender 1818 . AUTOR: Wasth Rodrigues. ACERVO: Museu Paulista da USP. Reprodução de José Rosael.

Além das salas destinadas à antiga iconografia paulistana, outro eapaço foi dedicado a uma grande maquete da São Paulo de 1841. Enquanto a memória religiosa desaparecia gradativamente do local de sua fundação, o antigo conjunto jesuíta era reconstruído e mantido em termos de memorialização. A maquete de São Paulo foi encomendada por Taunay ao escultor holandês Henrique Bakkenist, que a produziu entre 1920 e 1922 baseando-se na planta *Carta Cadastral da Cidade de 1843*, nas fotografias de Militão — produzidas entre 1862/1863 — e nas aquarelas de Miguelzinho Dutra, produzidas na década de 1840.



**Fig. 26** - Maquete de São Paulo Antigo. ACERVO: Museu Paulista da USP.



**Fig. 27** - Detalhe do Pátio do Colégio. ACERVO: Museu Paulista da USP.

Em 1922, a praça, que antes era um local de encontros sociais e manifestações cívicas da cidade, foi novamente modificada em prol do fluxo de veículos produzido pelo Viaduto Boa Vista. Segundo Solange Ferraz de Lima (2003), essa transformação reduziu a relação com o lugar a "momentos transitórios, e ao espaço público restou a função de estacionamento" (Lima, 2003, p. 70). Com a modificação, foi instalado no local o monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*, em frente ao *Palácio do* 

*Governo*, considerado pela autora um dispositivo de memória coletiva, uma vez que o lugar já se encontrava "esvaziado de todas as práticas que dotavam este espaço de sua carga simbólica e ativa em significações e usos" (Lima, 2003, p. 71) e que o monumento entrou no lugar das relações sociais, tornando-se emblemático de sua ausência.<sup>14</sup>

Instalado em 1925, o monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*, de autoria de Amadeu Zani, foi vencedor de um concurso publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1º de agosto de 1909. O concurso tinha a intenção de rememorar grandes ícones do passado paulista responsáveis pela fundação da cidade e sugeria textos jesuítas como fontes de informação:

A comissão abaixo assignada, constituída para promover e levar a efeito a ereção, em S.Paulo, dum monumento que comemore a fundação desta cidade; em condições dignas não só de perpetuar a memória, o fato acontecimento, como de prestar homenagem a Anchieta e outras figuras históricas que nelle tomaram parte [...]. Como fonte de informação sobre a matéria será útil consultar a "Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil" por Simão de Vasconcellos e o "Terceiro Centenário do Venerável Joseph de Anchieta" (Monumento [...], 1909, p. 9).



**Fig. 28** - Monumento da Fundação de São Paulo. Vista parcial do Pátio do Colégio. AUTOR: Theodor Preising. ACERVO: Museu Paulista da USP.

<sup>14</sup> No terceiro capítulo será observado como algumas ações religiosas trouxeram gradativamente, após a instalação do *Monumento Glória Imortal aos fundadores de São Paulo*, o reconhecimento do local como um território religioso.

Assim, ao mesmo tempo em que é possível perceber que a memória do Pátio do Colégio desaparecia do local de sua fundação pode-se observar a reorganização dessa memória em lugares próprios para sua conservação. Na chave de leitura do historiador Pierre Nora, <sup>15</sup> estes são *Lugares de Memória*, por possuírem a função de resguardar um passado que não existe mais. Obras como a maquete da cidade, exposta no Museu Paulista, e o monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo* surgiram e mantiveram-se a partir do sentimento de que era relevante conservar a memória da cidade colonial na ausência de seus testemunhos materiais em um território transformado pela República.

# 1.3 - O retorno de um topônimo: renomeação, lembrança e reconstrução do conjunto jesuíta

Em 1912, com a mudança da sede do governo para o palacete da família Elias Chaves, adquirido pelo estado e situado no bairro Campos Elíseos, o antigo Palácio do Governo sobrevive como chancelaria do governo. Essa situação prolonga-se até 1930, quando todas as atividades do governo passam a ser concentradas na nova sede e a chancelaria dá lugar à Secretaria de Educação e Segurança Pública. Segundo Lima (2003, p. 71), o conjunto e seu terrítório "perde[m] totalmente a sua identidade, pois não representa[m] mais nem mesmo o marco político e administrativo da cidade".

Nesse período, o país vivia momentos de grande instabilidade política e econômica. Em meio aos conflitos que levaram ao golpe de 1930, um personagem protagonizou as tensões ocorridas na época. Trata-se de João Pessoa, então candidato à vice-presidência de Getúlio Vargas, que, em 25 de julho de 1930, foi assassinado em Recife por um de seus adversários, João Dantas. Boris Fausto observou que o ato foi motivado por motivos privados e públicos, porém, na época, deu-se destaque apenas às questões públicas, o que elevou a imagem de João Pessoa como mártir do movimento que se articulava contra a eleição do paulista Júlio Prestes. Diante dessas circunstâncias, o novo governo de São Paulo decidiu mudar o nome do largo, substituindo, em 13 de novembro de 1930, a placa que identificava o local como Largo do Palácio para *Praça João Pessoa* 16 (Figura 29).

<sup>15</sup> Pierre Nora (1984), em um esforço de distinguir o campo da memória e o da história, observou essa memória como pertencente a grupos vivos e, por essa razão, em evolução permanentemente aberta à dialética da lembrança e amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, e a história como a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não mais existe.

<sup>16</sup> César Salgado descreve: "Um fato, entretanto, não deve ser esquecido: a imposição do nome João Pessoa ao chão sagrado onde nasceu São Paulo - o Pátio do Colégio. Esse ato, nas circunstancias em que se praticou e pelos motivos que o ditaram, era uma ofensa ao brio dos paulistas. Se os vivos não protestassem, seria o caso de se repetir o brado épico: Debout les morts!" (1979, p. 133)



Fig. 29 -Centro de São Paulo, Praça João Pessoa – 1930 - SARA folha 51/3. ACERVO: CESAD / FAU. USP.

A decisão foi vista como mais um desagravo aos paulistas, que não se contentavam com a posse presidencial de Getúlio Vargas. Preocupados com a perda de sua hegemonia política e defendendo a constitucionalização do país a partir dos princípios da democracia liberal, os paulistas exigiram, como medida transitória, a nomeação de um interventor civil e paulista. Em 9 de julho de 1932, em São Paulo, eclodiu uma revolução armada contra o governo federal, buscando realizar um ataque fulminante contra a capital da república. Sem o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a Revolução Constitucionalista de 1932 durou três meses, resultando na vitória do governo federal, que obrigou parte dos paulistas a assumirem algum tipo de compromisso com o poder centralizador de Getúlio (Fausto, 2012).

Uma das primeiras reações locais à derrota avassaladora de 1932 foi um movimento pelo retorno do topônimo *Pateo do Collegio* quatro anos após o local ter sido nomeado como *Praça João Pessoa*. César Salgado<sup>17</sup> foi convidado para ser um dos oradores de uma reunião realizada no Cassino Antártica, em 1934, que homenageava Ibraim Nobre (um dos personagens que foram símbolo da revolução de 1932), vendo aí uma oportunidade de defender a memória de Anchieta.

Onde está a lembrança de Anchieta, na cidade que nasceu de suas mãos ungidas? – perguntei. Onde está? Numa viela, escondida no centro da urbs, quando devia estar, de preferência, no chão sagrado onde nasceu São Paulo. Naquele chão, onde, para afronta aos nossos brios, esta o nome de... um João de tal! (Salgado, 1976, p. 135).

<sup>17</sup> José Augusto César Salgado, então Procurador Federal da Justiça do Estado pelo governo de Lucas Nogueira Garcez, foi aluno do Colégio Jesuíta de Itu em 1909, tornando-se posteriormente integrante ao grupo de antigos alunos jesuítas que estiveram a frente da campanha em prol à reconstrução do Pátio do Colégio, que serão abordados no segundo capítulo dessa dissertação.

A colocação recebeu, segundo o próprio autor, imensa euforia e apoio. A memória jesuíta, expressa apenas no nome de uma rua, não parecia satisfazer a esse grupo. Após a reunião, César Salgado relatou tal manifestação:

O transeunte que logo depois passasse pelo local (...) teria a sua atenção voltada para uma cena algo estranho. Veria ele que três moços, armados de uma alavanca de uso dos motorneiros de bonde, esforçavam-se por arrancar uma placa que se ostentava, naquele logradouro, com os dizeres "Largo João Pessoa". E, se continuasse observando, verificaria que os "Três Mosqueteiros", concluída a tarefa, saíram apressadamente, carregando o troféu. (...) Afinal, quais foram os heróis da inusitada façanha? Foram três jovens paulistas, participantes do Movimento Constitucionalista, e presentes, também, na festa do Cassino Antártica. Citemos-lhes os nomes para que a história lhes registre o feito. Ei-los: Lauro de Barros Siciliano, engenheiro e figura de alta projeção nos meios científicos e sociais de São Paulo; Guilherme da Silveira Filho, industrial residente no Rio de Janeiro, e diretor da Companhia de Progresso Industrial do Brasil — Fábrica Bangu; João Alberto Salles Moreira, de velhos troncos paulistas, cujas tradições soube honrar (Salgado, 1976, p. 136).

A "batalha das placas", como registrou Donato (2008, p. 235), pode ser observada como marco da tensão entre as forças que defendiam a centralização do poder no nível nacional e a luta por autonomia regional. É interessante observar que a luta pela identidade regional passa pela recuperação da memória dos jesuítas, com a utilização do antigo termo *Pátio do Colégio* como bandeira, não se propondo a recuperar o topônimo *Largo do Palácio*.

A disputa resolveu-se em prol dos insubordinados. Em 1936, o ato municipal Nº 1.053 re-oficializou o nome do local como *Pátio do Colégio* – superando-se, portanto, o termo *Largo do Palácio* e reafirmando que a memória antiga do local prevalecia mesmo diante das constantes mudanças realizadas no ponto de fundação da cidade. O jornal *O Estado de São Paulo* publicou tal resolução:

Nos últimos anos, talvez por causa dos numerosos centenários que temos festejados, observa-se uma tendência de evocar a infância da nossa capital, tanto nos livros como nas designações das ruas e praças. Deve-se notar que para isso muito tem trabalhado organizações culturaes como o Instituto Histórico e Geographico e a Academia Paulista de Letras. Ainda hontem o Dr. Fabio Prado, prefeito da capital pelo acto 1053, que denomina "Pateo do Collegio" (Fundação de São Paulo – 25 de Janeiro de 1554) o largo onde está o Palácio do

Governo, justifica assim sua feliz iniciativa: "(...) Considerando que no largo do Palácio, em torno da igreja do Collegio do Senhor Bom Jesus, foi fundada esta cidade; considerando que esse largo teve diversas denominações, sendo uma das mais antigas a do Pateo do Collegio, dada espontaneamente pelos primeiros povoadores; considerando que repor nesse local o nome primitivo e symbolico é ir ao encontro de uma aspiração collectiva, atendendo ainda ao que requereu mais de uma associação, entre as quais o nosso Instituto Histórico e Geographico (sic) e Academia Paulista de Letras; considerando que essa denominação equivale também a um preito aos invictos edificadores da terra e evoca a tradição e a história, por isso que vem do tempo heróico da conquista, da catechese e da fundação da cidade de São Paulo. Decreta – Art. 1º – Fica denominado Pateo do Collegio (Fundação de São Paulo em 25 de Janeiro de 1554) o largo onde está o Palácio do Governo." (Pateo [...], 1936, p. 8).

Diversas manifestações de agradecimentos foram enviadas ao prefeito e noticiadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 7 de abril de 1936. Entre elas, vale destacar uma importante declaração do grupo dos jesuítas, que já se encontravam novamente em São Paulo. A respeito dessas entrevistas, manifestaram-se diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Paulista de Letras, cumprimentando o prefeito da capital pela deliberação tomada e "aplaudindo seu gesto. Cumprida a promessa o Sr. Fabio Prado tem recebido inúmeras cartas, telegramas e visitas". Um dos telegramas veio dos jesuítas de São Paulo:

Gratamente surpresos vem os jesuítas que ora labutam na Terra de Santa Cruz, especialmente nesta antiga Piratininga, agradecer sinceramente a v. Exa. a distinção que lhes fez, com a reposição da designação de Pateo do Collegio, evocando a catechese e a fundação da Paulicéia" - José Santi. Reitor do Collegio São Luís. (...) A propósito dessa feliz iniciativa do Sr. Prefeito Municipal temos recebidos numerosas cartas em que os seus signatários expressam o seu enthusiasmo pela reposição do nome de "Pateo do Collegio", de tão profundo significado para esta cidade. Dentre essas cartas, algumas sugerem que o acto da substituição das placas deve assumir um caráter festivo, interessando São Paulo inteiro. Acrescentam, por exemplo, que deve realizar-se em presença das crianças das escolas, como uma verdadeira festa da cidade de São Paulo de Piratininga. Registrando aqui as suas sugestões, atendemos as numerosas cartas que nos tem sido enviadas (Pateo [...], 1936, p. 8).

Com a mudança do nome para o *Pateo do Collegio*, a lembrança do conjunto jesuíta ganhou novamente relevância como símbolo da identidade e da tradição paulistana. Diferentemente das décadas anteriores, quando ocorreu a guarda de objetos da igreja demolida, as representações (pinturas e maquete) e a construção do monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*, o topônimo foi recuperado na década de 1930 não como memória que acomodava a presença jesuíta no passado, mas como fruto de tensão política na contemporaneidade.

A rememoração do Pátio do Colégio pode ser percebida também em outros meios. A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, surgiu da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com a Escola Politécnica de São Paulo, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Como o elemento de integração da universidade, a FFCL teve o papel de reunir os cursos das diversas áreas do conhecimento (Souza Campos, 2004).

Wasth Rodrigues, responsável por criar muitos ex-libris e brasões (como o da cidade de São Paulo, em 1917, e do estado de São Paulo, em 1932), criou também o ex-líbris da recém-fundada Universidade de São Paulo, em 1932, colocando ao fundo a imagem do Pátio do Colégio com sua configuração no século XIX. O ex-líbris¹8 foi usado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pela Escola Politécnica e pela Faculdade de Arquitetura, associando a ideia de que a grandeza da USP estava fundada nas origens educacionais da própria cidade de São Paulo, representadas pelo colégio jesuíta.



**Fig. 30** - Ex-libris da FFLCH-USP - Anuário. FONTE: Lanna, 2004, p. 133.



**Fig. 31** - Ex-Libris da Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica. FONTE: Pottker, 2006.

**<sup>18</sup>** O Ex-Libris são pequenos selos colados aos livros que identificam seu proprietário, trazendo imagens e dizeres particulares que traduzem a personalidade e valores de seu titular.

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, símbolo da intelectualidade paulistana, fundada em 1827, também foi local de rememoração do conjunto jesuíta. Após sua reconstrução, projetada pelo escritório Ramos de Azevedo, a faculdade foi reinaugurada em 1934 e em seu interior foram instalados vitrais de autoria da Casa Conrado<sup>19</sup> que narram importantes momentos tanto para a Faculdade de Direito como para a cidade de São Paulo. Neles foram retratadas a fundação da cidade, baseada no quadro de Oscar Pereira da Silva (Figura 32) e a imagem do Pátio do Colégio, inspirada nas fotografias de Militão (Figura 33).





**Fig. 32** - Vitral Fundação de São Paulo – Faculdade de Direito/ USP. FONTE: Site da faculdade de direito/USP.

**Fig. 33** - Vitral do Pátio do Colégio – Faculdade de Direito/ USP FONTE: Site da faculdade de direito/USP.

Em 1939, a imagem do Pátio do Colégio também foi representada em um painel de azulejos no Grupo Escolar São Paulo, renomeado pelo decreto 34.453 de 07 de janeiro de 1959 como Colégio Marina Cintra, localizado na Rua da Consolação. O projeto de Antônio Paim Vieira, professor da FAU/USP, foi publicado na revista *Acrópole* de abril de 1942 e apresenta em sua fachada principal a imagem de Anchieta na catequização de índios, o que relembra o papel dos jesuítas na educação paulistana, tendo em segundo plano a representação da Igreja Bom Jesus. Paim Vieira defenderia, anos mais tarde, o processo de reconstrução do antigo conjunto, propondo um projeto detalhado, descrito por ele em entrevista ao jornal *Folha da Manhã* em 1º de dezembro de 1953.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Segundo Regina Melo (1996), a Casa Conrado foi uma ateliê fundado pelo artesão alemão Conrado Sorgenicht em 1889 que trabalhava com diversas artes aplicada à arquitetura. Pioneiro na fabricação do vitral no Brasil, desenvolveu a atividade criando mais de 600 obras.

<sup>20</sup> No artigo Paim vieira observa: "Será ele um monumento por excelência, de nossa vida no que ele possui de mais dignificante, e a função precípua de um monumento é a eloqüência de sua presença. A eloqüência da Igreja do Colégio acha-se na singeleza de suas formas fortes e despretensiosas, como que espalhando as virtudes cristãs que difundiu e a consagraram no apreço das gerações" (QUEREM [...], 1953).



Fig. 34 - Grupo Escolar São Paulo - Consolação / SP. FONTE: Revista Acrópole n.48, 1942; p.29.



**Fig. 35** - Painel de Anchieta de Paim Vieira. AUTOR: João Carlos Kuhn.

A memória das ações da Companhia de Jesus foi lembrada novamente em 1940, quando foi inaugurada uma exposição de retrospectiva histórico-cultural no Museu do Ipiranga (Museu Paulista), em que se ressaltou os feitos da ordem em São Paulo. Comemorando o quarto centenário do reconhecimento por bula papal da Companhia de Jesus, a exposição apresentou documentos e mapas reunidos acerca dos religiosos em São Paulo, muitos já pertencentes ao acervo do museu, onde estiveram expostas algumas relíquias da igreja e do colégio:

Inaugurou-se domingo último, na sala principal do Museu Paulista, no alto da collina do Ipiranga, uma exposição retrospectiva dedicada à obra dos jesuítas nos primeiros séculos da existência do Brasil Colônia. Organizou-a o Dr. Alberto J. Robbe, diretor interino da aludida instituição, com a cooperação de particulares e de outras entidades públicas. (...) Espalhadas em alguns ângulos do átrio em que está exposto o famoso quadro de Pedro Américo sobre o grito de Independência ou morte, o visitante é logo atraído por diversas relíquias da egreja e do Colégio em S.Paulo, entre elas três mesas dos meados do século XVII, que depois pertenceram ao antigo Palácio do Governo, no Pateo do Collegio e hoje fazem parte da coleções do Museu. (4º Centenário [...], 1940, p. 6).

Em 1941, levantou-se nova discussão acerca da memória do Pátio do Colégio, centrada não apenas na dimensão territorial, mas na possibilidade de reconstrução integral do conjunto jesuíta como importante símbolo da história da cidade. Segundo Lima (2003, p. 72), na década de 1940, "as discussões em torno das noções de patrimônio e de preservação arquitetônica eram alimentadas por arquitetos, historiadores e interessados de outras áreas ligados a um movimento de revitalização da arquitetura colonial de São Paulo". O Pátio do Colégio não passou despercebido. José Marianno – adepto da corrente tradicionalista engajada na campanha em defesa da arquitetura tradicional do Brasil durante as primeiras décadas do século XX<sup>21</sup> – colocou a importância da reconstrução do antigo conjunto em seu discurso feito no Rotary Club em São Paulo, tratando o assunto não apenas pela chave patrimonial, mas também pela percepção do sagrado, reforçando o elo entre a nação e a religião católica:

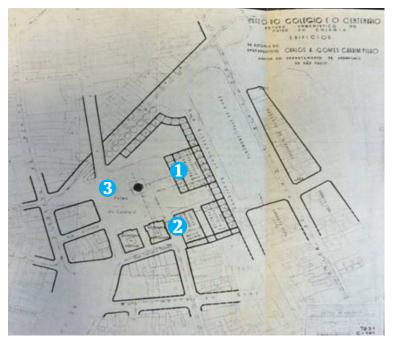
Dentro de 13 anos São Paulo comemorará o 4º centenário de sua fundação, seria um ato da mais alta significação cultural a reconstituição integral da igreja dos jesuítas, e uma ala do antigo colégio, exatamente no sítio em que ela existia, de modo a ser novamente, rezada a primeira missa no planalto de Piratininga o pequeno oratório de "pau e barro" constituído pelos índios para Joseph de Anchieta. São Paulo tem uma dívida sagrada a resgatar com a Companhia de Jesus. O momento é chegado (discurso compilado por Cardim Filho, 1975).

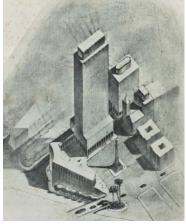
Reforçando a ideia colocada por José Marianno, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, em conferências realizadas na Biblioteca Mario de Andrade em 1949, discursou sobre os projetos de melhoramento da cidade. Em meio a diversas questões pertinentes, Cardim Filho propôs um projeto para o Pátio do Colégio, em que pretendia restabelecer a igreja jesuíta com a criação de um museu colonial, tendo ao fundo da igreja e o Palácio Anchieta, onde os brasileiros poderiam reconhecer o local de nascimento da cidade e se perpetuaria "a memória de seus fundadores: Nóbrega, Manuel de Paiva e Anchieta" (Cardim Filho, 1950, p. 17):

Pensando em resguardar a nossa tradição, foi que procuramos estabelecê-la de modo a transmitir às gerações que nos sucederem uma reprodução daquela igreja e junto a ela um museu da Cúria, o museu colonial onde seriam levadas todas as preciosas peças coloniais que compõem essa valiosa coleção de arte da Cúria Metropolitana (Cardim Filho, 1950, p. 16).

<sup>21</sup> Sobre a defesa da arquitetura tradicional do Brasil durante as primeiras décadas do século XX, ler: Joana Mello. "Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo,44,p.69-98 e Maria Lucia Bressan. "Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos de 1920 no Brasil". São Paulo: Edusp, 2011

Segundo o autor, o monumento seria deslocado para o centro da praça, ficando no eixo da Secretaria de Justiça e do Palácio Anchieta — que abrigaria as secretarias do governo —, com oitenta metros de altura em estilo modernista, como marco do centenário comemorado em 1954. A década de 1950 foi marcada pelos festejos do IV Centenário de Fundação da Cidade, período em que a lembrança de um passado colonial, assim como de seus símbolos e mitos, foi exaltada.





 ${f Fig.~36}$  - Projeto para o Pátio do Colégio.

LEGENDA: 1. Edifício Anchieta 2. Igreja do Colégio (Réplica) e museu colonial 3. Monumento Gloria Imortal aos Fundadores de São Paulo. FONTE: Cardim Filho, 1950. ACERVO: Biblioteca Prestes Maia.

Fig. 37 - Perspectiva do projeto. FONTE: Cardim Filho, 1950. ACERVO: Biblioteca Prestes Maia.

#### 1.4 - IV Centenário da Fundação de São Paulo: O Pátio do Colégio como marco fundador e religioso de uma cidade em crescimento

Em 1954, a cidade festejou o IV Centenário de Fundação de São Paulo com diversas manifestações de comemoração e rememoramento referentes à identidade da cidade. Investigando o evento como um espaço de estudo dos processos sociais de construção da memória paulistana, o historiador Silvio Luiz Lofego (2004) considerou que as comemorações foram planejadas, a partir do início da década de 1950, na forma de um grande espetáculo em que o quarto centenário apresentou-se como um espaço privilegiado da busca pela construção de uma autoimagem paulistana capaz de representar um modelo de nacionalismo e progresso.

Ao adentrar os anos 50, a sociedade paulistana reelabora sua perspectiva norteadora e se prepara para a comemoração dos quatrocentos anos de sua existência, agora, consolidam-se principalmente no campo da produção cultural. (...) O evento é construído para ser a divisão entre dois polos, de um lado o passado que o torna legítimo, de outro o futuro que se insinua e, portanto, também, o legítima (Lofego, 2004, p. 303).

Lofego observou que o trabalho da comissão eleita para a organização dos festejos foi direcionado para o esforço de separar a São Paulo moderna — cidade modelo para o Brasil, símbolo do crescimento econômico do país — da São Paulo do passado, sendo que tudo que se ligasse ao passado serviria como testemunho da capacidade da "cidade que mais cresce no mundo" de inserir-se nos tempos modernos. O festejo não se ateve a expor a importância de São Paulo para o Brasil, buscando construir um imaginário coletivo do povo paulistano e assim definir quem era esse povo e qual era sua história.

Nesse contexto, "a locomotiva, o espírito bandeirante, o pioneirismo eram, então, parte de um alicerce a sustentar novas investidas que fossem portadoras de uma identificação que espelhasse o novo tempo que se iniciava" (Lofego, 2004, p. 33). A promoção de estudos voltados para a fundação da cidade, gerando monografias e memoriais, foi essencial para atingir o objetivo de mostrar São Paulo para o Brasil. Tais estudos, com auxílio dos meios de divulgação da época — rádio, imprensa e cinema — ajudaram na construção da opinião pública.

Nas vésperas das comemorações, o terreno do Pátio do Colégio foi devolvido aos cuidados da Companhia de Jesus, como resultado dos esforços de políticos, intelectuais e religiosos simpáticos às causas jesuítas. Quarenta (2009) apontou a lembrança dos jesuítas não foi exaltada entre os monumentos inaugurados e destacados pela mídia no festejo (como o Parque do Ibirapuera e o Monumento da Revolução de 1932), a não ser pela lei assinada pelo governador Lucas Nogueira, de 21 de janeiro de 1954, que devolvia o terreno do Pátio do Colégio à Companhia de Jesus. Tal ação, segundo Quarenta:

(...) impressiona por sua força simbólica, em particular porque o corpo comemorativo do IV Centenário apoiou-se no geral em rituais que projetavam a Cidade para o futuro, representado especialmente na construção do complexo de monumentos agregados ao Parque Ibirapuera. Nesse caso, o gesto regressivo firmado pela devolução do terreno repercute como uma nota de um jornal antigo, uma rota de retorno, um desvio na contramão que se propalava (Quarenta, 2009, p. 212).

Mesmo que, para Quarenta, o passado jesuíta não possua lugar de destaque nas discussões acerca das comemorações do quarto centenário, percebe-se que, levando em consideração as fontes até aqui exploradas, o cenário mostra-se mais complexo. Ao atentar-se para os meios de comunicação que auxiliaram a propagação da imagem de São Paulo como uma cidade moderna e em franco crescimento — especialmente jornais e periódicos – nota-se a presença de menções recorrentes ao conjunto jesuíta como parte do grupo dos símbolos e monumentos exaltados nos festejos, que aparece não apenas como parte das representações do passado paulista, mas também como origem do desenvolvimento da cidade moderna, demonstrando uma relevância maior do que *a priori* era percebido.

Logo após a devolução do terreno aos religiosos jesuítas, o grupo iniciou a construção de uma réplica da cabana primitiva erigida em 1554, devolvendo um caráter religioso ao território. Com a "cabana primitiva", o local pôde ser visto (assim como o Museu Paulista e o *Monumento Glória Imortal aos Fundadores*) como mais um *lugar de memória*, principalmente para o grupo religioso ligado à Companhia de Jesus. Considerada como ponto inicial da origem religiosa do povo paulistano e também como origem do desenvolvimento da grande metrópole, a cabana foi representada em anúncios publicitários publicados nos principais jornais da década de 1950.



**Fig. 38** - Anúncio da Construtora de Imóveis São Paulo. FONTE: O Estado de São Paulo, 25/01/1954..

Com a instalação da cabana primitiva — que configurou um dos primeiros atos de apropriação do território e consolidou o processo de "des-secularização" iniciado timidamente com as missas em torno do monumento durante a década de 1930 — o caráter religioso do local foi gradativamente reafirmado e demonstrado no destaque dado à Igreja Bom Jesus, que aparecia isolada do corpo do Colégio, como representante desse passado religioso.



Fig. 39 - Anúncio Banco Paulistano S.A. FONTE: O Estado de São Paulo, 25/01/1954.



**Fig. 40** - Anúncio da Esso. FONTE: O Estado de São Paulo, 25/01/1954.

Os símbolos e as imagens referentes ao universo jesuíta se difundiram em diversos meios de comunicação. Em um esforço para popularizar tais ícones da cidade, foi lançado o Álbum de Figurinhas do IV Centenário de São Paulo, publicado pela editora Aquarela em 1953, que trouxe imagens do padre Manoel de Nóbrega como fundador do Colégio de Piratininga e de José de Anchieta como missionário imortal. No álbum, ambos profetizavam o futuro da cidade: "Ela há de ser a metrópole do Brasil."

A imagem dos dois religiosos posicionados em ambos os lados do índio Tibiriçá é sintomática da disputa entre grupos conservadores da cidade, que, em grande parte, eram ligados aos setores católicos e que, naquele momento, disputavam quem havia sido o real fundador da cidade.<sup>22</sup> Na seção de história presente no álbum, o Pátio do Colégio é representado por uma foto da cabana jesuíta, "rústico abrigo coberto de palha, novamente reconstruído", e pelo monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*, erigido para exaltar Anchieta, Nóbrega, Paiva, João Ramalho e Tibiriçá.

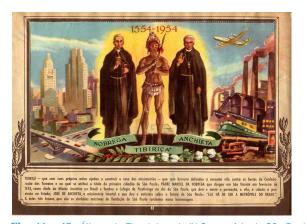




Fig. 41 e 42 - Álbum de Figurinhas do IV Centenário de São Paulo. Páginas 01 e 11... FONTE: Site <a href="http://albumefigurinhas.no.comunidades.net/">http://albumefigurinhas.no.comunidades.net/</a>>.

O processo de engrandecimento de tais figuras religiosas como parte do conjunto simbólico que remetia à fundação da cidade — em especial Anchieta e Nóbrega — e a devolução do terreno do Pátio do Colégio aos jesuítas apresentaram-se como reflexos de uma longa luta pelo reconhecimento e pelo fortalecimento de sua importância em São Paulo, abalada com a extinção da ordem católica durante o século XVIII. Segundo Teixeira (2014, p. 5), mesmo após sua restauração na primeira metade do século XIX, o retorno da Companhia de Jesus foi visto com profunda desconfiança tanto nos países da Europa como nos países onde haviam sido adotadas as ideias iluministas.

<sup>22</sup> A respeito da disputa ver: QUARENTA, Ednilson A. O Apostolo Pregresso e as Alegorias da Fundação: Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em História – Universidade se São Paulo – FFLCH, São Paulo, 2009.

Terminados os festejos em janeiro de 1955, foram iniciados trabalhos de reconstrução do conjunto jesuíta, confiados à competência do engenheiro Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, que recebeu a missão de construir ambos os edifícios com as mesmas características arquitetônicas que tinham no passado, embasando-se principalmente em documentos históricos, iconografias e fotografias produzidas acerca do Pátio. Levando em consideração a toponímia e esse conjunto de documentos, pode-se perceber que o processo de reconstrução concluído em 1979 remeteu a uma temporalidade bastante estendida, desvelando um conjunto de embates que em grande medida não são considerados quando se observa o atual Pátio do Colégio. As décadas de desaparecimento material do colégio e da igreja dos jesuítas foram acompanhadas de um grande número de representações que não permitiram que o conjunto morresse no imaginário da cidade, de seus atores sociais e de suas instituições, e lançar luz a todas essas representações ajuda a explicar o processo de reconstrução.

A trajetória de reconstrução do Pátio do Colégio foi relatada e problematizada por diversos autores, como Canado Junior (2014) e César Salgado (1976), e não se pretende fazê-lo novamente. Mesmo retornando à reconstrução do conjunto no terceiro capítulo, esta dissertação buscará retomá-la a partir do ponto de vista religioso, acompanhando a atuação, nesse processo, dos antigos alunos dos colégios jesuítas de São Paulo, que se apropriaram das representações supracitadas aqui para validarem a construção do atual Pátio do Colégio.

## Capítulo 2

# Articulações intelectuais e políticas

Com o advento da República, Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas, deixando de existir uma religião oficial no Brasil. A partir de 1891 algumas atribuições então monopolizadas pela Igreja foram atribuídas ao Estado, como o reconhecimento do casamento civil, a secularização dos cemitérios, o ensino laico nas escolas públicas e a exclusão de direito de voto para religiosos submetidos ao voto de obediência (Fausto, 2012, p. 216).

A separação entre Igreja e Estado, promulgada após a Proclamação da República, trouxe para o território paulistano um gradativo movimento de laicização. A proposta de destruição da Igreja Bom Jesus, no final do século XIX, afinava-se com esse movimento liberal que não reservava lugar para a cidade colonial em seus projetos urbanos, considerando-a emblema de um passado escravista e não europeu que as elites paulistas se esforçavam em esconder (Cymbalista, 2002).

Se nesse momento o inimigo era a herança colonial, o decorrer do século XX foi instalando novos desafios para as elites políticas e econômicas da cidade e do estado de São Paulo. A organização operária de base anarquista, posteriormente com influências socialistas e comunistas, apareceu a partir da segunda década do século XX (Lopreano, 2000). O comunismo foi insistentemente associado ao ateísmo por seus opositores, aos quais se somou a força do discurso religioso (Ferreira, 2005). A crise política no Brasil entre 1930 e 1932 também produziu impactos importantes nos discursos da elite paulista: se, no final do século XIX, a ideia era de filiação a uma corrente liberal e modernizadora internacional, na década de 1930 cresceu a importância de afirmar-se como paulista, em contraponto a uma nacionalidade centralizadora que se construiu a partir de então (Candido, 1987). Juntamente, cresceram em importância os símbolos de uma regionalidade paulista, heroica, interiorizada e, portanto, "autêntica" (Abud, 1985).

Diante desse contexto, foi possível observar que mesmo se acomodando inicialmente a uma situação de menor poder e proeminência na sociedade, a Igreja e a Companhia de Jesus colocaram-se em uma posição de gestação de respostas e de construção de poder, gerando instrumentos de interpretação da sociedade que seriam acionados com vigor mais adiante, principalmente a partir da década de 1940. Nesse novo momento, a configuração de fatores históricos permitiu novamente às formulações religiosas um lugar de maior presença no espaço público, porque passavam a ser vistas como resposta a correntes disruptivas da ordem social, como o anarquismo, o socialismo, o comunismo e o nazifascismo.

Inserido no contexto da *Ação Católica Brasileira*, <sup>23</sup> que tinha como finalidade formar as camadas leigas da sociedade para o trabalho no apostolado hierarquizado da Igreja, o vitalismo católico constituiu um importante movimento político, social e literário, com o propósito de desenvolver a cultura católica por meio de atividades em diferentes setores, entre as quais conferências, grupos de estudo, apostolados diversos e o sindicalismo cristão (Souza, 2006).

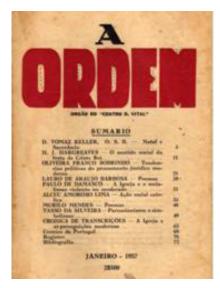
Como parte de um plano de "rearmamento da Igreja Católica",<sup>24</sup> tais leigos estavam sendo inseridos em um grupo de intelectuais que tinham consigo a ideia de serem portadores especiais dos interesses da sociedade da época. O sociólogo Sergio Miceli (2001) discutiu a extensa representação da missão destes e de outros intelectuais brasileiros, relacionando-os às suas origens sociais e posições na estrutura de poder, sobretudo no âmbito do Estado, reavaliando assim o lugar social desses intelectuais. Em seu texto, o autor listou diversos grupos: os reformistas liberais do final do Império, os positivistas republicanos, os modernistas e os críticos conservadores, no qual se encaixava esse grupo ligado à hierarquia da Igreja Católica.

Intelectuais como Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo buscaram espaços para difundir os interesses eclesiásticos e, para isso, fundaram a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). No final da década de 1920, ambos conseguem se tornar uma força político-social contra o socialismo e as outras forças que ameaçavam a moral cristã.

<sup>23</sup> Segundo Ney de Souza (2006), a Ação Católica nasceu em 1922 na Itália com o início do pontificado do Papa Pio XI, a Igreja procurava a aproximação e colaboração dos fiéis leigos com objetivo de impedir um recuo maior da perda de privilégios preparando assim para a reconquista do terreno perdido. Buscando um apelo ativista dos cristãos, atingiu todas as camadas sociais (em especial os operariados) na reconstrução de uma mentalidade religiosa católica que foi gradativamente enfraquecida a partir da Revolução Francesa e do pensamento Iluminista. No Brasil, a Ação Católica, se oficializou a partir da década de 1930, porém já na década de 1920, haviam indícios de pequenos grupos militantes coordenados por sacerdotes seculares e religiosos que em seus estudos em Roma tinham contato com a Ação Católica Romana e assim tentaram implementar a idéia propagada por Pio XI. (Fenelon e Khoury, 1987, p. 129)

<sup>24</sup> Citada por Miceli em "Rearmamento da Igreja Católica" (2001, p. 127), e também explicada por Riolando Azzi (1980) no texto "A igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)" no capitulo 5 – Fortalecimento da Igreja Católica, onde o autor coloca que a restauração da Igreja seria um "fortalecimento de uma presença mais expressiva do catolicismo romano na vida e na sociedade brasileira."

O Centro Dom Vital,<sup>25</sup> fundado em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, instalou-se posteriormente em diversos estados, como São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Segundo Villaça (2006), 1922 foi o ano da tríplice revolução: política (Forte de Copacabana), estética (Semana de Arte Moderna em São Paulo) e espiritual (fundação do Centro Dom Vital e publicação de livros como *Pascal e a inquietação moderna*, de Jackson de Figueiredo, e *A Igreja*, *a Reforma e a Civilização*, do padre jesuíta Leonel Franca).



**Fig. 43** - Revista A Ordem de 1937. FONTE: Site <a href="http://centrodomvital.com.br/">http://centrodomvital.com.br/>.



Fig. 44 - Discurso de Alceu Amoroso Lima no Centro Dom Vital em 1938. FONTE: site <a href="http://centrodomvital.com.br/">http://centrodomvital.com.br/</a>.

A revista *A Ordem* declarou-se claramente contra as ideias socialistas difundidas na época ao mesmo tempo em que a Igreja Católica aderia ao cenário político instaurado por Getúlio Vargas, em meio ao processo de centralização do Estado na esfera nacional. O apoio da Igreja Católica ao projeto de Getúlio não apenas garantiu espaço à instituição, ameaçada pelas ideologias anarquistas e socialistas, como também auxiliou o Estado Novo contra o pensamento comunista que se difundia. Assim, com a participação dos intelectuais conservadores aos quais Miceli se refere, o catolicismo voltou a aproximarse do discurso do Estado, após o período da República Velha, quando as elites políticas se esforçaram por separar as duas instâncias.

<sup>25</sup> O Centro Dom Vital foi fundado no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, jornalista convertido ao catolicismo em 1918. Influenciado pelo então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, que em 1916, então arcebispo de Olinda, conclamava os católicos a se unirem para defender a fé católica na sociedade. O nome dado ao centro se referia a uma figura importante na construção de um pensamento antiliberal. Na figura de Dom Vital, Bispo de Olinda - PE (1871 - 1878) afirmava-se a luta contra a maçonaria, considerado por Villaça (2006, p. 10) como ecletismo católico, na busca de uma unidade ideológica na igreja.

Paulo de Damasco ilustrou o apoio católico na luta contra o comunismo no artigo "A Igreja e o socialismo violento ou moderado", publicado em uma edição da revista *A Ordem* em 1938:

Ora, em seu todo, o socialismo é taxativamente condenado pela Igreja, que o considera imoral, isto é, contrário ao direito natural e à moral cristã. Como peste mortal, uma seita de homens que se esforçam, sob os mais variados disfarces, por levar a cabo o desígnio de destruir os alicerces da sociedade civil (Leão XIII). Esse julgamento ainda não se modificou, em que pesem os vários aspectos que a doutrina socialista tem apresentado em suas aplicações, aqui e alhures, para insinuar-se cada vez mais no seio dos povos. Dando origem à doutrina da violência e da subversão completa de toda a ordem no mundo, que é o comunismo militante, o socialismo, pela voz dos seus mentores, diz ter evoluído, uma vez que transigiu quanto aos seus principais postulados – a luta de classes e a supressão da propriedade privada. (Damasco, 1938, p. 31).

No início do século XX, o discurso católico revelou-se eficaz contra o socialismo e o anarquismo, mas, a partir da segunda metade da década de 1930, esse discurso tornou-se também um instrumento importante contra as alternativas políticas à extrema direita e os regimes nazifascistas.

Esse discurso e uma poderosa articulação de atores sociais em torno dele, bastante operativos na prática, ajudam a explicar a reconstrução urbanística do Pátio do Colégio a partir da década de 1940. A igreja do Pátio do Colégio havia sido destruída no final da década de 1890 e substituída por um conjunto urbanístico laico e administrativo que enaltecia o poder do Estado. Enquanto isso, os religiosos da Companhia de Jesus atuavam principalmente na educação das elites paulistanas em seus colégios jesuítas. Após sua formação básica, antigos alunos deram continuidade à sua formação espiritual, empenhando-se em manter os valores inacianos que haviam recebido dos religiosos da Companhia de Jesus e em perpetuar e fortalecer a memória dos jesuítas em São Paulo.

Com apoio nas atas de reunião desse grupo de antigos alunos — guardadas no Colégio São Luís, na Avenida Paulista — e nos periódicos que trataram do processo de reconstrução do conjunto religioso entre a década de 1940 e 1955, pretendeu-se observar no presente capítulo a atuação da A.S.I.A. (Antiqui Societatis Iesus Alumni) ou associação dos antigos alunos jesuítas de São Paulo. Com o objetivo de analisar sua importância nessa relação de disputa de poder e de reafirmação dos valores tradicionais

católicos e jesuítas, buscou-se analisar o poder de agência do grupo no processo de devolução do terreno do Pátio do Colégio e da consequente reconstrução de todo o conjunto religioso, concluída na década de 1970.

Para alcançar essse objetivo, tratou-se do retorno da ordem religiosa a São Paulo e de sua ação educacional junto às elites paulistanas, em um primeiro momento formador desse grupo de leigos. Posteriormente, será estudada a instituição da associação dos antigos alunos, em São Paulo, sua configuração e seu caráter político religioso, que a levou, entre outras realizações, a lutar pela devolução do terreno e pela reconstrução integral do antigo conjunto. Por fim, serão destacados antigos alunos que tiveram intensa participação no processo de devolução e de reconstrução do Pátio do Colégio e que, utilizando-se de sua influência política, defenderam as ideias católicas e jesuítas, fortalecendo o processo de enraizamento da ordem em São Paulo.

Não se pretende defender a exclusividade jesuíta no debate em torno do Pátio do Colégio. Além desse grupo, outros (religiosos e leigos) assumiram uma posição próreconstrução do antigo conjunto.<sup>26</sup> Imbuídos do espírito de afirmação identitária que a cidade viveu na década de 1950, com as comemorações do IV Centenário de Fundação, tais grupos geraram debates públicos e organizaram-se para buscar seus interesses em relação a esse território privilegiado da cidade.

# 2.1 - O retorno da Companhia de Jesus: os colégios jesuítas em São Paulo

Conforme citado no primeiro capítulo desta dissertação, a Companhia de Jesus retomou suas atividades, com foco na fundação e na administração de colégios, após a restauração da ordem jesuíta pelo papa Pio IX. Segundo Gilberto Teixeira (2014, p. 2), os primeiros jesuítas provenientes da missão espanhola entraram no Brasil em 1843, por Porto Alegre, pela solicitação de Saturnino de Oliveira (governador da província do Rio Grande do Sul), fundando inicialmente o Colégio dos Jesuítas Espanhóis (1845-1855) e o Colégio do Santíssimo Salvador (1865-1869), ambos na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Diante do clima hostil entre os setores liberais do sul do Brasil e a Companhia de Jesus, a ordem procurou outra localidade, encontrada em Itu, interior de São Paulo, onde foi fundado o Colégio São Luís em maio de 1867.

<sup>26</sup> Para saber mais sobre os embates ocorridos por tais grupos no período de devolução do terreno e reconstrução do conjunto ler: CANADO JR., Roberto dos Santos. Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio (1941-1979). Dissertação (Mestrado em história e fundamentos da arquiteura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Naquele período, Itu passava por uma grande transformação econômica e política. Segundo Nogueira (1954, p. 388), a vila, com cerca de 10 mil habitantes, que costumava ter como atividade principal o cultivo da cana-de-açúcar, começava a ampliar sua ação no cultivo cafeeiro, transformando a cidade em um dos principais centros regionais de abastecimento das áreas vizinhas e levando-a a rivalizar até mesmo com Campinas. O desenvolvimento influenciou na configuração da vila, onde surgiram numerosas casas comerciais e centros culturais. Foi em meio a esse contexto que, em 18 de abril de 1873, um dia após a inauguração da estrada de ferro Ituana, ligando Itu a Jundiaí, ocorreu uma reunião de líderes republicanos, que ficou conhecida como Convenção de Itu. A assembleia, presidida por João Tibiriçá Piratininga, levou à criação do primeiro partido republicano paulista, que se aliaria aos partidos republicanos fluminense e mineiro.

Segundo Nogueira (1954), a cidade de Itu também congregava um grande número de representantes do clero católico (com a presença, na época, de catorze templos, além das escolas religiosas), que difundia os ideais do movimento ultramontano. Portanto, a instalação do colégio jesuíta em Itu foi, de certa forma, estratégica, pois, além de concentrar uma parte da elite cafeeira paulista, as discussões das ideias liberais eram difundidas na região. A reorganização do ensino jesuíta na mesma cidade em que era moldada uma articulação em prol da República aponta para a complexidade do elemento religioso nas elites brasileiras durante a segunda metade do século XIX. Nesse contexto, os religiosos jesuítas possivelmente perceberam em Itu uma oportunidade de também influenciar a formação política e intelectual da futura elite paulistana sob a luz dos valores católicos, em um projeto alternativo à rede de escolas públicas desenhada pela Primeira República.

A ação de conjunto dos jesuítas em todo território nacional ainda durante os anos de Império demonstra uma intenção firme de retornar ao Brasil, numa atividade que será a principal marca da atuação dos jesuítas restaurados no Brasil; a formação das elites políticas do país nas mais diferentes regiões. O Colégio São Luís, estabelecido em Itu, não tardou a se tornar o mais importante colégio nesse aspecto. Uma parte expressiva das lideranças do país de diferentes regiões foi formada integralmente ou esteve por alguns anos aos cuidados dos padres jesuítas deste colégio. Essa característica da vocação dos colégios jesuítas talvez estivesse na origem daqueles temores que já aventamos e que inspiraram a resistência à abertura dos colégios nas diferentes regiões do país em que eles se instalaram. Formar as elites do país é, sem dúvida, uma forma de mergulhar de corpo inteiro na arena que os jesuítas tanto prezam: a política (Teixeira, 2014, pp. 16-17).

<sup>27</sup> O Movimento Ultramontano surgiu no interior da Igreja Católica, na França, após a Revolução Francesa como forma de reação dos constantes ataques vindos de setores sociais imbuídos de diferentes ideologias condenatórias à religião (dos liberais moderados aos marxistas e anarquistas), que buscavam retirar da religião qualquer posição oficial na sociedade e reduzindo as religiões como organizações puramente voluntárias. Segundo Romano (2007, pp. 11-12), no Brasil tais tentativas de romanização da Igreja poderam ser percebidas ainda no final do século XIX. Ainda no período Imperial, a Igreja vivia sob o regime de Padroado (direito concedido ao Rei de Portugal de exercer o governo religioso no reino e nas colônias), gerando conflitos entre os clérigos formados em Roma (Dom Vital e Dom Antonio Macedo Costa) e a monarquia.

Na década de 1910, devido a uma epidemia de febre amarela, o Colégio São Luís foi fechado e transferido, em 1918, para a Avenida Paulista, local privilegiado, onde, a partir do final do século XIX, instalou-se parte significativa da elite paulista. Mesmo após a mudança, o Colégio São Luís manteve-se como referência na formação dos filhos das tradicionais famílias de todo o estado de São Paulo.

Outro colégio jesuíta foi fundado em São Paulo, no bairro da Liberdade, em 1928. Com o foco voltado para a conversão católica da comunidade de imigrantes japoneses, o *Collegio Catholico Japonês São Francisco Xavier* iniciou suas atividades em uma casa alugada pelo padre Guido, responsável pela Igreja São Gonçalo,<sup>28</sup> localizada na atual Praça João Mendes. Em 1931, o colégio foi transferido para um novo edifício no bairro do Ipiranga, onde se tornaria centro da missão japonesa dos jesuítas em São Paulo.<sup>29</sup> Ambos os colégios foram locais de formação de figuras de destaque na política paulistana, que formariam o grupo de antigos alunos com influência nas decisões acerca do processo de reconstrução do conjunto do Pátio do Colégio.



**Fig. 45** - Colégio São Luís em Itu. ACERVO: Colégio São Luís/SP.



**Fig. 46** - Colégio São Luís na Avenida Paulista. ACERVO: Colégio São Luís/SP.

<sup>28</sup> Segundo o site da Arquidiocese de São Paulo, região episcopal Sé, após ruir a ermida dedicada à ordem da Imaculada Conceição e a de São Gonçalo, em 1840, foi construída uma igreja, dando origem também à Irmandade Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo. Em 1893, a igreja foi entregue aos jesuítas, que nela trabalharam promovendo as Congregações Marianas e a catequese entre os imigrantes japoneses. Fonte disponível no site:< www.regiaose.org.br>

<sup>29</sup> As informações acerca do Colégio São Francisco Xavier foram retiradas do site: < www.sanfra.g12.br>.

# 2.2 - Antiqui Societatis Iesus Alumni: a associação dos antigos alunos em São Paulo

Os antigos alunos são membros da "comunidade que trabalha a serviço do Reino e um colégio jesuíta tem responsabilidade especial por eles. Enquanto permitirem os recursos, o colégio oferecerá orientação e formação permanente, de modo que os que receberam sua formação básica no colégio possam por em prática essa formação de modo mais efetivo na sua vida adulta e possam continuar a aprofundar sua dedicação no serviço aos outros. Entre os centros educativos da Companhia de Jesus e as associações de antigos alunos existem laços estreitos de amizade e apoio mútuo (Os antigos [...], 1986, p. 5)

Em São Paulo, a A.S.I.A., grupo tradicional nas escolas jesuítas em todo o mundo, era majoritariamente composta por antigos alunos dos colégios jesuítas, em especial Colégio São Luís (Itu e São Paulo) e Colégio São Francisco Xavier. Os antigos alunos participavam de reuniões periódicas acompanhadas por religiosos jesuítas, nas quais debatiam assuntos pertinentes à ordem jesuíta e à sua função missionária em São Paulo e em todo país.

Segundo a ata da primeira reunião da A.S.I.A. em São Paulo, o grupo paulistano foi fundado em 17 de novembro de 1926, na Igreja de São Gonçalo:

Reuniram-se trinta ex-alunos dos diversos collegios do R.R.P.P. jesuítas, na manhã de 17 de novembro de 1926 na Egreja de S.Gonçalo. (...) Durante esse ágape, no qual reinou a mais íntima camaradagem, versando as palestras então travadas sobre as saudosas reminiscências dos tempos collegiaes, um presente, o Dr. Antenor Gurjão Leite Catrim lembrou a idéia de congregarem-se os presentes para o fim de fundar-se nesta capital uma associação dos ex-alumnos dos padres jesuítas (Ata n. 1, 1926).

As reuniões da associação eram realizadas mensalmente no Colégio São Luís, com a presença dos antigos alunos, de professores e de religiosos da Companhia de Jesus (em especial o reitor do colégio). Era possível a admissão de membros que não fossem ex-alunos jesuítas, mas que houvessem desempenhado feitos notáveis pela memória de São Paulo e pela Companhia de Jesus. Estes eram considerados sócios honorários, como,



Fig. 47 - Foto da primeira reunião extraordinária da ASIA São Paulo em 1926, no Colégio São Luís na Avenida Paulista. ACERVO: Colégio São Luís/SP.

por exemplo Paulo Cursino de Moura<sup>30</sup> e Affonso de Taunay,<sup>31</sup> considerado um grande e dedicado amigo da Companhia de Jesus.

As atas referidas foram localizadas no Centro de Memória do Colégio São Luís, onde estão armazenados os registros de reuniões ordinárias e extraordinárias do período de 1926 (ano da fundação da A.S.I.A.) até 1980. Nas atas podem ser encontrados desde referências ao funcionamento e ao cotidiano da associação (como a criação de estatutos, informes financeiros, admissões de novos sócios e eventos sociais) até assuntos relacionados às estratégias da Companhia de Jesus no processo de restauração de sua memória no território paulistano. A atuação da A.S.I.A. não se restringiu apenas aos ex-alunos paulistanos, podendo ser observada a organização de congressos nacionais e internacionais³² incluindo diversas associações de antigos alunos jesuítas e impulsionando o grupo à fundação, em 1941, da Federação Brasileira das Associações dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus. A federação tinha como principal objetivo "orientar e coordenar a ação das entidades federadas, no sentido de estreitar-lhes os vínculos de coesão e colaboração" (A.S.I.A., 1941, p. 3), através de congressos, intercâmbios e publicação de periódicos.

**<sup>30</sup>** O nome de Paulo Cursino de Mouro aparece a partir da ata de 8 de novembro de 1931 e é citado na ata do dia 04/06/1933 em exaltação à publicação do seu livro São Paulo de Outrora em 1932. "O Sr. Presidente anunciara o aparecimento d lovro S. Paulo de Outrora da lavra do Dr. Paulo Cursino de Moura e lê as dedicatórias dos exemplares offerecidos aos srs. PP Danti e Cerda".

<sup>31</sup> Segunda a ata de reunião de 03 de setembro de 1933: "O Sr. Alberto Araujo de Oliveira fez indicação do Dr. Afonso E. Taunay para sócio honorário, justificando-a com o facto de ser aquelle eminente escriptor um grande e dedicado amigo da Companhia de Jesus como o provam a defesa em della sempre tem feito e a recente edição das Cartas do Padre Anchieta, de que tomou a iniciativa e o pesado encargo. Em vista de manifesta sympa tia com que foi recebida a indicação, o Presidente desde logo o deu por aprovada, determinando ao secretario a devida comunicação".

<sup>32</sup> Nas atas foram localizadas como tema de reunião a preparação das Convenções Nacionais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Rio Grande do Sul) e Congressos Internacionais (Peru, Roma e Canadá).

# 2.3 - A A.S.I.A. e a defesa do Pátio do Colégio: intelectuais e políticos paulistanos responsáveis pela devolução e reconstrução do conjunto

O grupo composto por notáveis ex-alunos do Colégio São Luís participou ativamente dos movimentos em prol da reconstrução e da permanência da memória jesuíta em São Paulo, reunindo algumas das mais importantes personalidades da sociedade paulistana e contribuindo com os interesses eclesiásticos da época. Duas personalidades presentes em questões políticas do estado tiveram destaque na concretização dos interesses da Companhia de Jesus e na frente tradicionalista católica do período: Altino Arantes (1876-1965) e César Salgado (1894-1979). Não apenas figuras políticas, ambos foram representantes da espiritualidade e dos interessentes de ação católica e jesuíta, como demonstram jornais da época.

Presidente nacional da associação de ex-alunos jesuítas,<sup>33</sup> Altino Arantes Marques foi aluno do Colégio São Luís em Itu e continuou sua formação acadêmica na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1895). Segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930 (2001), Altino Arantes foi membro do Partido Republicano Paulista (PRP),<sup>34</sup> assumindo diversos cargos políticos em São Paulo, onde também foi eleito deputado federal para a legislatura de 1906 a 1908, reelegendo-se para a legislatura seguinte (1909 a 1911). Em 1916, foi eleito presidente do estado, que governou até 1920, defendendo os interesses paulistas junto ao governo da União. Em 1932, foi um dos subscritores de um manifesto em que seu partido se pronunciou contra a "ditadura aliancista" e afirmou sua disposição a lutar por um novo regime republicano, constitucional e federativo, condenando o governo federal e apoiando a luta dos paulistas na Revolução de 1932. Com a derrota da Revolução Constitucionalista, Altino Arantes foi exilado em Lisboa entre 1932 a 1934. Quando retorna ao Brasil, assume a presidência do PRP.

<sup>33</sup> Na reunião de fundação da A.S.I.A., o Dr. Adolpho Augusto Pinto é aclamado como primeiro presidente da associação porém, segundo a ata da 1ª Assembléia geral da Associação realizada em 12/10/1928, por motivos "poderosos," abdica do cargo, tendo como candidato suplente eleito o Dr. Altino Arantes. "Presidente honorário: Dr. Adolpho Augusto Pinto, o qual por motivos poderosos não pode aceitar o de presidente effetivo para o qual fora eleito e aclamado; Presidente effetivo: Dr. Altino Arantes". Segundo as atas, Altino Arantes permaneceu na presidência da associação por 20 anos ininterruptos.

Considerado como principal partido da Primeira República, o PRP - Partido Republicano Paulista foi fundado em 3 de julho de 1873 e foi extinto por um decreto de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo. Resultado da fusão política produzida entre fazendeiros do Clube Republicano (entre os quais se destacavam Américo Brasiliense, Luís Gama, Américo de Campos e Bernardino de Campos, Prudente de Morais, Campos Sales, Francisco Glicério, Júlio de Mesquita e Jorge Tibiriçá Piratininga, seu primeiro presidente), o objetivo primordial do PRP era implantar no Brasil uma federação republicana com alto grau de descentralização administrativa. Fonte:Dicionário de verbete. Dicionário da Elite Política Republicana. Partido Republicano Paulista. CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.



**Fig. 48** - Altino Arantes (1876-1965). FONTE: Livro Comemorativo do 75° Aniversário do Colégio São Luís, 1942. ACERVO: Colégio São Luís/SP.



Fig. 49 - César Salgado (1894-1979).
FONTE: Livro Comemorativo do 75° Aniversário do Colégio São Luís, 1942. ACERVO: Colégio São Luís/SP.

Durante seu exílio, Altino Arantes solicitou ao conselho diretor da A.S.I.A. que fosse retirado do cargo de presidente. O pedido foi negado pelo padre Danti, então reitor do Colégio São Luís:

(...) a respeito de uma carta do Dr. Altino Arantes, ora exilado em Portugal, em que ele solicita demissão do cargo de Presidente, por impedimento material de exercer as respectivas funções. O Ver. P. Danti declarou já haver respondido informando ao Dr. Altino Arantes que sua demissão não foi aceita. Como testemunho de apreço e manifestação da simpatia ao Presidente da Associação, ficou resolvido, por unanimidade, que a cadeira de presidência permanecesse vaga até a volta de seu titular (Ata de 5/2/1933, p. 20).



Fig. 50 - Foto do grupo de civis e militares exilados em 1932. Na foto n.40 - Altino Arantes. FONTE: Revista da Semana. Novembro de 1932. São Paulo.

A decisão do padre Danti ilustra o apoio da Companhia de Jesus ao posicionamento político de Altino Arantes, mantendo-o no cargo de presidência da associação. Arantes retornou ao Brasil em 1934, manteve-se na presidência até 1946 e, posteriormente, continuou como membro do conselho diretor da A.S.I.A. Além de Altino Arantes, outros alunos participaram da Revolução Constitucionalista e também foram exilados.<sup>35</sup>

Outro importante membro da A.S.I.A. que esteve à frente dos preparativos e da luta pela reconstrução do conjunto jesuíta foi José Augusto César Salgado. Bacharel pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1917), foi aluno do Colégio de São Luís, em Itu, em 1909. Tornou-se, a partir de sua formação na Faculdade de Direito, promotor público nas comarcas de Atibaia e Socorro, chegando ao auge de sua carreira política em São Paulo, onde foi eleito deputado pelo PRP, em 1934, e foi procurador da Justiça do estado pelo governo de Lucas Nogueira Garcez em 1951. Essa nomeação foi parabenizada pelo grupo, o que pode ser observado na ata de 9 de setembro 1945:

O Sr Ulisses Coutinho pediu a palavra para saudar o Sr. José Augusto César Salgado, ilustre representante do Ministério Público, que está indicado ao Governo para o alto cargo de procurador geral do Estado. O orador falou da pessoa ilustre do Dr. César Salgado e louvou o Governo pelo acerto da nomeação que irá fazer dentro de alguns dias (Ata de 9/9/1945).

Segundo Canado Junior (2014, p. 29), César Salgado é considerado "quase como um arquétipo" das elites conservadoras mais tradicionais e católicas "quatrocentonas" de São Paulo. Pertencente a uma tradicional família de Pindamonhangaba, Salgado seria um grande apoiador das causas católicas, fazendo parte, além da A.S.I.A., da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, do Clube Piratininga e do Clube dos 21 Amigos Irmãos e estando à frente do movimento Amigos da Padroeira, que tinha como objetivo a construção da nova basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida, interior de São Paulo. Membro do conselho diretor da A.S.I.A., César Salgado foi nomeado presidente da Federação Brasileira das Associações dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, em 1º de dezembro de 1940, como consta na ata da federação do mesmo dia, estando à frente da Comissão Pró-Monumento a Anchieta e posteriormente ativamente envolvido na Comissão Pró-Igreja, instituída pela A.S.I.A. na busca pela reconstrução do Pátio do Colégio.

<sup>37</sup> Atualmente, no centro de memória do colégio São Luís, existem 72 cartas com justificativas de membros da A.S.I.A. devido às ausências das reuniões do grupo devido ao exílio.

A luta de César Salgado pela memória da Companhia de Jesus foi evidenciada na reunião em homenagem a Ibraim Nobre, em 1934, mencionada no primeiro capítulo, em que Salgado falou não apenas sobre assuntos acerca da Revolução de 1932, mas também reavivou a memória jesuíta na figura de Anchieta. Após essa reunião, foi comemorado o retorno do topônimo *Pateo do Collegio* ao território ainda secularizado. O ato de renomeação foi celebrado entre os antigos alunos, conforme registrado na ata da 45ª reunião:

Presidiu-a Sr. Altino Arantes, apresentando um voto de congratulação com o Sr. Prefeito Municipal Sr. Fábio Prado, por restituir ao antigo Largo do Palácio, posteriormente Praça João Pessoa, a sua tradicional denominação de Pátio do Colégio (Ata de 10/5/1936, p. 64).

Para responder aos acontecimentos das décadas anteriores, quando a República havia buscado acelerar o processo de laicização do território, a Igreja Católica utilizou um evento festivo e religioso para reavivar e revalidar a importância da religião católica no Brasil. O IV Congresso Eucarístico Nacional, de 1942, marcou uma nova relação entre os fiéis e a Igreja, pois foi caracterizado pela participação ativa dos leigos. Para Ney de Souza, "nesse momento eles não ficam apenas restritos a assistir, foram partes integrantes desse evento de fé" (Souza, 2006, p. 118).

Nesse cenário, diversas manifestações fortaleceram a percepção de que era necessário que o Pátio do Colégio retomasse seu caráter religioso. Paim Vieira, ceramista e professor da FAU/USP, entendeu o local como sagrado não por sua materialidade — uma vez que, por ora, o conjunto e seu território encontravam-se descaracterizados por ter sido laicizados — mas pelo que ele significava religiosamente. Em um artigo do jornal *A Gazeta*, de 8/8/1945, Antônio Paim Vieira apareceu ao lado do arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, e das diretoras da Liga das Senhoras Católicas, em visita ao interventor federal do estado de São Paulo Fernando de Souza Costa, para expor os planos de reconstrução da antiga Igreja de Anchieta, que ficaria sob os cuidados da cúria metropolitana. Segundo Donato (2008, p. 242), os planos foram acompanhados do "Livro de Ouro", que recebeu mais de quatro mil assinaturas de personalidades da cidade.

Expondo os pormenores do plano falou o Sr. Antonio Paim Vieira que exaltou a memória do Apóstolo das Américas. Falou a seguir o prof. Sud Menucci, diretor do departamento de Educação que ali se achava em companhia de outros professores. Em seguida, usou a palavra D. Carlos de Vasconcelos Mota que pronunciou breve alocução dirigida ao Sr. Fernando Costa e demais presentes. Exaltou também a figura de Anchieta e seu trabalho na construção religiosa e social do Brasil. Falou finalmente o Sr. Fernando Costa que, depois de agradecer aquela visita e tecer um hino ao Santo de Piratininga prometeu estudar com toda boa vontade a reconstrução da igreja de Anchieta (Reconstrução [...], 1945, s/p).

Antônio Paim Vieira, ainda que não tenha sido aluno de colégios jesuítas, <sup>36</sup> demonstrouse um grande entusiasta dos valores da Companhia de Jesus. Posteriormente, pouco antes da efetiva devolução do terreno aos jesuítas, em 1953, defendeu a reconstrução da igreja em um manifesto liderado também pelos professores da turma de 1913 da Escola Normal Secundária de São Paulo.<sup>37</sup> No documento, existe a indicação de que o conjunto deveria ser confiado à guarda da Companhia de Jesus e propaga-se também a imagem de Anchieta e os valores pregados pela Companhia de Jesus, recomendando o lançamento da pedra fundamental para 25 de janeiro de 1954. Porém, com a morte do interventor Fernando de Souza Costa, em 21 de janeiro de 1946, "outros assuntos ocuparam o tempo e a atenção dos que podiam apor o ponto final no processo" (Donato, 2008, p. 243), que permaneceu inconcluso.



Fig. 51 - Entrega da proposta de reconstrução da igreja de Anchieta. Na foto - Dom Carlos de Vasconcelos Mota, Fernando de Souza Costa e Paim Vieira. FONTE: Jornal A Gazeta de 08/06/1945.

**<sup>36</sup>** Paim Vieira teria estudado na escola Caetano de Campos desde o Jardim de Infância até a conclusão do Curso Normal e posteriormente ingressou na Escola de Belas Artes de São Paulo. Fonte no site: <www.iecc.com.br/historias-caetanistas/247/antonio-paim-vieira>

<sup>37</sup> QUEREM os professores construir no Pátio do Colégio o "Lar do Mestre". Folha da Manhã, São Paulo, 1 dez. 1953.

Em 1948, a discussão foi retomada pela A.S.I.A., como consta na ata de reunião de 28 de novembro, em que foi proposta, pelo padre jesuíta Fernando Pedreira de Castro, uma comissão para voltar a discutir o assunto.

Pede a palavra o Ver. Pe. Fernando Pedreira de Castro S.J. que propõe seja ventilada novamente a Ideia de se reconstruir no Pátio do Colégio a antiga Igreja dos Jesuítas. Já foi feito um movimento nesse sentido, mas parece que ficou sem resultado prático. Seria conveniente a ASIA tornar a iniciativa e pôr-se em contato com os componentes da Comissão encarregada. O Sr. Presidente propõe entregar-se o assunto a uma Comissão que encarregaria de dar os passos necessários à concretização dessa ideia, nomeando o Sr. Paiva Meira, César Salgado, José Stéfano, José Celestino Bounraul, Edgard Tomás de Carvalho, MansudChebl, Teodorico Lessa, Carlos Vilhena Soares e Leôncio Cintra do Prado (Ata de 28/11/1948).

Sem obter grandes resultados até o fim da década de 1940, a A.S.I.A. percebeu, nos festejos do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, uma oportunidade para fortalecer a ideia de reconstruir a igreja do Pátio do Colégio. Em 1952, o conselho diretor da associação aprovou a constituição de duas comissões voltadas para os festejos do IV Centenário da Fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga,<sup>38</sup> que se constituiria quase como um espelho religioso da comissão oficial dos festejos do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, tendo como intenção articular com o governador do estado a reconstrução da antiga igreja.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Foi aprovada, a seguir, a constituição de duas comissões, uma de honra, a outra executiva, para o preparo dos festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga (1554 -1954), as quais ficariam assim constituídas: Comissão de Honra Presidente: D. Carlos Carniello de Vasconcellos Malta, Cardeal Acerbispo de São Paulo; Vice-Presidente: D.Paulo Rolim Louvreiro, Bispo da Baia; Membros: Pe. Arthur Afonso, Provincial do Brasil Central, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Pe. João de Castro e Costa, Reitor do Colégio São Luís, Pe. Armando Cardoso, Superior do Noviciado de Itaici; Dr. Álvaro de Souza Lima e Dr. Affonso Taunay – Comissão Executiva. Presidente: Dr. José Augusto César Salgado; Vice – presidente Dr. Altino Arantes, Dr.Ulisses Coutinho, Dr. Lucio Cintra do Prado – Secretario – Dr. José Celestino Bounraul; Tesoureiro – Dr. Walter Bonfim Pontes; Vogais: Pe. Aristides Gréve S.J., Dr. Amador Cintra do Prado, Dr. Arlindo Pereira Lima; Dr. Dacio Aguiar de Morais, Dr. Edgard Thomaz de Carvalho, Pe. Fernando Pedreira de Castro S.J., Dr. Flavio Queiros de Moraes." (Ata de reunião de 16/03/52)

<sup>39</sup> Na ata da 182º Reunião Ordinária do Conselho diretor da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus no dia 31/05/1953, observa-se que César Salgado expôs as providências tomadas em relação a reconstrução. "O Sr. José Nunes Vilhena falou, em seguida, sobre a ação de José de Anchieta na fundação de São Paulo e sobre a reconstrução da Igreja no Pátio do Colégio. O Sr. J.A.César Salgado fecundou as considerações desse nobre conselheiro e expôs as providencias que uma comissão constituída do Presidente Altino Arantes, do Pe. Aristides Fréve e de V.Excia. havia tomado junto ao Governador de São Paulo no sentido daquela reconstrução."

A partir da fundação das duas comissões, os antigos alunos e seus mestres iniciaram uma campanha explícita em defesa da reconstrução, utilizando-se principalmente da imprensa para difundir e validar seu projeto. Em entrevista ao *Diário de São Paulo*, em 1952, o padre Pereira de Castro falou sobre o pedido de apoio feito, junto com Altino Arantes e César Salgado, ao governador do estado, que revindicava a reconstrução completa do conjunto (exercendo sua função de monumento vivo da história de São Paulo e de local de formação para a sociedade) e sua devolução aos cuidados da Companhia de Jesus:

Os amigos de Anchieta, dos fundadores de S.Paulo, desejam que reedifique a igreja, quanto possível no local e a forma antiga e que ali se coloque a imagem do mesmo Anchieta, se ele for canonizado. (...) Desejam mais que se instale um museu para objetos que recordam os primeiros anos da cidade, uma sala de conferências, onde se trate de assuntos religiosos, morais e sociológicos e algumas salas de aula onde se recomecem as primitivas aulas gratuitas para alfabetização e outros ensinamentos de crianças e adultos. (...) Aliás, pouquíssimas cidades, como S. Paulo, sabem exatamente o lugar, o dia e quase à hora da sua fundação. Não seria pena deixar de indicar tudo isso com um monumento vivo, mais valioso que colunas ou estátuas? (Monumento vivo [...], 1952, s/p).

Em 1953, em uma reunião da A.S.I.A., solicitou-se a criação de uma comissão mais específica dentro dos preparativos para os festejos do quarto centenário, a Comissão Pró-Igreja do Pátio do Colégio e Pró-História de Anchieta. Na mesma reunião, o historiador José Nunes Vilhena divulgou as diversas adesões políticas ao movimento de reconstrução do antigo colégio.

O Sr. José Nunes Vilhena apresentou o resultado do movimento a favor a reconstrução da Igreja no Pátio do Colégio. Salientou valiosas adesões conseguindo como do "Correio Paulistano", da Rádio America, dos Cronistas municipais, do Prefeito e do Vice-Prefeito da Capital, do diretor de Obras e de Urbanismo da Capital, da Presidente da Câmara Municipal e de alguns vereadores. E terminam solicitando do Presidente Altino Arantes a nomeação de uma Comissão Pró-Igreja do Pátio do Colégio e Pró-Historia de Anchieta. Fundador de São Paulo. O Sr. Presidente disse que, oportunamente, designaria a Comissão Solicitada (Ata de 21/6/1953).

Segundo Canado Junior (2014, p. 26), José Nunes Vilhena fazia parte de um grupo de leigos que se expressavam e eram tidos publicamente como ativos propagadores da fé católica ou, no mínimo, como entusiastas de José de Anchieta. Vilhena, junto a César Salgado, aparece constantemente nos principais jornais da época, desempenhando um importante papel de divulgação — através de entrevistas e artigos publicados em periódicos e livros — da memória jesuíta e da memória do antigo conjunto.

Em novembro de 1953, a decisão do governo pela completa demolição da Secretaria de Educação (antigo colégio jesuíta) surpreendeu ao grupo de antigos alunos. Preocupada com os rumos do terreno do antigo colégio dos jesuítas e diante da demolição da então Secretaria de Educação, a A.S.I.A. organizou a Comissão de Proteção às Relíquias do Pátio do Colégio, com o objetivo de acompanhar o processo de demolição e resgatar possíveis remanescentes históricos em uma inspeção que duraria três dias.





Fig. 52 e 53 - Demolição da Secretaria de Educação em 1953. AUTOR: Sebastião A. Ferreira. ACERVO: Casa da imagem. São Paulo.

Enquanto um grupo da associação buscava a preservação do que havia restado da edificação, outro grupo de ex-alunos procurava estratégias para a defesa do Pátio do Colégio, como articulações políticas com ex-alunos que ocupavam cargos importantes no governo do estado de São Paulo. Uma reportagem publicada no jornal *A Gazeta*, em 23 de outubro de 1956, informava sobre uma das primeiras conquistas oficiais do grupo de ex-alunos jesuítas no processo de devolução do terreno do Pátio do Colégio, indicando que o projeto de lei do deputado Yukishigue Tamura fora aprovado e que o terreno seria devolvido aos cuidados da Companhia de Jesus. A decisão foi contestada por historiadores que alegavam que a devolução havia sido uma decisão equivocada.

Nos fins de 1953 a Assembléia Legislativa de São Paulo, aprovava projeto de Lei do deputado Yukishigue Tamura, fez pertence à Companhia de Jesus, do mais valorizado terreno de São Paulo, do quinhão maior do patrimônio histórico da cidade, isto é, da

área destinada ao Pátio do Colégio, onde e existiram a cabana e o primeiro estabelecimento de ensino de Anchieta. (...) Historiadores consultados pela reportagem são de opinião que o projeto Tamura foi aprovado de afogadilho e transformações na Lei sem muito estudo, pois a doação representou verdadeiro atentado contra nosso patrimônio histórico (Recomendada [...], 1956, s/p).

De família de imigrantes, Tamura cresceu na capital paulista, diferentemente de outros políticos nipo-brasileiros que vieram do interior de São Paulo, e representa a elite intelectualizada da comunidade japonesa. Em 1926, aos 11 anos, conheceu um padre jesuíta italiano, Guido Del Toro, da Igreja São Gonçalo. Sua aproximação com o padre levou-o a converter-se ao catolicismo, influenciando também seus pais. Depois, em 1939, formou-se pela Faculdade de Direito, sendo o terceiro nipo-brasileiro a obter diploma no Largo São Francisco. Após formar-se, tornou-se professor no Colégio Francisco Xavier e advogado, defendendo os direitos de japoneses, italianos e alemães presos por suspeita de espionagem. A luta de Tamura pelos direitos dos imigrantes, vendo-os como cidadãos brasileiros, serve como indício para perceber a maneira como os valores católicos, considerados por ele universais, poderiam contribuir como fator unificador de uma identidade nacional.





Fig. 54 e 55 - Deputado Tamura em visita a Brasília em 1960. ACERVO: Colégio São Luís.

Em 1947, os municípios realizaram suas primeiras eleições em onze anos, após o fim do Estado Novo. Nesse momento, nisseis (brasileiros filhos de japoneses) lançaram -se como candidatos. Devido ao preconceito que a comunidade japonesa sofria na época, Tamura teve dificuldades em ingressar em qualquer partido político, sendo necessária a intervenção do padre Guido Del Toro para que o jovem conseguisse uma legenda. Devido ao medo que acometera o estado, amedrontado diante do *perigo vermelho*, políticos comunistas foram retirados do poder, e, nesse momento, Tamura assumiu um cargo de

vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Ainda em 1947, liderou uma campanha contra o confisco dos bens de imigrantes, realizado pelo governo federal em 1840. Em 1951, após mudar para o Partido Social-Democrático (PSD), foi eleito deputado estadual e iniciou sua defesa em prol da devolução do Pátio do Colégio:

Segundo suas memórias, a aprovação da lei foi um processo árduo. Lembra que sofreu resistências dos protestantes, maçons e também dos próprios católicos, que não viam com bons olhos um filho de imigrante, japonês, ser autor de um projeto histórico ligado às tradições católicas e paulistas (Perfil [...], 2014, p. 20).

Segundo César Salgado, o projeto de lei proposto por Tamura foi aprovado unanimemente pela Assembleia Legislativa e promulgado pelo governador Lucas Nogueira Garcez, em 21 de janeiro de 1954, atribuindo à Companhia de Jesus o domínio pleno do terreno destinado à construção de uma igreja, de uma escola e da Casa de Anchieta, destinada a ser um museu, além das relíquias nele existentes, conforme o artigo II da Lei N. 2.568:

Artigo 2º - A doação do terreno é feita acompanhada das relíquias nele existente, obrigando-se, porém a donatária pela conservação, em lugar apropriado, e a nele construir um novo colégio São Paulo e igreja anexa tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais e reproduzir em um perfeito renascimento o ato inicial da fundação da cidade de São Paulo, efetuando o lançamento da pedra fundamental da obra, que perpetuará a mais cara tradição do povo paulista, por ocasião do IV Centenário a se comemorar no dia 25 de janeiro de 1954 (Salgado,1976, p. 139).

Com a devolução do terreno, os antigos alunos se articularam para "reerguer quando possível no estilo antigo os monumentos primitivos sobre os alicerces existentes" (Salgado, 1976, p. 138). Para tal, o grupo deu início à construção de uma réplica da primeira cabana, em tamanho real, no local do antigo conjunto jesuíta. Inaugurada em abril de 1954 com uma missa campal, a cabana serviu não apenas como momento inicial da construção do conjunto, mas como escola e museu para a sociedade paulistana, onde "ali, poderão os residentes em São Paulo e forasteiros, encontrar toda a seqüência da fundação e desenvolvimento da cidade" (Mil e quinhentas..., 1954). Com caráter educativo para as crianças, previam-se palestras organizadas pela A.S.I.A., sob responsabilidade do professor Vilhena, assim como a exposição das relíquias relacionadas à ação da ordem religiosa em São Paulo.



**Fig. 56** - Reportagem sobre ação educativa na cabana primitiva em março de 1954. FONTE: Não identificada. ACERVO: Biblioteca do Pátio do Colégio.

Em 17 de fevereiro de 1954, o jornal *A Gazeta* publicou uma carta de agradecimento do superior-geral da Companhia de Jesus, padre João Batista Janssen S. J., pela devolução do terreno. O artigo "Do Superior-geral dos Jesuítas ao Governo Paulista" seguiu-se ao comunicado feito por César Salgado em que a Companhia de Jesus se mostrava grata ao governador Lucas Nogueira Garcez.

Mais do que nunca a Companhia de Jesus no Brasil se sente obrigada a consagrar-se com todas as veras ao bem estar espiritual e material desse generoso povo de São Paulo, cuja história está tão intimamente ligada à sua história e cuja vida tão estreitamente unida à sua vida. (...) A esta prece de gratidão a Nosso Senhor, vá unida a expressão do meu mais vivo reconhecimento ao governo do Estado de São Paulo pelo gesto magnífico de generosidade para com a Companhia que acaba de praticar (Do superior [...], 1954, s/p).

No verso do artigo, preservado por religiosos na Biblioteca do Pátio do Colégio, 4º podese encontrar um texto manuscrito de autoria desconhecida, mas que provavelmente reflete a opinião de algum religioso envolvido no processo de devolução do terreno. No texto, nota-se o descontentamento de tal religioso em relação à comissão oficial do quarto centenário, evidenciado no protesto contra uma suposta exclusão dos religiosos por parte da comissão, dirigida por Francisco Matarazzo Sobrinho. Matarazzo foi considerado pelo autor um inimigo da Companhia de Jesus e acusado de chamar a iniciativa de reconstrução de "A Canja do Pátio do Colégio":

Uma injustiça! O Padre Geral da Companhia de Jesus em Roma, não tendo informações sobre o que vem acontecendo em São Paulo, respondeu ao convite do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, (....), agradecendo-lhe e aderindo aos festejos. O importante momento histórico está em poder do maior inimigo do Pátio do Colégio, mas também inimigo dos jesuítas que foram, por ele e seus companheiros, excluídos da comemoração. E isto ficará bem demonstrado na fala da exposição de história, cuja incumbência deu ao então inimigo da Companhia, o anticlerical Jaime Cortesão (Autor desconhecido, 1954, s/p).

A exposição citada pelo autor do manuscrito foi inaugurada em 13 de setembro de 1954 durante as comemorações ao quarto centenário da cidade. Como coordenador da exposição, Jaime Cortesão, historiador português que se encontrava exilado no Brasil, teve o apoio do historiador Mario Ernani da Silva Bruno e de Francisco Matarazzo Sobrinho. A exposição dividiu-se em dez blocos temáticos que iam desde o Descobrimento do Brasil até a República. Acerca da história de São Paulo, a exposição instituiu o Bandeirante como principal personagem de seu desenvolvimento, sem dar destaque à ação da Companhia de Jesus (Silva, 2014).

Terminados os festejos do quarto centenário, o grupo dos antigos alunos empenhouse na mobilização de recursos para a reconstrução do conjunto arquitetônico. Nesse momento, foi organizada a Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, que teve como principais representantes Altino Arantes, César Salgado e o padre jesuíta João de Castro, com o objetivo de conseguir o apoio de políticos, intelectuais e membros ilustres da sociedade paulistana da época para a completa reconstrução do antigo conjunto jesuíta. O grupo utilizou os principais meios de comunicação para divulgar a campanha, como pode ser observado na reportagem do jornal *Diário da Noite* de 24 de agosto de 1955, em que César Salgado explica:

A idéia surgiu durante as comemorações do IV Centenário, nas reuniões da Associação dos Antigos Alunos Jesuítas, pensando no trabalho prestado pelos jesuítas aos nossos pais e, notadamente no papel preponderante por eles desenvolvido na fundação da cidade, a sua formação formal e intelectual. Não poderíamos ficar imóveis (Campanha [...], 1955, p. 2).



Fig. 57 - Foto do lançamento da Campanha de Gratidão aos fundadores de São Paulo nos meios de comunicação de São Paulo. FONTE: Jornal A Gazeta de 15 de março de 1954.



**Fig. 58** - Cartilha da Campanha de Gratidão. ACERVO: Biblioteca do Pátio do Colégio. São Paulo.



Fig. 59 - Altino Arantes no lançamento da Campanha. ACERVO: Biblioteca do Pátio do Colégio. São Paulo.

O grupo dos antigos alunos promoveu também coquetéis e jantares, buscando a adesão de "paulistanos de boa vontade"<sup>41</sup> com valores de patriotismo, que pudessem apoiar a causa e levantar o dinheiro necessário para a reconstrução. Seu principal orador era Altino Arantes, que trazia em seus discursos um tom nacionalista e uma nostalgia histórica por São Paulo, convidando as mais ilustres personalidades políticas e sociais e angariando não apenas adeptos para as doações monetárias, mas também participantes para as comissões e frentes de trabalho. As campanhas promovidas pelo grupo estruturavam-se não apenas sobre o intento de fazer justiça à Companhia de Jesus, mas também sobre a defesa da fé católica na construção da identidade nacional.

<sup>41</sup> O termo "Paulistanos de boa vontade" era constantemente utilizado por Altino Arantes em seus discursos que buscavam adesões de novos apoiadores para a Campanha de Gratidão aos fundadores de São Paulo.

Quando observamos esse movimento de profundo civismo que a "Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo"; quando contemplamos o esforço, a diligência dos seus patronos lembramonos de uma frase lapidar de Tobias Barreto: "A gratidão é a virtude da posteridade". Varões ilustres pela sabedoria e pelas estirpes a quem pertencem Altino Arantes e J.A. César Salgado, para citarmos apenas dois nomes, estão empenhados nessa campanha de gratidão, estão pagando nossas dívidas aos heroicos, aos abnegados fundadores de São Paulo. A melhor maneira de se cultuar o passado é divulgar o ensino da história, estabelecendo relações entre o presente e o passado, entre o dia de hoje e o de Ontem. Um povo que conhece a sua história, que cultua os seus heróis, seus santos e seus mártires, um povo que vai para frente sob a inspiração do passado, um povo que encontra nos exemplos antigos, coragem e estimulo para os seus empreendimentos futuros é um povo vitorioso, um povo invencível. (...) A Campanha de Gratidão tem o alto valor de fazer reviver o culto à tradição trazendo ao conhecimento dos moços as figuras daqueles homens formidáveis (...) fundaram a nossa cidade, a maioria das cidades brasileiras, plasmando uma civilização cristã e democrática da qual tanto nos orgulhamos. Aos dirigentes dessa benemérita campanha apresentamos as nossas congratulações fazendo nossas estas palavras de Antístenes: "O reconhecimento é a memória do coração (Pickel, 1954, s/p).

O projeto para a reconstrução do conjunto jesuíta foi confiado ao engenheiro Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e à construtora Adolpho Lindenberg, que buscaram construir ambos os edifícios com as características arquitetônicas que tinham no passado, baseados principalmente em documentos históricos, iconografia e fotografias.<sup>42</sup>

Os testemunhos iconográficos que serviam para a composição desse trabalho preliminar foram um desenho do pintor Thomaz Ender, de 1818, e valiosas fotografias, encomendadas ao fotografo Hoene, e nas quais se vê o interior e o exterior da igreja, pouco antes de ser esta demolida. (...) Outro documento de alto valor e utilidade, pela minuciosa descrição que nele se lê do velho templo, é o auto de sua avaliação determinada pelo governo imperial de 1827. A diligência foi presidida pelo desembargador Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, ouvidor geral e juiz executor. Esse auto de avaliação é um elemento valiosíssimo pelas informações que oferece sobre a arquitetura da Igreja, suas medidas, de frente e laterais, o material utilizado, a distribuição das capelas, com os respectivos altares, a torre, ao lado direito, com oito sineiras, além de outras minúcias de especial interesse (Salgado, 1976, p. 266).

<sup>42</sup> Vale observar nesse momento o caráter conservador tanto de Cardim Filho, que era da Escola de Belas Artes, pólo conservador do debate arquitetônico, quanto de Lindenberg que foi fundador da TFP, Tradição Família e Propriedade, organização conservadora que buscava generalizar os valores católicos na sociedade brasileira.

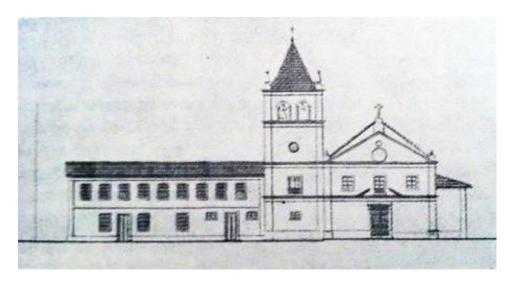


Fig. 60 - Projeto do Conjunto do Pátio do Colégio. AUTOR: Cardim Filho. FONTE: SALGADO, 1976, p. 141.

Independentemente de todos os conflitos e as polêmicas ocasionados pelas decisões de demolição, de devolução do terreno e de reconstrução de todo o conjunto, podese observar um desafio intelectual provocado pelo grupo dos antigos alunos no momento em que faz uso das fontes e da cultura material disponíveis para a construção de uma identidade sagrada e paulista para o território. Com isso, acredita-se ser possível enriquecer a historiografia sobre esse território matizando as abordagens que atribuem maior relevância às transformações físicas, que só ocorreram com diversas reconfigurações de correlações de forças apoiadas em documentações.

A igreja e o colégio dos jesuítas, que foram sendo recuperados no imaginário social dos paulistanos desde a década de 1930, terminaram por ser reconstruídos entre as décadas de 1950 e 1970, como uma profecia que se realizava. Analisada apenas sob a lógica do patrimônio histórico em senso estrito, a reconstrução da igreja dos jesuítas chega a ser tratada como um ato de mau gosto, pastiche ou simulacro. Se, por outro lado, for vista pela ótica da estruturação do discurso católico conservador — sempre em contraponto com sua antítese, o socialismo — encontra-se um cenário bem mais complexo, em que se percebe quão católica foi a reconstrução da igreja e quão forte era o elo católico no interior das elites políticas paulistas, que sempre se esforçaram em mostrar-se liberais e afeitas às forças do progresso.

## Capítulo 3

# Materialidades sagradas

O levantamento do cruzeiro de cedro no Pátio do Colégio constituiu um fato inédito, simples — mas eloqüente — pobre e de imenso significado. Humilde, mas profundamente evocativo dos atos daqueles titãs que no passado aplainaram largo caminho para nossa civilização cristã. (...) Aí cruzeiro e cabana se completam, lembrando o ato magno da nossa história, concluído na missa solene de fundação de São Paulo no dia 25 de janeiro de 1554. (Cruzeiro [...], 1954, p. 6)

O trecho, retirado de uma edição do jornal *Diário de São Paulo* publicado em abril de 1954, marcou a inauguração oficial da réplica da primitiva cabana jesuíta construída no terreno do Pátio do Colégio, recém-restituído à Companhia de Jesus. O terreno, que havia sido testemunho de diversas transformações desde a fundação da primeira cabana "paupérrima" até o momento da demolição da então Secretaria de Educação em 1954, rememorava e reafirmava — aos olhos dos religiosos e fiéis católicos — o caráter sagrado que para eles permaneceu latente mesmo com a demolição da Igreja Bom Jesus em 1896.

Ao recorrer ao conceito de sagrado proposto por Mircea Eliade (1992), observa-se que o autor assume duas modalidades de experiência no mundo, de acordo com as conquistas que o homem faz no território em que se encontra: a experiência sagrada (vivida por um homem religioso) e a experiência profana (vivida pelo homem privado de sentimentos sagrados). Para o homem religioso, existe um espaço sagrado — que lhe permite obter um ponto de referência para sua existência e um lugar de comunicação com o divino — e um espaço profano — que se mantém homogêneo e neutro e não goza de manifestação divina. O espaço sagrado revela-se ao homem religioso através de manifestações divinas, chamadas pelo autor de hierofanias, que podem apresentar-se através de objetos, sinais ou rituais, que sacralizam o território e o transformam tudo o que há nele.

Na visão de sagrado colocada por Eliade, o ato de celebrar uma missa no mesmo lugar em que foi fundada a igreja e o colégio, com a réplica da cabana e do cruzeiro com que foi celebrada a missa inaugural em 1554, reaviva essa manifestação divina ao eleger aquele território como sagrado. Mesmo com o processo de secularização ocorrido após a expulsão dos jesuítas e fortalecido pela demolição da Igreja Bom Jesus, o espaço, em uma visão religiosa, não perde seu caráter.

Para observar como essa dimensão religiosa foi mantida no período em que a Igreja Bom Jesus esteve ausente do seu território, este capítulo analisará os acontecimentos das décadas de ausência física da igreja e do colégio não como partes de um processo de *destruição* e *reconstrução*, mas de um processo de *dispersão* e *reagregação* de um conjunto de elementos físicos considerados sagrados para religiosos e fiéis.

Após analisar a degradação da antiga igreja e as possíveis resistências à decisão de demolição, buscou-se mapear os objetos dispersos da igreja a partir de 1896 — obras de arte e devoção, materiais de construção e objetos de uso — que na ausência do templo assumiram seu valor sagrado, adquirindo assim uma função de resistência da memória religiosa da Igreja Bom Jesus.

Em um segundo momento, após a dispersão dos objetos, será estudado o gradativo retorno do reconhecimento do território do Pátio do Colégio como local de manifestação do sagrado, iniciado na década de 1940. Por fim, com a devolução do terreno aos cuidados da Companhia de Jesus, em 1954, serão vistas as tentativas e as conquistas no retorno de tais objetos ao seu local de origem.

## 3.1 - A igreja do colégio e seu território sagrado: degradação, resistências e demolição

Mesmo com a expulsão da Companhia de Jesus, retirada de São Paulo em 1765, e com as diversas transformações ocorridas no colégio para a adaptação do novo lugar ao governo de São Paulo, a Igreja Bom Jesus permaneceu como um local de manifestações católicas até o final do século XVIII. Sendo considerada como a "Capela do Palácio" (Donato, 2008, p. 215), a igreja não recebeu os mesmos cuidados que o palácio. No *Jornal da Tarde*, é possível encontrar uma denúncia sobre o mau estado de conservação da igreja, que resultou no desabamento parcial de seu teto em 23 de janeiro de 1879.

Já tivemos occasião de falar do abandono em que jaz a egreja do Collegio, e as nossas palavras, infelizmente, não acharam echo. Hontem, por occasião das chuvas cahidas á tarde, desabou o tecto do primeiro altar do lado esquerdo, encravado justamente na parede annexa ao palácio do governo, e enorme foi a quantidade de torreões ou fragmentos da taipa que, com as taboas, veio abaixo; os altares que se seguem, do mesmo lado, estão em idênticos perigos, pois tanta era a água que nele penetrava, que necessário foi tirar-se as imagens. As goteiras são tantas que a egreja ficou completamente alagada. Lembramos dois alvitres: ou seja fechado o templo (que será mais uma pequena economia), ou, á maneira do que se pratica nos logares sem recursos do interior, peça-se o óbolo dos fiéis (que ainda os ha), para ser reparada a egreja do governo (Noticiário [...], 1879, p. 3).

As reclamações citadas pelo autor referem-se a uma publicação realizada no mesmo jornal, porém em 7 de janeiro de 1879, em que já se observava o estado de abandono do templo e a pobreza das alfaias, mesmo sendo um templo do governo, "local em que o imperador, príncipes e presidentes têm tribuna reservada". O jornal afirmava que o discurso de não existência de verba para a manutenção do templo era mais um exemplo do descuido com que eram tratados os lugares de culto na cidade.<sup>43</sup>

Em 1881, Florêncio de Abreu, então presidente da província de São Paulo, deu início à reforma do Palácio do Governo, dando à edificação um estilo neoclássico, sob orientação e projeto do engenheiro e arquiteto Eusébio Stevaux. Segundo memória de Clementino de Castro, publicada após a demolição da igreja em 1896,<sup>44</sup> a reforma foi iniciada com a demolição da fachada contígua à *Igreja do Collegio*, entre julho e agosto do mesmo ano, o que teria afetado a igreja em seu estado precário de conservação.

A situação da antiga igreja também preocupava os habitantes de São Paulo, que, corroborando com as memórias de Clementino de Castro, solicitaram ao diretor de

<sup>43</sup> Na sessão Noticiários do Jornal da Tarde de 07/01/1897, p.2 consta: "É constrangedor o estado de abandono em que se acha a egreja do Collegio. Além da falta de asseio que se nota no velho templo, e a pobreza de suas alfais, está o assoalho quasi todo despregado das vigas, e grande numero de goteiras dá entrada ás águas pluviaes em quasi todo seu recinto. E, dáse isto em uma egreja do governo, onde o imperador, os príncipes e os presidentes têm a sua tribuna reservada! Não há verba - é este o estribilho, sempre que se trata de objectos de importância, com especialidade em matéria de culto, infelizmente tão decahido nestes tempos."

<sup>44</sup> A descrição das memórias de Clementino de Castro foi solicitada por Antonio Piza na ocasião do desabamento do telhado da Igreja Bom Jesus em 1896, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo de 26 de março de 1896, página 1, que relatou: "O edifício do Palácio constava de duas partes distintas na forma e construção, uma, a externa e antiga feita pelos padres, e outra, a de traz, construída pelos cofres da província e a que se refere o dr. Manoel Joaquim de Amaral Gurgel em seu relatório, quando Vice-Presidente em exercício. Só a parte construída pelos jesuítas foi demolida. [...] Desembaraçado o edifício do seu contendo, começou a demolição e venda dos materiais, e logo após a derrubada daquellas grossas e duras paredes. Taes foram os baques ou choques produzidos pela queda das paredes que a egreja annexa sentiu-se, apparecendo algumas fendas no arco cruzeiro."

Obras Públicas uma providência para que a edificação não desabasse. O artigo "Egreja do Collegio", publicado em 20 de setembro de 1882 no jornal *Correio Paulistano*, ilustra esse preocupação:

Informam-nos pessoas entendidas que é tal o estado em que se acha a egreja do Collegio que, infelizmente, é bem possível que qualquer dia desabe todo o edifício. Entre outros estrados provenientes, tanto da vetustidade da construção como de nenhum cuidado tomado com sua conservação o que comprometem seriamente a solidez do edifício, a ponto de ameaçar esta iminente ruína, notam-se grandes fendas no arco que separa a nave central da egreja da capella-mor. Chamamos a atenção do sr.dr.director das obras públicas para estes factos, e, no caso de serem verificados, é de esperar que não tardem a ser tomadas as necessárias e urgentes providencias destinadas a evitar o desabamento parcial ou integral do edifício (Egreja [...], 1882, p. 3).

As manifestações públicas surtiram efeito e, em 15 de outubro de 1882, o presidente da província autorizou ao diretor-geral de Obras Públicas iniciar os consertos necessários à igreja do colégio, de acordo com o orçamento expedido por Stevaux. <sup>45</sup> Ao longo da década de 1880, é possível observar, na seção de despachos do jornal *Correio Paulistano*, diversas solicitações de orçamentos e de autorizações da presidência da província para reformas no templo, demonstrando que, devido ao estado em que se encontrava a edificação, a reforma da igreja prolongou-se por toda a década.

Segundo Antonio Egydio Martins, a igreja manteve, mesmo em mau estado, suas atividades de culto e devoção até o ano anterior à sua interdição, e nela "celebrava-se todos os domingos, ao meio dia, missa na egreja do Collegio, sendo a mesma bastante concorrida pelos fiéis, pois o histórico templo, enchia-se totalmente" (Martins, 1911, p. 51). Após as reformas, e em atividade, a igreja aparentemente continuava em mau estado e, por fim, foi interditada em 1891, sob a alegação de apresentar perigo aos fiéis e transeuntes. Moraes (1979) apontou que não houve grande interesse por preservar as peças de arte existentes na igreja após sua interdição em 1891. Houve uma primeira tentativa, por parte da cúria, de distribuir as peças entre as paróquias de São Paulo, mas sem acolhimento. As peças de devoção foram deixadas na própria igreja, sem cuidados, e sofreram degradações juntamente com o templo.

<sup>45</sup> O despacho foi publicado no jornal Correio Paulistano do dia 15/10/1882 na seção de despachos.

Em julho do mesmo ano, o governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, "em virtude de dispositivo da Constituição Federal que incorporou ao domínio dos estados, propriedade nacional" (Salgado, 1976, p. 108), determinou que o edifício do Palácio do Governo e a igreja anexa passariam a integrar o patrimônio do Estado. Com a decisão, foi autorizada a remodelação da igreja para servir como sede do Congresso Constituinte de São Paulo.

Com o advento da República, Estado e Igreja passam a ser instituições separadas, deixando de existir uma religião oficial no Brasil, e, a partir de 1891, algumas atribuições então monopolizadas pela Igreja são atribuídas ao Estado (Fausto, 2012). Entretanto, a Igreja não se contentou em assumir uma posição subalterna. Influenciada pelo movimento ultramontano, orientado pela Santa Sé Romana do papa Pio IX, a Igreja Católica no Brasil buscou, durante todo o período da República Velha, reorganizar-se através de reformas em sua estrutura interna. Com esse objetivo, preparou os clérigos para a defesa da supremacia da instituição e procurou combater os ataques vindos de diferentes setores sociais imbuídos de diversas ideologias condenatórias à religião, que geravam a perda de privilégios e um crescente movimento de secularização da cultura (Romano, 2008).

A separação entre Igreja e Estado não se refletiu de forma imediata nos costumes e crenças da época. Manifestações de protesto, que "cercavam a igreja com peregrinações, rezas, promessas; (...) contra a reforma e a desvirtuação do templo" (Donato, 2008, p. 216), puderam ser notadas tanto por parte do clero quanto por segmentos da sociedade paulistana aliados à Igreja Católica. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, ilustrou uma tentativa, por parte do bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, de impedir a demolição:

Começou hontem a demolição da egreja do Collegio, o mais antigo dos templos desta capital. Tendo conhecimento do facto e rvm. bispo diocesano dirigiu-se ao palácio a fim de protestar contra este acto do governo, e consta que vai judicialmente tratar de impedir que prossigam as obras de demolição (*O Estado de S.Paulo*, 1891, s/p).

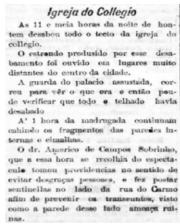
Afirmando o caráter sagrado da edificação e sua importância para o povo paulistano — reconhecido como uma população católica —, outro artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 7 de março de 1891, ilustra o descontentamento em relação ao governo de Jorge Tibiriçá e sua proposta de demolição da igreja, considerada como um ato vândalo:

Com efeito a administração que acaba, foi notável, celebrou-se e será em longas gerações rememorada por sua tendência vandálica.

Não analysaremos esta administração; um facto bastou para tornála impopular: — a ordem em começo de execução de demolir e arrasar a Igreja do Collegio, sob o fútil pretexto, em uma cidade que abundam os terrenos desocupados e, onde há a várzea do Carmo, no centro da povoação, com a capacidade para levantar-se meia dúzia de palácios se quiserem, de precisar do lugar para o paço do congresso constituinte, e câmaras ao Estado de S.Paulo. A população de S.Paulo é catholica; e é quanto bastava a conte-lo em seu ímpeto demolidor, desrespeitando assim as crenças e opiniões da população, chamado, aliás, a governar em nome da opinião púbica. (...) Por isso, pessoas alheias aos sentimentos religiosos, exultão com a queda providencial do Sr.Tibiriçá (A queda [...], 1891, p. 2).

Segundo Donato, diante da decisão pela demolição a igreja, o clero, na figura de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, amparado pelos "princípios gerais de direito que regem a propriedade eclesiástica", 46 de 1760, buscou, em audiência com o presidente do Estado, reverter a situação. Sem sucesso, a cúria diocesana apresentou à vara federal paulistana a solicitação de mandato de manutenção de posse, que lhe foi concedida em fevereiro de 1899. Inconformado com essa decisão, o Estado decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal, mas, segundo o autor, entre o recurso e a sentença acabaram correndo cinco anos. Nesse período, a Igreja Bom Jesus foi mantida fechada para o culto religioso, com a justificativa de que a edificação não apresentava segurança para a população e também porque, segundo Donato, permitir que as atividades religiosas voltassem à igreja poderia indicar, naquele momento, um reconhecimento dos direitos da cúria.





**Fig. 61 e 62** - Imagem e notícia do desabamento da igreja. FONTE: Jornal O Estado de São Paulo – 14/03/1896..

<sup>46</sup> Hernani Donato (2008, p.216), cita o teor dos princípios gerais de direito que regem a propriedade eclesiástica, em execução da nota de 29 de maio de 1760: "Outros nos referidos bens se achou que consistiam nas igrejas das casas professas e colégios, que são contíguos às mesmas igrejas; e nos ornamentos e alfaias delas. E porque estes bens, sendo imediatamente dedicados ao culto divino, são eclesiásticos por sua natureza, manda a religiosíssima piedade do mesmo monarca entregar imediatamente todos os referidos bens aos respectivos prelados ordinários, das dioceses onde se achavam sito.".

A decisão acabou a cargo do tempo. Com uma tempestade, o teto da igreja, fechada e deteriorando-se gradativamente ao longo dos cinco anos de embate judicial — fato que fortalecia os argumentos em prol da demolição do templo — cedeu na madrugada de 14 de março de 1896.

Diante do acontecimento, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou, em 15 de março, uma reunião entre o presidente do Estado, o bispo diocesano e o intendente de obras, em que se decidiu pela demolição da igreja. No mesmo artigo, o jornal recomendou que algum representante do governo e da Câmara Municipal, assim como o bispo diocesano, estivessem presentes no ato de demolição para que não fossem perdidos os objetos artísticos e restos mortais ali enterrados, considerados tesouros preciosos para estudo da história paulistana, bem como objetos sagrados. Em 18 de março, o secretário do Interior, Alfredo Pujol, escreveu ao bispo para tentar oficializar a concordância da Igreja Católica — ainda proprietária da antiga igreja e do terreno — em demolir o que sobrara. Usando como justificativa a precariedade das paredes, Pujol relatou, em oposição aos que defendiam uma possível reconstrução da igreja, que além das paredes não oferecerem segurança à população, os destroços não possuíam serventia, a não ser pelos altares de talha que poderiam ser transferidos para outros templos.

Os trabalhos de desentulho no interior da egreja do Collegio, encetados pelo governo, há três dias, com prévio assentimento de v. revda., estão já em ponto que, não só para o seu prosseguimento como para se iniciar a demolição das paredes arruinadas, se faz mister assentar numa resolução definitiva. Não ignora v. revda. a atitude de alguns orgams das imprensa desta capital, apreciando o desabamento do velho templo e os alvitres que sugerem não já para a conservação dessas relíquias veneráveis, mas até para a reconstrução da egreja. Desse templo, porem, o que existe em pé, está tão comprometido na sua segurança e estabilidade, as paredes de tal modo fendidas, abaladas e fora do prumo, que nada de sólido se pode construir com esses destroços inservíveis. Excepção feita das obras de revestimento interno em ornamentação, de magnífico trabalho de talha que pode ter idêntica aplicação em outro templo, tudo mais carece de ser demolido por motivo de segurança. Venho, pois, pedir a v.revsa. de dar suas ordens como no caso couber, opinando pela conservação in sita, ou pela demolição total. Para prosseguir nesses trabalhos o governo aguarda a decisão de v. revda., não cogitando da questão de domínio, propriedade e posse quanto ao templo; mas tendo em vista simplesmente o empenho de acautelar os objetos de culto. Tenho a honra de apresentar a v.exc. revda. as expressões de meu mais alto apreço (Pujol, 1896, s/p).47

<sup>47</sup> A carta original de autoria do secretário do Interior Dr. Alfredo Pujol, enviada ao Bispo no dia 18 de março de 1896, publicada no jornal O Reporte/SP do dia 20/03/1896, pode ser encontrada no Arquivo da Cúria na pasta sobre a Igreja do Collegio.

Assumindo a Igreja Bom Jesus como um local sagrado, João Mendes de Almeida escreveu, nesse mesmo período, uma carta ao bispo de São Paulo,<sup>48</sup> pedindo os devidos cuidados tanto com as obras de veneração católica que existiam na igreja como com o próprio território, por abrigar os restos mortais de veneráveis personalidades para São Paulo e para a Igreja. Para evitar uma possível profanação do lugar, João Mendes chegou a propor a instalação de uma cruz no terreno da igreja, a fim de salvar a fé do povo paulistano:

entendendo que os firmamentos dos mortos devem ser respeitados, e que a Egreja não deve prestar-se a profanação do local em que foram enterrados, entre outros o venerável Pe. Belchior de Pontes, cuja canonização está em processo em Roma. (...) Permita, pois, V. Ex. Revda. que a querer responder o ofício referido, consentindo a demolição final da egreja do Collegio, se esmerilhar: (1°) Os altares e tudo o mais que puder ser aproveitado na egreja que está alli destruída, depositando tudo nos corredores da egreja de S.Pedro, com a devida ordem e identificação. Tudo deverá ser tratado com o mais respeito e cuidado. (2º) demolida a egreja, deva ser colocada no terreno uma grande cruz de madeira fortíssima, sustentada por pedras no fundo e nos lados e fechada com gradil o terreno. (...) deverá ser benzido solenemente ante o povo catholico por V. S. Rev. ou por quem V.S.R. determinar.Peço portanto a V.S.R. por sugerir estes ilustres a fim de ser salva a fé deste povo paulista, que sempre buscou os bens maiores, não aprecia profanações do que foi sagrado (Almeida, 1896, s/p).

Por fim, decidindo pela demolição completa da edificação, o bispo de São Paulo escreve resposta à carta do secretário do Interior:

Illm. Exmo. Sr. - Ao attento officio que se dignou V. Exa. de dirigirme na data de 18 deste andante, relativo ao desmoronamento da egreja do Collegio, cabe-me responder cientificando a V. Exa. que o que a esse respeito ficou assentado de combinação com o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado foi, que terminados os trabalhos de desentulho no interior da egreja, se demolisse das paredes o que, a parecer do distinto profissional que connosco estava, o Dr. Theodoro Sampaio, ameaçava ruir. Si, pois, examinando as ditas paredes, o digno engenheiro achá-las arruinadas a ponto

<sup>48</sup> Carta datada de 20 de março de 1896, localizada no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Pasta Igreja do Collegio.

de exigirem ser desde já demolidas, eu não posso opor embaraço algum a um alvitre que se impõem a boa razão e no bom senso e ratifico o que entre mim e o Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos ficou combinado. Quanto aos objetos do culto que ali se acham, foi acordado em que fossem removidos para um logar por mim indicado, onde, devidamente collocados em ordem e numerados aguardassem em idêntica aplicação em tempo oportuno. Para esse deposito indico a v. exc. a egreja de S. Pedro, sita no largo da Sé, em cujos corredores e demais dependências se poderão collocar os altares, os pulpitos e outros objetos do culto que pela sua inestimável preciosidade relativa tornam-se dignos de conservação e de veneração. As madeiras da egreja serão depositadas em umas dependências deste Palácio Episcopal, como ficou combinado com o mesmo Theodoro Sampaio, em cuja competência profissional e honorabilidade tenho plena confiança (O Estado de São Paulo, 1896, p. 1).





**Fig. 63 e 64** - Imagens da demolição da Igreja Bom Jesus. AUTOR: Desconhecido. ACERVO: Museu da Cidade de São Paulo.

Porém, antes que se iniciasse a demolição das paredes, o governo nomeou, em 31 de março de 1896, uma comissão para recolher as peças com utilidade para a história e o culto católico. Sob a direção do engenheiro Theodoro Sampaio, a comissão responsável pela exumação dos ossos presentes na igreja e pelo recolhimento dos objetos de culto era composta pelos doutores Antonio de Toledo Piza e Luiz Gonzaga da Silva Leme e pelos cônegos José Valois de Castro e Ezequias Galvão de Fontoura. Em 1897, o jornal *A Gazeta* publicou uma carta escrita pelo secretário de Negócios do Interior, Dr. Antonio Dino da Costa Bueno, relatando o processo de demolição, iniciado com a exumação dos ossos e de suas respectivas lápides encontrados na nave da igreja (nos altares laterais e altar-mor) e o recolhimento dos objetos de culto e ornamento, e seguido, por fim, pela demolição da fachada principal e da torre, cujos sinos foram transferidos para a Sé.

Terminada a demolição das paredes, o território do antigo Pátio do Colégio tornouse, em uma primeira leitura, secularizado. Entretanto, se o acontecimento for analilsado não apenas pelo viés de um patrimônio histórico demolido, mas pela chave religiosa, uma nova dimensão permite perceber que o processo de demolição representou para o grupo de fiéis e religiosos não um apagamento da memória jesuíta e do passado colonial e religioso da cidade, mas sim uma *dispersão* que permitiria o fortalecimento do discurso acerca da devolução e da reconstrução do conjunto igreja e colégio.

## 3.1.1 - As imagens e os objetos pertencentes à igreja do colégio (1827 e 1861)

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, todos os bens da Companhia de Jesus foram transferidos para a coroa. Alfaias, pratas e outros objetos da igreja foram inicialmente confiados, em depósito, ao cônego tesoureiro-mor da Catedral da Sé, tendo ficado a administração e os serviços religiosos da mesma igreja a cargo de um sacerdote nomeado pelo governo.

Pensando em possíveis reformas de ampliação, o governo imperial, já em 18 de abril de 1827, ordenou que fosse procedida uma avaliação da igreja do colégio. Como avaliadores, foram nomeados o desembargador Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro — ouvidor-geral e juiz executor — o escrivão Francisco Mariano de Abreu, o entalhador Manoel José Antunes da Silva, o carpinteiro José Pinto da Silva e o pedreiro Vicente Gomes Pereira. No inventário constam relações de imagens, objetos de culto, alfaias e características da arquitetura do templo e do palácio do governo. 50

<sup>49</sup> A demolição da Igreja do Colégio. Jornal A Gazeta do dia 3 de setembro de 1949. P. 08

<sup>50</sup> Listo na tabela 01, apenas as imagens de devoção presentes na igreja.

Descrição	Localização
Santo Ignácio	Capela-mor
São Francisco Xavier	Capela-mor
Santa Anna	Capela-mor
Senhor Crucificado	Altar - Boa Morte
Nossa Senhora das Dores	Altar - Boa Morte
Nossa Senhora da Graça (com capa de seda branca)	Altar - N. S. Graça
S. Francisco de Borja (ausência de duas mãos)	Altar
Crucifixo pequeno de marfim	Altar
Nossa Senhora do Desterro	Altar - N. S. Desterro
Menino Jesus	Altar - N. S. Desterro
São José	Altar - N. S. Desterro
Santa Ursula	Altar - Santa Úrsula
São Francisco Xavier	Altar - Santa Úrsula
Cruxifixo pequeno	Altar - Santa Úrsula
Nossa Senhora da Conceição	Altar - N. S. Conceição
São José	Altar - N. S. Conceição
São Joaquim	Altar - N. S. Conceição
Nosso Senhor Bom Jesus	Altar - N. Senhor Bom Jesus
Crucifixo pequeno de madeira	Altar - N. Senhor Bom Jesus
Santa Úrsula (de meio corpo)	Sacristia
Senhor Crucificado	Sacristia
Crucifixo pequeno de madeira	Sacristia
Quatro Painéis grandes	Sacristia

 TAB. 3.1
 - Inventário de imagens pertencentes à Igreja do Colégio realizada em 1827.

Segundo Egydio Martins (1911), outro inventário foi realizado pelo major João Homem Guedes Portilho (comandante do Corpo Municipal Permanente e administrador da Igreja do Colégio), em 14 de janeiro de 1861, em cumprimento à ordem do conselheiro Dr. Antonio José Henriques (presidente da província). No inventário, constavam relações de todas as imagens, alfaias e outros objetos pertencentes à Igreja do Colégio, porém, em sua obra, o autor cita apenas as imagens abaixo:

Descrição	Localização
Nosso Senhor Bom Jesus	Altar-mor
Santo Ignácio de Loyola	Altar-mor
São Francisco Xavier	Altar-mor
Nossa Senhora do Monte Serrate	Altar-mor
Nossa Senhora das Dores	Altar lateral 1
Senhor Crucificado	Altar lateral 1
Santa Úrsula	Altar lateral 2
São Miguel	Altar lateral 2
Nossa Senhora do Rosário	Altar lateral 2
Sant'Anna	Altar lateral 3
São Joaquim	Altar lateral 3
Nossa Senhora dos Anjos	Altar lateral 3
São Jorge	Altar lateral 4
Jesus	Altar lateral 5
Santa Maria	Altar lateral 5
São José	Altar lateral 5
Santa Bárbara	Altar lateral 5
Nossa Senhora das Candeas	Altar lateral 6
São Luís Gonzaga	Altar da Sacristia
Santa Bárbara	Altar da Sacristia
Nossa Senhora do Parto (Transferida para Igreja dos Remédios)	Altar da Sacristia

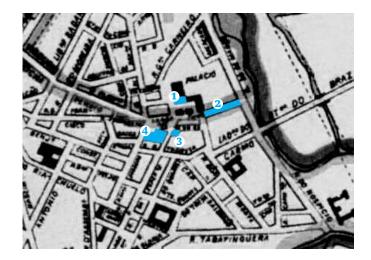
TAB. 3.2 - Inventário de imagens pertencentes à Igreja do Colégio realizada em 1861.

Analisando as duas listagens, é possível observar diferenças, o que possivelmente deve-se a constantes traslados de imagens entre igrejas no período, quando, havendo reformas, demolições ou mesmo fundação de novas igrejas, as imagens eram doadas e tinham a função de, junto aos rituais litúrgicos, auxiliarem na sacralização dos edifícios. Nos relatos de Egydio Martins,<sup>51</sup> por exemplo, observa-se o translado da imagem de Nossa Senhora de Monte Serrate, que permaneceu na Igreja Bom Jesus por um tempo enquanto se aguardava a finalização da reforma da Igreja da Consolação ou a transladação da imagem de Nossa Senhora do Bom Parto, que, segundo o inventário realizado pelo major João Homem Guedes Portilho, teria sido transferida para a Igreja dos Remédios.

#### 3.1.2 - Com a demolição, o início da dispersão da igreja

Após o desabamento e a demolição da igreja, as peças foram destinadas a locais próprios para sua conservação e veneração. Segundo Donato (2008), diferentemente do período de interdição da igreja em 1891, em que não houve interesse na preservação das peças e relíquias existentes, em 1896 as peças identificadas com valor histórico ou religioso foram recolhidas por uma comissão composta por Antônio de Toledo Piza (engenheiro e diretor da repartição de Estatística e Arquivo do Estado), Theodoro Sampaio (engenheiro e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP), Luiz Gonzaga da Silva Leme (engenheiro civil e membro do IHGSP) e os cônegos José Valois de Castro e Ezequias Galvão de Fontoura. As peças recolhidas foram, conforme explica Salgado (1976), levadas inicialmente para a sacristia da Igreja de São Pedro dos Clérigos, onde foram ordenadas e numeradas. Os restos dos materiais de construção do templo também foram identificados e depositados no Beco do Pinto (ou Beco do Collegio), recebendo posteriormente diversos destinos.

<sup>51</sup> Segundo Egydio Martins (1911, p. 129): "Com a transladação da imagem de N.S. da Penha, a 12 de Setembro de 1875, também foi, no referido dia, transladada da respectiva capela, no bairro dos Pinheiros, a de N.S. do Monte Serrate, que ficou depositada, até o dia 7 de Junho de 1876, em que voltou para a sua capella, na antiga egreja de N.S. da Consolação e S. João Baptista, cuja demolição, para ser construída no local a nova egreja-matriz, foi iniciada em meado de Agosto de 1909, sendo que a imagem de N.S. do Monte Serrate esteve, por algum tempo, depositada na Egreja do Collegio, que desabou na noite de 13 de março de 1896 [...]".



MAPA 3.1 - Mapa de localização dos lugares que receberam os objetos do Páteo do Colégio. Baseado na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897. AUTOR: Dr. Gomes Cardim. ACERVO: Arquivo Histórico de São Paulo.

LEGENDA:

1. Igreja Bom Jesus

2. Beco do Pinto (Beco do Collegio)

3. Igreja São Pedro dos Clérigos

4. Antiga Sé

A pedido do IHGSP, Theodoro Sampaio escreveu para a revista do instituto suas memórias durante o processo de demolição. O engenheiro, que por um lado via a Igreja Bom Jesus como uma relíquia (santuário das mais caras tradições paulistas) e como templo de Anchieta, digno de veneração mesmo diante dos novos palácios que se erguiam nas imediações, por outro lado entendia que o mesmo templo estava irremediavelmente perdido, em ruínas devido a maus cuidados, e que demolir aquele templo para no mesmo lugar construir um réplica era "exagerar nos sentimentos, desconhecer as necessidades da época" (Salgado, 1979, p. 124).

Diante do possível desaparecimento da memória histórica e religiosa da Igreja do Colégio, Theodoro Sampaio defendeu que o translado das relíquias presentes no "solo sagrado" do Pátio do Colégio seria responsável por resguardar e manter vivas tais memórias em locais próprios para sua conservação e devoção.

não ficam profanados os objetos do culto, as cinzas, os ossos, as inscrições tumulares pelo fato da sua translação. Antes é prova da verdadeira piedade recolhê-los em lugar condigno, realçar-lhes o mérito em mais sólida construção, onde aos vindouros se mostre como num Pantheon os restos venerados dos que na derruída igreja, repousavam à sombra dos altares (Sampaio, 1898. *In:* Salgado, 1979. p.124).

Ao longo da pesquisa não foi possível encontrar a listagem completa e original dos objetos recolhidos e numerados na igreja de São Pedro dos Clérigos, apenas uma listagem bastante reduzida, apontando imagens religiosas, urnas e peças de construção da igreja, citada por Moraes em seu livro *A igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo*, escrito em 1979. Exaltando a recente

reconstrução da Igreja Bom Jesus, o autor buscou descrever os aspectos do conjunto antes de suas diversas alterações e demolições, focando-se nas características anteriores à demolição de 1896. Dedicando três capítulos para descrever a composição arquitetural da igreja, os altares e a capela-mor, o autor listou as seguintes peças:

Quant.	Descrição
01	Nosso Senhor Bom Jesus
01	Santo Ignácio de Loyola
01	São Francisco Xavier
01	Santo Estanislau Kotska
01	São Paulo
01	Nossa Senhora da Conceição
01	Altar-mór
01	Pia de água benta
01	Lavabo em pedra
01	Pia batismal
01	Emblema ornamental da fachada
01	Ponteiros do relógio
01	Coluna do altar
01	Lápide de Antônio Sardinha
01	Urna com despojos do cacique Tibiriçá

 $\textbf{TAB. 3.3} \ \ \text{-Imagens pertencentes à igreja do colégio realizada por Moraes em 1979}.$ 

Além das peças citadas, Moraes acusou a conservação de outro conjunto de peças, entre as quais uma imagem de São Jorge, um primitivo chafariz de pedra da sacristia (doado pelos descendentes de Eduardo Prado da Fazenda Brejão) e um altar que guarnecia a sacristia da igreja. Por fim, Moraes citou um conjunto de objetos, imagens e materiais de construção pertencentes à antiga igreja no momento de sua demolição — provavelmente baseado nos levantamentos feitos em 1827 e em 1861 — que nunca foram encontrados, 52 e levantou a hipótese de que "os objetos mais preciosos, selecionados por um *connaisseur*, teriam sido obsequiados a figurões da época, potentados do café" (Moraes, 1979, p. 58).

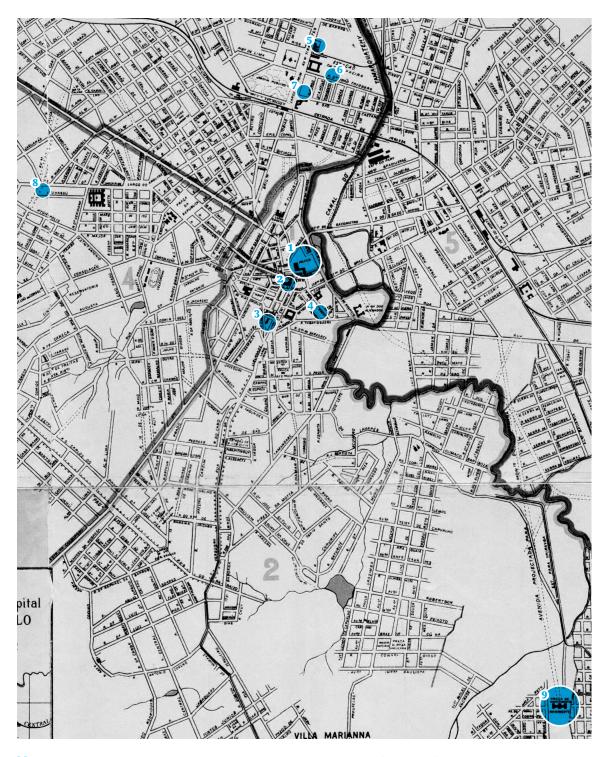
<sup>52</sup> Das peças listadas, o autor observa a não localização de algumas delas, como os seis altares da igreja, mesas de reunião em vinhático, doze cadeiras com espaldar e pés de cabra, duas credencias da capela-mor, dois alcazes de Jacarandá, dois púlpitos, um oratório, dois tocheiros, dezenove imagens de madeira policromada, uma imagem do Senhor Crucificado em tamanho real, sete crucifixos de altares, oito sinos da torre da igreja, seis painéis a óleo, dois confessionários, um genoflexório, três banquetas e paramentos e miudezas referentes ao culto religioso católico. (Moraes, 1979, p. 58)

A partir das listagens supracitadas, de anúncios referentes a assuntos diversos da Igreja Católica em São Paulo — publicados nos jornais *O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde* e o *Correio Paulistano* — e da bibliografia referente à cidade e ao próprio conjunto do jesuíta produzidos ao longo do século XX, foi possível fazer um mapeamento inicial dos primeiros destinos da peças remanescentes da antiga igreja.

#### 3. 2 - A dispersão da Igreja Bom Jesus

Após serem transferidas para a Igreja São Pedro dos Clérigos, as peças remanescentes da Igreja do Colégio foram aos poucos sendo dispersas por igrejas e locais responsáveis pela preservação de objetos históricos e religiosos em São Paulo. No Arquivo da Cúria Metropolitana, encontraram-se poucas informações sobre os objetos alocados na Igreja São Pedro dos Clérigos e seus destinos. No momento da demolição da Igreja São Pedro dos Clérigos, na primeira metade do século XX, perderam-se documentos que poderiam conter tais informações, e muitos objetos que não foram transladados para os locais de preservação e igrejas interessadas foram enviados para a antiga Igreja da Sé.

Com auxílio das obras de Salgado (1976), Moraes (1979), e Donato (2008) e de diversas publicações em periódicos paulistanos ao longo do século XX, pôde-se mapear o destino de algumas peças. Em uma primeira leitura, as peças de devoção (em sua maioria imagens de santos e altares), consideradas relíquias religiosas, foram destinadas a locais de culto católico e de preservação da memória religiosa em São Paulo, como a Igreja do Sagrado Coração de Maria, a Igreja de São Gonçalo, a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, o asilo Nossa Senhora da Luz, o Museu de Arte Sacra e, posteriormente, a nova Catedral da Sé. Os restos de alguns materiais de construção, como pedras e ornamentos, foram utilizados em construções religiosas e monumentos de personalidades importantes para a história da Igreja (Igreja São Gonçalo e Seminário Episcopal). Outras peças e materiais, sendo considerados testemunhas da história colonial de São Paulo, foram doados para o Museu Paulista. Em um esforço de entender e mapear os primeiros destinos dessas peças, são listados abaixo os locais que, segundo as fontes citadas, receberam peças da Igreja do Colégio.



MAPA 3.2 - Mapa de localização dos lugares que receberam os objetos do Páteo do Colégio. Baseado na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897. AUTOR: Dr. Gomes Cardim. ACERVO: Arquivo Histórico de São Paulo.

LEGENDA: 1.Pátio do Colégio 2.Igreja São Pedro dos Clérigos e Antiga Sé 3.Igreja de São Gonçalo 4.Igreja Nossa Senhora da Boa Morte 5.Museu de Arte Sacra 6.Asilo Nossa Senhora da Luz 7.Seminário Episcopal 8.Igreja do Sagrado Coração de Maria 9.Museu Paulista.

## 3.2.1 - Igreja de São Gonçalo: local do retorno da Companhia de Jesus em São Paulo

Um dos primeiros locais que receberam peças recolhidas pela comissão dirigida por Theodoro Sampaio foi a Igreja de São Gonçalo Garcia, na praça João Mendes, região da Sé, onde a Companhia de Jesus passou a exercer suas atividades religiosas após a restauração da ordem em 1814. A igreja, fundada no século XVIII, esteve sob os cuidados dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia até 1893, quando a irmandade foi extinta e a igreja foi cedida aos padres da Companhia de Jesus. Em meio aos embates em torno da Igreja Bom Jesus, a Companhia de Jesus buscou resgatar o que sobrara do templo. Segundo o padre jesuíta Fernando Pereira de Castro (1954), os religiosos solicitaram ao bispo Dom Joaquim Arcoverde, em 30 de março de 1896, de acordo com os anais da Igreja São Gonçalo, o resgate de possíveis relíquias da antiga Igreja Bom Jesus:

Os padres Parisi e Giannini visitaram Monsenhor Arcoverde e pediram que, tendo de demolir-se a nossa antiga Igreja do Colégio, se nos fossem entregues os corpos dos nossos padres ali sepultados, e especialmente o do Ven. P. Belchior de Pontes, bem como as inscrições, os sufrágios, etc., e até, se possível, a madeira e tudo o que se pode recolher como relíquia e lembrança dos homens apostólicos que edificaram a primeira igreja, da qual tomou a cidade (Anais da Igreja São Gonçalo, 30/3/1896, s/p).

Segundo Donato (2008), os religiosos conseguiram recolher o mostrador do relógio, elementos do torreão (quatro bolas de pedra, cruz de metal e enfeites), pedra do frontispício do templo com o símbolo da Companhia de Jesus (IHS) e algumas imagens de madeira (Santo Inácio, São Francisco Xavier e Santo Estanislau Kostka). Além dessas peças, foi recolhida parte do madeiramento e dos tijolos da demolição.



**Figura 65** – Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia - com o relógio da Igreja Bom Jesus. AUTOR: João Carlos Kuhn.



**Figura 66** – Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia - Pedra com o símbolo da Companhia de Jesus (IHS). AUTOR: João Carlos Kuhn.



**Figura 67** - Estátua de Santo Inácio de Loiola. FONTE: Moraes, 1979. P. 92.



**Figura 68** – Estátua de São Francisco Xavier. FONTE: Moraes, 1979. P. 105.

#### 3.2.2 - Igreja Nossa Senhora da Boa Morte

Situada também na região da Sé, na Rua do Carmo, a Igreja da Boa Morte data da primeira metade do século XIX. Fundada pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a igreja acolheu a imagem do Nosso Senhor Bom Jesus. Assim como a Igreja de São Gonçalo, essa edificação possuía uma ligação histórica com a Companhia de Jesus. Segundo Arroyo (1954, p. 259), a irmandade "nasceu das mãos dos jesuítas, conforme registro de Alcântara Machado, no século XVI, tendo sido das primeiras a funcionar na igreja do Colégio. De tradições nitidamente jesuítas, portanto". Segundo o autor, a irmandade fora alvo, após a expulsão dos jesuítas, da desconfiança da coroa portuguesa e precisou apresentar-se às autoridades para maiores esclarecimentos sobre sua relação com a extinta ordem:

Ela foi, antes, fundada na igreja do Colégio, segundo se pode perceber das devassas ordenadas, em 1768, contra os jesuítas em São Paulo. Com efeito, aos 26 de agosto de 1768, à secretaria do governo compareceu o reverendo Antonio José de São Francisco para se denunciar em virtude do bando que "mandava que todos os quaes quer naturaes ou moradores dos Reynos de Portugal, e seus domínios, de qualquer estado, sexo ou condição, que se acharem, ou incorporados na dita companhia chamada de Jesus, ou nellas professos, ou associados a alguma confraria, que haja sido estabelecida debaixo da direção da mesma companhia, sejam obrigados a se manifestarem ao ministro (Documentos avulsos [...], 1952).

A irmandade teria sido abrigada posteriormente no Convento do Carmo, onde permaneceria até 1807, quando a Igreja da Boa Morte teria sido inaugurada. Segundo Geraldo Dutra de Moraes, após a demolição da Igreja Bom Jesus, a imagem do Nosso Senhor Bom Jesus, símbolo da devoção da confraria, teria sido transferida para a Igreja da Boa Morte, onde permanece até os dias atuais.



**Figura 69** – Imagem do Nosso Senhor Bom Jesus. FONTE: Moraes,1979. p.91



**Figura 70** - Imagem do Nosso Senhor Bom Jesus, 2014. AUTOR: João Carlos Kuhn.



Figura 71 - Seminário Episcopal da Luz em 1895. FONTE: Koenigswald, 1895. p.49

#### 3.2.3 - Seminário Episcopal

Segundo o historiador e geógrafo Alfredo Pinto (1900), que descreveu a vida na cidade de São Paulo no ano de 1900, o Seminário Episcopal de São Paulo foi fundado em 1860 pelo bispo da diocese, Dom Antonio Joaquim de Mello, em substituição ao antigo Seminário Episcopal. Em 9 de novembro de 1900, seu aniversário de fundação, como parte das comemorações, foi inaugurado, no pátio do seminário, um monumento erigido a Dom Antonio Joaquim de Mello. Um artigo publicado no jornal *O Commercio de São Paulo*, na mesma data, conta que tal monumento teria, em sua base, pedras da Igreja do Colégio:

A base deste monumento foi construída com pedras tiradas da egreja do Collegio, que foi a primeira erigida em S. Paulo pelos padres da Companhia de Jesus, sob o regimen colonial portuguez, em 1551, e destruída em 1896 (Seminário, 1900, p. 1).

### 3.2.4 - Igreja Sagrado Coração de Maria e nova Catedral da Sé

Após a demolição da Igreja Bom Jesus, foi necessária a reconstrução de uma lateral do Palácio do Governo, que faceava o antigo templo, terreno ainda pertencente à Igreja Católica. Para a reforma de reconstrução da parede e ampliação do Palácio do Governo, outro acordo entre o bispo Dom Joaquim Arcoverde e o estado, autorizado pela Lei N. 490, de 19 de dezembro de 1896, permitiu a aquisição do terreno e indenizou a diocese na quantia 350 contos de réis.

Com o valor, a Diocese de São Paulo investiu na construção da Igreja do Imaculado Coração de Maria, na Rua Jaguaribe, no bairro de Santa Cecília. Em uma leitura feita por Leonardo Arroyo, em 1954, o uso do dinheiro da indenização pode ter sido motivado por um arrependimento, por parte do bispo Joaquim Arcoverde, em ter aceitado a demolição da antiga igreja.

Mas parece que o bispo de então, D. Joaquim Arcoverde, não ficou satisfeito com o acordo. Algo dentro dele trazia descontente, talvez um sentimento de culpa por não ter batido os pés firmemente e recusado atender os interesses do governo, que também podem não ser do povo, e com essa atitude resguardando os velhos muros do Colégio que, durante tantos anos, abrigaram os jesuítas herdeiro das responsabilidades dos fundadores de São Paulo. Sim, houve alguma coisa, porque o então bispo de São Paulo resolveu, alguns anos mais tarde, fundar a igreja do Imaculado Coração de Maria em "substituição da primitiva igreja do Colégio demolida em 1896" (Arroyo, 1954, p. 291).



**Figura 72** – Cartão postal da igreja do Imaculado Coração de Maria- 1925. AUTOR: Guilherme Gaensly. EDTOR: Ed. Rosenhain& Meyer. ACERVO: Museu da cidade de São Paulo.

A pedra fundamental da Igreja do Imaculado Coração de Maria foi lançada em 13 de março de 1897, no terceiro centenário de morte do padre José de Anchieta, quando recebeu o altar-mor da Igreja Bom Jesus, que havia sido adaptado para uma das capelas. Com o altar, foram transferidos, em novembro de 1901, os ossos encontrados na nave da Igreja Bom Jesus — entre eles os ossos do cacique Tibiriçá —, que já haviam sido transferidos para a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Alfredo Moreira Pinto descreveu o local onde seriam depositados os restos mortais dos ilustres paulistas sepultados na Igreja do Colégio:

No seu interior possue, no cruzeiro, uma cúpula de 40 metros de altura, acima da qual está collocada uma imagem do Coração de Maria, com quatro metros de altura. Tem, além do altar-mor, mais oito altares. Nella devem ser conservados os restos encontrados nas sepulturas da antiga egreja do Collegio. Está ainda em construção (Pinto, 1900, p. 279).

<sup>53</sup> Fonte: Site do Pátio do Colégio, consultado em 29/05/2015. <www.pateocollegio.com>.



**Figura 73**- Altar-mor da Igreja Bom Jesus em 14 de março de 1896. AUTOR: Desconhecido. ACERVO: Museu da Cidade de São Paulo.



**Figura 74** – Altar-mor da Igreja Bom Jesus readaptada na Igreja do Imaculado Coração de Maria. AUTOR: Desconhecido FONTE: Moraes, 1979. p.87.

Na Ata da História do Santuário Imaculado Coração de Maria (livro 1; fl. 27), publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 26 de janeiro de 1933, pode-se observar o primeiro processo de translação dos restos mortais para o santuário:

No dia 19 de novembro de 1901 foram transladados para o nosso Santuário os restos mortais do Chefe do Índios Tibiriçá e de outros ilustres Paulistas. Estes restos tinham estado depositados na Igreja do Colégio (assim chamada) que pertencera aos Padres Jesuítas. Tendo sido derruída aquela Igreja, o Exmo. Sr. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Acerbispo do Rio de Janeiro os reclamou e obteve para depositá-los neste Santuário do Imaculado Coração de Maria, obra de S. Exa. Revma. No mesmo dia 19, o mesmo Sr. Acerbispo celebrou Missa Pontifical de defuntos pelo eterno descanso daquele chefe índio e mais companheiros, que morreram já convertidos ao Cristianismo. Colocaram-se estes restos mortais numa urna de mármore na Capelinha debaixo do coro, da nave que dá para o poente - RIP (O dia [...], 1933, p. 6).

De certa forma, os restos mortais desses ilustres paulistas, encontrados na Igreja Bom Jesus, podem ser considerados relíquias, uma vez que receberam a função de instrumentos sagrados utilizados para consagrar um território e permitir a expansão territorial do culto cristão (Cymbalista, 2006). Essas relíquias possuíam tanto caráter sagrado — por se tratarem de personalidades que tiveram contato direto com Anchieta e com religiosos que fundaram o Pátio do Colégio — como caráter cívico — por serem símbolos históricos do período de fundação da cidade. A utilização das relíquias para a inauguração da Igreja do Imaculado Coração de Maria fortaleceu o aspecto religioso do local e pretendeu afirmar o santuário como um dos lugares da memória paulista. Esse processo foi repetido quando se decidiu pelo translado dessas relíquias na inauguração da cripta da Catedral da Sé, tornando-a um grande templo cívico-religioso da cidade.

Em 25 de janeiro de 1933, o arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, a pedido do IHGSP e da Comissão de Obras da Nova Catedral, concedeu o traslado, da Igreja Imaculado Coração de Maria para a cripta da Catedral da Sé, dos restos mortais do "chefe Tibiriçá" e de outros ilustres paulistas.

A commemoração principal da data de hontem foi constituída pela cerimônia da transladação dos despojos do chefe Tibiriçá, do Santuário do Coração de Maria para a crypta da Cathedral em construção. Previamente retirada à urna que guardava os ossos do "primeiro cidadão de Piratininga", do recinto que occupava no Santuário, e aberta pelo chanceler do acerbispo, monsenhor Gastão Liberal Pinto e em seguida lacrada, foi à urna exposta na manhan de hontem á visitação publica na egreja da rua Jaguaribe. (...) A cerimônia de transladação, assistida por numerosas pessoas, teve início ás 14 horas, quando foi celebrado no santuário o responsório, officiando o superior da ordem (O dia [...], 1933, p. 6).

## 3.2.5 - Museu de Arte Sacra de São Paulo (antigo Mosteiro da Luz)

No início do século XX, a antiga Igreja da Sé foi demolida para a construção de uma nova catedral em estilo neogótico. Com o intuito de reunir diversas peças de arte sacra espalhadas por igrejas da capital paulista — provindas de edificações demolidas com o processo de modernização da cidade —, Dom Duarte Leopoldo e Silva teve a iniciativa de criar o Museu da Cúria. Ao longo da primeira metade do século XX, a instituição continuou a recolher peças vindas do interior paulista e dos acervos de várias igrejas demolidas da capital, entre elas a Igreja do Colégio. Na década de 1970, é criado o Museu de Arte Sacra de São Paulo, instalado no Mosteiro da Luz, que passa a ser responsável por todo o acervo original do Museu da Cúria.

Segundo Geraldo Dutra de Moraes (1979), entre as peças acolhidas na antiga Igreja da Sé,<sup>54</sup> foram transferidas para o Museu de Arte Sacra uma imagem de São Paulo, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma imagem de São Jorge e um altar lateral da igreja em madeira esculpida. Por não haver registro exato da transladação dos objetos no percurso Igreja do Colégio–Igreja São Pedro dos Clérigos–Igreja da Sé, muitos objetos foram considerados como de procedência desconhecida ou com procedência na antiga Igreja da Sé.

Em pesquisa ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, nota-se que uma parcela das peças citadas por Moraes são identificadas como provindas de fontes desconhecidas, enquanto apenas uma é considerada procedente da Igreja do Colégio: uma imagem de São Paulo datada do século XVI, de barro cozido e policromado. Outra imagem, de São Jorge, é descrita como procedente da antiga Igreja da Sé. Já a imagem de Nossa Senhora da Conceição (do século XVIII, de barro cozido e policromado) e o altar da sacristia são considerados peças com procedência desconhecida. O esforço de identificação das peças estruturou-se sobre fotografias publicadas na obra de Moraes, comparadas com fotografias do acervo atual do Museu de Arte Sacra, e relatos e publicações de periódicos entre os séculos XIX e XX (imagem de São Jorge).

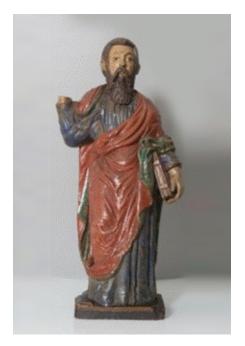


Fig. 75 - Imagem de Nossa Senhora da Conceição. FONTE: Moraes, 1979.p.104



**Fig. 76** – Imagem de Nossa Senhora da Conceição. ACERVO: Museu de Arte Sacra de São Paulo.

<sup>54</sup> Na pesquisa aqui realizada, não consegui encontrar nenhuma fonte que informasse acerca de quais objetos de devoções, peças de arte ou quaisquer materiais que foram enviados para a catedral da Sé antes da demolição. Segundo o Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo, os registros existentes datam apenas do que se tinha após a demolição e o que retornou para a catedral após a construção da nova edificação.



**Fig. 77** – Imagem de São Paulo. ACERVO: Museu de Arte Sacra de São Paulo.



**Fig. 78** – Altar da sacristia do Pátio do Colégio. FONTE: Moraes, 1979, p. 107.

A imagem de São Jorge encontrada no Museu de Arte Sacra é descrita pela instituição como procedente da antiga Igreja Sé; entretanto, Moraes atribuiu a mesma peça à Igreja Bom Jesus (1979). Em concordância com a posição de Moraes e com relatos publicados em jornais, 55 que afirmaram que a imagem era retirada da Igreja do Colégio em dias de peregrinação religiosa, Antonio Egydio Martins descreveu a transladação da imagem, retirada do antigo Quartel de São Paulo e levada para o Pátio do Colégio:

Por muitos annos se conservou depositada no antigo Quartel, então occupado pelo Corpo Fixo, a imagem de S.Jorge, que actualmente se acha, em conseqüência de haver, na noite de 13 de março de 1896, desabado a egreja do Senhor Bom Jesus do Collegio, que foi o primeiro templo construido, nesta capital, pelos padres jesuítas (1554), depositada na egreja S. Gonçalo.

<sup>55</sup> No jornal Correio Paulistano de 09/06/1870, p.1, publica: "Festa de S. Jorge: Devendo ter lugar no dia 16 do corrente, a procissão de Corpus-Christi, a mesa da irmandade de S. Jorge deliberou fazer sair do respectivo santo, da igreja do Collegio ás 10 horas da manhã ..." Egydio Martins (1911, vol. II, pg. 154) também cita nota do Dr. Polycarpo Lopes de Leão em 1860, sobre a procissão:" O dr. Polycarpo Lopes de Leão, que presidiu a antiga provincia de S. Paulo, desde 17 de Abril até 21 de Outubro de 1860, também a proposito da tradicional festa e procissão do Corpo de Deus, expediu o seguinte:[...] Recolhida a procissão, a Brigada acompanhará a imagem de S. Jorge ao logar da Parada e ahi lhe fará a segunda continência, depois da qual se recolherá o Santo á Igreja do Collegio tendo por Guarda de honra o Esquadrão de Cavallaria da Guarda Nacional, que durante a Procissão se conservará postado no largo da Sé, em frente á Igreja de S. Pedro. Palácio do Governo de S. Paulo, 30 de Junho de 1860."

Com relação a essa tradicional imagem, o tenente coronel Pacifico Antonio Xavier de Barros, commandante do Corpo Fixo, por officio de 21 de Maio de 1853, representou ao governo provincial sobre a translação da imagem de S. Jorge, que até esse anno se achou, assim como vários objectos sagrados, depositada no armazém dos artigos belicos do Quartel daquelle corpo, ignorando o mesmo commandante porque titulo se conservava a mencionada imagem alli, e ser uma irreverência continuar a permanecer, mas que deixava até que houvesse uma indispensável e decente casa de oração para os militares, com o necessário para a realização do Santo Sacrificio da Missa em todas as occasiões e nella então poder estar, em deposito, o mesmo Santo.

Achando justas as ponderações feitas pelo referido tenente-coronel sobre a conveniência de ser recolhida á egreja do Collegio ou á Sé Cathedral a imagem de S. Jorge, então existente no Quartel, o dr.Josino do Nascimento Silva, presidente da província de S.Paulo, officiou, em data de 6 de Junho de 1853, ao Bispo Diocesano D. Antonio Joaquim de Mello, perguntando a este prelado si concordava na translação da dita imagem, dando, no caso affirmativo, as ordens precisas para ser effectuada a mesma translação.

Concordando com o que foi pedido pelo tenente-coronel Pacífico de Barros, D. Antonio Joaquim de Mello, primeiro bispo brasileiro que, desde os tempos coloniaes e depois da independência em 1822, teve a diocese de S. Paulo, officiou em data de 8 de Junho de 1853, ao mesmo presidente da provincia, não só accusando a recepção do seu officio, capeando a representação do alludido commandante da guarnição do Corpo Fixo da capital, como scientificando-o de haver dado ao conego dr.pital, como scientificando-o de haver dado ao conego dr.Marcellino Ferreira Bueno, então cura da freguezia da Sé, as precisas ordens sobre a collocação da imagem de S. Jorge na egreja do Collegio, ignorando-se si a respectiva translação foi realisadacom solennidade ou occultamente (Martins, 1911, p. 10).



**Fig. 79** – Imagem de São Jorge. FONTE: Moraes, 1979.p. 106.



Fig. 80 - Imagem de São Jorge. ACERVO: Museu de Arte Sacra de São Paulo.

### 3.2.6 - Colégio e asilo Nossa Senhora da Luz

No território do Mosteiro da Luz, tendo próximo o Quartel de São Paulo e o Hospital dos Lázaros, ficava o Colégio de Nossa Senhora da Luz. Nominado também como Asilo Nossa Senhora da Luz, era dirigido pelas irmãs da congregação de Santa Thereza e destinava-se a receber, em regime de internato e externato, meninas órfãs e mulheres pobres. Ao descrever o local, Alfredo Pinto cita as peças localizadas na capela:

Tem uma capella com um altar, onde se acham as imagens de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, de N.S. da Dores, de Santa Maria Magdalena e S. João Evangelista. Tem mais uma bella imagem de N. S. da Luz destinada á egreja que pretendem as irmãs construir (Pinto, 1900, p. 123).

Segundo um anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano* em 24 de novembro de 1898, o Asilo Nossa Senhora da Luz havia sido inaugurado na véspera e situava-se na Rua Jorge Miranda. Na notícia de sua inauguração, foi afirmado que duas das imagens citadas por Alfredo Pinto pertenciam a Igreja do Colégio:

Com toda a solenidade, inaugurou-se hontem, o Asylo N.S. da Luz, destinado a mulheres pobres, com internato e externato para meninas orphãs (...) As imagens do Crucificado e a de N.S. das Dores, assim como o altar que se acham na elegante capella do Asylo, pertenceram á legendária egreja do Collegio (Asylo [...], 1898, p. 2).

#### 3.2.7 - Museu Paulista

Outra instituição que recebeu relíquias da Igreja do Colégio foi o Museu Paulista, cujo acervo inicial era composto pelas obras do antigo Museu Sertório (coleção zoológica e miscelânea de objetos acerca do patrimônio arqueológico e histórico nacional). A instituição acolheu algumas peças da igreja dos jesuítas, porém mais por seu valor histórico do que por seu valor sagrado.

Segundo Marília Conte (2011, p. 80), a elite intelectual paulistana ligada à República, ao café e ao IHGSP, em defesa da memória da fundação da cidade de São Paulo, incumbe

ao recém-inaugurado Museu Paulista, nas mãos de Theodoro Sampaio, a responsabilidade de preservar as "relíquias da Igreja do Colégio". De acordo com o setor de objetos do Museu Paulista, as peças recebidas foram: uma pia batismal datada do século XVI; a lápide tumular de Afonso Sardinha e de sua esposa Maria Gonçalves Rodrigues, encontrada nas escavações do Palácio do Governo em 1881; fragmentos dos altares da igreja (coluna de talha vazada e fragmento de um altar produzido aproximadamente no século XVII); e duas mesas de madeira que teriam servido como apoio na sacristia da igreja ou no Palácio do Governo.

No Museu Paulista, encontra-se, até o momento, documentação apenas a respeito do ingresso da pia batismal na instituição. Nas anotações de 16 de julho de 1896 no Livro de Aquisições, pode-se ler: "Do Ilmo. Sr. Teodoro Sampaio: Uma pia da igreja do Collegio", doação também noticiada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 18 de julho de 1896, no qual consta: "A pia de água benta que pertenceu à egreja do Collegio foi transportada para o Museu Paulista, sendo collocada no vestíbulo daquelle estabelecimento."





Fig. 81 e 82 - Pia de água benta. ACERVO: Museu Paulista da USP.







Fig. 83, 84 e 85 - Coluna de talha vazada. ACERVO: Museu Paulista da USP.





Fig. 86 e 87 - Mesas de madeira. ACERVO: Museu Paulista da USP.





Fig. 88 e 89-Lápide Tumular. ACERVO: Museu Paulista da USP.

## 3.3 - As manifestações religiosas no Pátio do Colégio: o retorno do espaço sagrado

Conforme observado no primeiro capítulo, entre o final do século XIX e a década de 1920, a memória do Pátio do Colégio foi gradativamente transferida do território do Largo do Palácio para o Museu Paulista, local responsável por preservar a história da cidade. Nesse período, a lembrança do Pátio do Colégio só é recuperada em publicações durante os períodos dos aniversário da fundação da cidade.

Aqui na mais patente destes caminhos, junto a um rio, e perto da vivenda dos índios, escolheram os padres o sitio para seu collegio e por bom annuncio do futuro, disseram nelle a primeira missa aos 25 de janeiro, dia da conversão do sagrado apostolo S.Paulo; de cujo nome quizeram todos se denomiasse o sitio e depois se denominou a villa, o território todos. A pequena casa de palha, com porta de esteira de cana, que serviu de templo e abrigo para os padres, que lançaram os alicerces desta grande cidade, fez-se justamente no ponto em que existiu a egreja do collegio, e onde agora se acha o torreão do palácio do governo. Do vasto collegio do jesuítas, por três vezes reduzidos, e com a architetura alterada, ainda restam as dependências, que são ocupadas pela presidência e Secretaria do Interior (Egas, 1910, p. 3).

Em um artigo de 1910, quando começou a ser planejada a construção do monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*, de Amadeu Zani, pode-se perceber a intenção de alinhá-lo com o que antes eram as portas da antiga igreja do colégio, como referência ao local onde nasceu a cidade.

O monumento comemorativo da fundação de S.Paulo, segundo o projecto preferido, deverá ser erigido no antigo largo do Colégio, que, como se sabe, vae ser aumentado, em consequencia de projectado recuo do palácio do governo, até ao alinhamento da rua do Carmo. Feito este recuo, o centro do largo corresponderá mais ou menos ao ponto em que existia o portal da antiga egreja do Collegio, o que quer dizer que o monumento será levantado precisamente no local em que nasceu a cidade (A fundação, 1910, p. 3).

O monumento é inaugurado em 1925, quando a memória jesuíta e sagrada inicia um tímido movimento de retorno. Em 25 de janeiro de 1929, em uma edição comemorativa do jornal *O Estado de São Paulo*, o monumento é representado junto à imagem de Anchieta e à foto do conjunto jesuíta feita por Militão.



**Fig. 90** –Folha do jornal O Estado de São Paulo de 25 de janeiro de 1929 em comemoração do aniversário de fundação de São Paulo.

ACERVO: O Estado de São Paulo.

Com reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica, a partir da década de 1930, Getúlio Vargas percebe a Igreja como uma forte aliada para a manutenção das ideologias propagadas em seu governo. Segundo Paulo Julião da Silva (2012, p. 2), Getúlio Vargas aproveitou a religião como instrumento de coesão e apropriou-se do léxico religioso para legitimar-se como "pai da nação" em uma perspectiva que permitia também leituras cristãs. Com a ajuda de intelectuais conservadores, em um movimento iniciado na década de 1920 (Miceli, 2001), o catolicismo voltou a aproximar-se do discurso do Estado, após o período da República Velha, em que as elites políticas se esforçaram por separar as duas instâncias.

O movimento de reação da Igreja Católica ao processo de laicização não se restringiu apenas a uma dimensão ideológico-religiosa. O arcebispo Dom José Gaspar, um dos principais apoiadores da *Ação Católica* em São Paulo, à frente da arquidiocese de São Paulo, realizou uma eficiente administração dos serviços eclesiásticos. Sem se limitar a uma reforma de modernização do clero de São Paulo, o arcebispo empreendeu melhoramentos no Museu da Cúria, deu continuidade ao projeto do Arquivo da Cúria, impulsionou a campanha pela construção da nova Catedral na Sé (reorganizando

a comissão de obras) e organizou o projeto em prol da construção da nova basílica de Aparecida do Norte, com o auxílio de arquitetos e urbanistas como Benedito Calixto Filho (projeto do templo) e Prestes Maia (urbanismo da cidade de Aparecida). Além dessas realizações, fez crescer significativamente o número de paróquias no estado de São Paulo.

Ainda nesse período, principalmente após a "batalha das placas" (Donato, 2008), em que o topônimo *Pátio do Colégio* retornou ao território que abrigava o antigo conjunto jesuíta, ganhou força a percepção de que o lugar tinha caráter sagrado. Em especial nas comemorações de aniversário da cidade, é possível observar, no jornal *O Estado de São Paulo*, comunicados e artigos relatando as missas aos pés do monumento *Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo*. Nos discursos proferidos nas solenidades, é possível notar reflexos desse tempo de reaglutinação da Igreja Católica, denunciando as ameaças combatidas naquele momento.

Finda a missa celebrada na cathedral da Sé, a Congregação Mariana organizou uma romaria que se dirigiu ao Pateo do Collegio a fim de prestar homenagem à data da fundação da cidade junto ao monumento comemorativo que ali se ergue (...). No Pateo do Collegio grande também já era o numero de pessoas que aguardavam as solenidades que ali se deveriam realizar (...). Reunidos os manifestantes junto ao Monumento á Fundação da Cidade, que se achava ornamentado com longos festões verdes e belas variedades de crysandallas, tomou a palavra o padre Paulo Cursino de Moura (...). Falando em seguida a assistência referiu que no momento em que elementos estranhos ao meio social brasileiro procuram ameaçar a nossa integridade moral e religiosa, as tradições da nossa democracia apelam a proteção divina para o combate às idéias extremistas que rondam os alicerces da família brasileira. "Demorou-se ainda o orador em considerações sobre a obra de Anchieta e de outro jesuítas na formação da nossa mentalidade e dos princípios religiosos do povo brasileiro" (As comemorações [...], 1937, s/p).

Entre representantes do estado e do clero e a participação popular, as Congregações Marianas destacaram-se na organização desses eventos religiosos. Fundadas inicialmente em 1563, em Roma, difundiram-se por todo o mundo após seu reconhecimento pontifício em 1584, principalmente entre os colégios da Companhia de Jesus. No Brasil, as Congregações Marianas praticamente desapareceram com a expulsão dos jesuítas, porém uma congregação foi novamente fundada em 1870, em Itu.<sup>56</sup>

**<sup>56</sup>** Referências no site: < http://www.cncmb.org.br>, consultado em 19/08/2015.

A partir de então, tiveram um notável crescimento em todo o país, sendo instituídas em paróquias e em instituições religiosas. Diante da *Ação Católica*, que impulsionou a criação e as atividades de grupos de leigos ligado à Igreja — entre eles a já citada A.S.I.A. — foi criada, em 1927, em São Paulo, a primeira Federação Estadual das Congregações Marianas, que trabalhava na promoção de eventos religiosos como missas, retiros e ações filantrópicas na cidade.



Fig. 91 - Anuário da Federação das Congregações Marianas de São Paulo. ACERVO: Federação das Congregações Marianas de São Paulo.



**Fig. 92** - Foto do XX retiro fechado da FCM de São Paulo. ACERVO: Federação das Congregações Marianas de São Paulo.

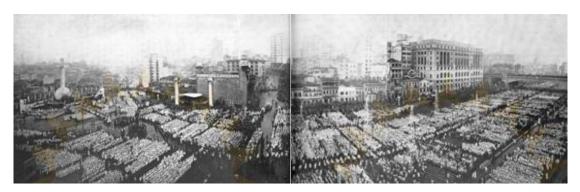
As missas organizadas pela federação em frente ao monumento reativaram a função religiosa do local, relembrando a ação da Companhia de Jesus na cidade e a memória do colégio e sua igreja.

Parte das mais importantes do programa comemorativo, e de profunda significação, pois recordou o ato que assinalou a fundação da cidade, a missa campal ontem realizada no Pátio do Colégio, fez que ali afluíssem as altas autoridades federais que honram o nosso Estado com a sua visita, os membros do governo estadual e considerável multidão, numa inequívoca demonstração do sentimento católico dos brasileiros(...). Em frente da tribuna, nas escadarias do citado edifício (Secretaria de Educação), achavase armado artístico altar, encimado por sugestivo cartaz, contendo as seguintes palavras de uma carta do venerável Anchieta a Inácio de Loiola: "Aqui se fez uma casinha de palha com uma esteira de canas por porta, em que moraram algum tempo, bem apertados, os irmãos; mas este aperto era ajuda contra o frio que nesta terra é grande. Dia da conversão de São Paulo fizemos a primeira missa em este lugar" (O Pátio [...], 1943, p. 3).





**Fig. 93 e 94** - Missa realizada em 1948 em frente ao Palácio do Governo. AUTOR: Benedito Junqueira Duarte. ACERVO: Museu da imagem de São Paulo.



**Fig. 95** – Panorama do evento do IV Congresso Eucarístico no Parque do Anhangabaú em 1942. FONTE: Revista Acrópole, nº 53, ano 5, pp. 182-183, set. 1942 .

O Pátio do Colégio também foi relembrado no IV Congresso Eucarístico Nacional, realizado em setembro de 1942, que teve como palco principal o Vale do Anhangabaú e que reuniu mais de quinhentos mil fiéis, além de autoridades eclesiásticas vindas de diversas partes do Brasil. Organizado pelo arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar d'Affonseca e Silva, o congresso deu mostras não apenas do poder de articulação da Igreja Católica perante as massas, mas de todas as suas ações em solo paulistano. Entre as décadas de 1930 e 1940, é possível observar, como exemplo, a fundação de 45 novas igrejas na região metropolitana de São Paulo, além das diversas dioceses instaladas em todo o estado.

No discurso realizado pelo interventor federal do estado de São Paulo, Fernando de Souza Costa, no último dia do evento, o professor e ceramista Paim Vieira enalteceu a declaração em prol da reconstrução do conjunto do Pátio do Colégio, como símbolo da nacionalidade brasileira e da religiosidade católica.

Anunca assaz aplaudida declaração feita pelo eminente interventor Sr. Fernando Costa, por ocasião do Congresso Eucarístico de São Paulo que é desejo de seu governo reerguer a Igreja do Colégio demolida ha mais de 40 anos, é um destes acontecimentos de tão vasta significação que não pode ser compreendido subitamente (...). Monumento tão fortemente vinculado à alma nacional que ainda vive, apesar de desaparecido, no culto que consagra às cousas pátrias e às cousas divinas o coração brasileiro e, em especial da gente de Piratininga que nele reverencia o aspecto nobre das façanhas bandeirantes em seu glorioso passado (...). Esta persistência no afeto apesar da ausência objetiva, é a melhor prova de sua perpetuidade (...). O que vale num monumento daquele porte não são as cousas de que foi construído, nem a forma por que foi feito; é, sim, o espírito com que foi construído (Vieira, 1943, p. 3).

Em 1953, com a transferência da Secretaria de Educação e a demolição do conjunto arquitetônico, intensificou-se a discussão acerca do destino do território. A Companhia de Jesus, através da A.S.I.A., organizou uma Comissão de Proteção às Relíquias do Pátio do Colégio, na tentativa acompanhar o processo de demolição, ainda que já se encontrasse em sua fase final, e recolher qualquer fragmento que restasse da construção histórica.

A ordem conseguiu manter, entre algumas peças oriundas da construção, uma parede de taipa de pilão, que se tornou um importante símbolo da memória do Pátio, como pode ser observado em um anúncio publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1954. No texto do anúncio do banco hipotecário Lar Brasileiro, sugere-se que a parede de taipa não era apenas uma ruína de um antigo prédio, mas um milagre que se multiplicaria em milhões. Assim como na passagem bíblica da multiplicação dos peixes, <sup>57</sup> "aquela secular parede" também se multiplicaria, construindo a grande metrópole e representando simbolicamente a grandeza e a eficácia financeira do banco.

Aquela secular parede que se multiplicou em milhões! Ergue-se como um primeiro milagre naquele histórico 1554, quando mãos indecisas de obreiros indígenas assentaram vigorosamente seus grandes blocos de taipa. Era o colégio que assomava o Colégio dos Jesuítas, a primeira construção civilizada erguida no planalto de Piratininga (Aquela [...], 1954, p. 12).

<sup>57</sup> A passagem bíblica da multiplicação dos peixes, também conhecido como milagre dos cinco pães e dois peixes é narrado nos quatro livros dos evangelistas (Mateus 14:13-21, Marcos 6:31-44, Lucas 9:10-17 e João 6:5-15). Descreve o milagre realizado por Jesus, em que ele multiplica cinco pequenos pães de cevada e dois peixinhos, fornecidos por um garoto, para alimentar a multidão de 4.000 pessoas que o acompanhavam.



Fig. 96 - Anúncio Banco Hipotecário Lar Brasileiro. FONTE: O Estado de São Paulo - 25/01/1954.

José Nunes Vilhena, ex-aluno jesuíta e historiador responsável pela inspeção da Comissão de Proteção às Relíquias do Pátio do Colégio, descreveu o processo de reconhecimento e resgate dos materiais, como alicerces em pedra e taipa, tijolos de 33 x 16 cm do período da intervenção realizada por Dom Leonor Góis e Ângela Siqueira no século XVII, madeiramento do teto e do assoalho, cravos de madeira e pregos em ferro – entre os materiais, foram encontradas paredes de taipa batida reforçadas por caibros considerados provenientes do século XVI. Em 7 de outubro de 1953, o jornal *A Gazeta* publicou um artigo com um relato do biólogo do Serviço Florestal de São Paulo e religioso da ordem secular beneditina, Dom Bento Pickel, que ilustra a presença e a ação de José Nunes de Vilhena nos trabalhos de demolição:

Por um feliz acaso, foram preservadas da ruína algumas partes do antigo Colégio dos Jesuítas que, após acurados estudos, se revelaram como verdadeiras relíquias arqueológicas, contemporâneas dos começos da Cidade. A destruição lamentável do Palácio da Secretaria da Educação teve como conseqüência feliz a descoberta de muros e madeiras dos primeiros tempos da existência do Colégio. As vezes, males dão para bem, como no caso de que nos ocupamos. Foram encontrados vários muros de taipa, dos quais um ficou de pé graças à vigilância e coragem do professor José Nunes de Vilhena, que se bateu varonilmente para sustar a obra de destruição, embora já na sua fase final. (Pickel, 1953, s/p).



 $\label{eq:Fig.97} \textbf{Fig. 97} \ - \ \mathsf{Fotografia} \ \ \mathsf{do} \ \mathsf{telhado} \ \mathsf{sendo} \ \mathsf{desmontado}.$   $\ \mathsf{ACERVO:} \ \mathsf{Jornal} \ \mathsf{A} \ \mathsf{gazeta}.$ 



**Fig. 98** – Fotografia da parede de taipa de pilão encontrada no local. ACERVO: O Estado de São Paulo.



**Fig. 99** – Demolição da Secretaria de Educação - Pe. Fernando Pedreira e Prof. José Nunes Vilhena. FONTE: Anuário São Luís – 1954.



Fig. 100 -Pe. Aristides Gréve e Altino Arantes. FONTE: Jornal a Gazeta 15/07/1953.

## 3.4 - A construção da Cabana primitiva e o início da reagregação das relíquias

Pouco após a demolição e a devolução do terreno, com o propósito de "reerguer quando possível no estilo antigo os monumentos primitivos sobre os alicerces existentes" (Salgado, 1976, p. 138), iniciou-se a reconstrução da cabana primitiva. Ao que tudo indica, o grupo que estava à frente do processo havia percebido que o erguimento do conjunto arquitetônico levaria um tempo maior do que a duração dos festejos em torno do quarto centenário de fundação da cidade. Para que o lugar não passasse pela data ainda em escombros e buscando fortalecer e dar visibilidade à sua importância, decidiu-se construir uma réplica da primitiva cabana de Anchieta. Para isso, foi essencial resgatar as cartas escritas pelos religiosos e enviadas a cada quatro meses para o superior-geral da congregação em Roma. Em sua obra, César Salgado citou uma carta escrita por Anchieta<sup>58</sup> ao seu superior, Inácio de Loiola, como uma principal referência para a reconstrução.

Hernani Donato (2008, p. 163) afirmou que, com a expulsão da Companhia de Jesus dos "territórios do reino", em 1760, houve uma tentativa de eliminar qualquer memória ou atividade realizada pela ordem no Brasil. Com isso, livros de tombo, de registros, de fábrica, de receita e despesa, de batizados, de casamentos e de óbitos e demais documentos foram levados a Lisboa e queimados em praça pública. Assim, em São Paulo, "restaram, como principais, depoimentos de padres, de viajantes, polêmicas, leis e os inventários do patrimônio da igreja, a exemplo do realizado em 1760 e ora incorporado pela Cúria. E dos bens móveis e imóveis tomados aos padres quando do seqüestro de 1761." Portanto, tais documentos foram as principais fontes no processo de reconstrução da cabana.

Sem a intenção de criar um mero simulacro, a Comissão de Proteção às Relíquias do Pátio do Colégio também buscou reunir especialistas que, baseando-se em documentos da Companhia de Jesus, nas cartas de Anchieta e em textos de historiadores do século XVII — como Pedro Taques, frei Jaboatão, frei Luís do Sacramento e Francisco Varnhagem — garantissem que a reconstrução fosse o mais fidedigna possível. Em reportagem do jornal *A Gazeta*, nas vésperas da inauguração da cabana, foram descritas as características da reconstrução:

De janeiro até o presente tempo permanecemos algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palha, tendo quatorze passos de comprimento e apenas 10 de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa; todavia, não invejamos as espaçosas habitações, de que gozam em outras partes os nossos irmãos, pois N.S. Jesus Cristo se colocou em mais estreito lugar, e dignou-se a nascer em pobre manjedoura entre dois brutos animais.[...]antiqüíssima, porém, decerto, feliz cabaninha, vemos que se aplicam a lição." (Anchieta,1954 apud Salgado, 1979,p.72)

No interior da choupana, que é de pau a pique, palha e chão de terra serão reconstruídos o refeitório, o altar, as mesas, as cadeiras, o mancebo, o fogão, o vasilhame, as redes, os bancos, e o teto, absolutamente iguais aos da época. A preocupação dos membros da Comissão é proporcionar aos que visitem a cabana reconstituída uma visão objetiva do passado. (...) Curioso é registrar que todo o material empregado nela possui algum valor histórico, de vez que foi recolhido em sítios em mananciais que, de certo modo, estivessem ligados à obra da Fundação. Assim, a madeira da cruz, o cipó e o capim da cobertura, as estacas da mesa, a cabaça de pescoço, a candeias, o mancebo e tudo mais foi recolhido prodigiosamente com muitas dificuldades, tendo em vista suas procedências. Na medida do possível, todos esses pertences serão reconstituídos nas suas medidas originais, naturalmente com erros perdoáveis e indiscutíveis (Cruzeiro [...], 1954, p. 6).

Segundo Nunes Vilhena, os materiais utilizados na reconstrução da cabana foram retirados de locais que possuíam algum tipo de ligação com o período de fundação da cidade. Um exemplo é a madeira utilizada para a construção da cruz, de um cedro proveniente do sítio Barro Branco, que, segundo seu proprietário, Sr. Benedito da Silva Coelho, estivera localizado na área de um antigo aldeamento do século XVI, instalado por Afonso Sardinha em torno de uma das seis aldeias fundadas por Anchieta. Por o cedro estar localizado em tal região, Benedito da Silva, considerou tal madeira como preciosa ou sagrada, sendo por ele zelada.

Conservava ele o cedro. Não o cederia a ninguém por preço algum, mas quando ouviu falar no cruzeiro do Pátio do Colégio, disse: "Pra Fundação de São Paulo o cedro vai e eu mesmo vou levar e fazer a cruz". (...) No dia de São João, [Sr. Benedito Coelho] oferecerá, no Pátio do Colégio, uma festa campestre com gente da sua região, que constará de um terço rezado segundo o costume tradicional e com churrasco (Cruzeiro [...], 1954, p. 6).

A possibilidade de firmar novamente a cruz no local em que havia estado quando fora celebrada a missa de 1554 reforçou, entre fiéis e religiosos, a percepção de que tal território retomava seu caráter religioso. Para a inauguração da cabana, foi prevista a celebração de uma missa que pretendia reproduzir a missa realizada no mesmo local quatrocentos anos antes.

Concluída a cabana, (...) promoveremos a realização de uma missa campal. O ato religioso, oficiado por jesuítas, será uma reprodução daquela mesma missa aqui rezada a 25 de janeiro de 1554. Como vê, o que fazemos é mesmo,simbolicamente, fundar São Paulo de novo" (Cruzeiro [...], 1954, p. 6).



Fig. 101 - Missa de inauguração da cabana primitiva. ACERVO: O Estado de São Paulo.

Inaugurada em abril de 1954, a cabana também falava. Através de alto-falantes instalados em sua cobertura, uma voz anunciava a todos: "Eu sou aquela cabana que a gente de Tibiriçá construiu para os missionários jesuítas morarem enquanto se fossem edificando os prédios em que seriam instalados, depois, o colégio, a igreja e a casa de residência." Após essa narrativa inicial, o anúncio contava toda a história da cabana, em uma gravação que era repetida ao longo do dia. A cabana também tinha, portanto, a função de museu, expondo peças reconstruídas da época e algumas relíquias da igreja e da edificação recém-demolida, que iniciavam seu retorno ao Pátio do Colégio. Como símbolos sagrados da fundação de São Paulo, a cabana e o conjunto tornam-se objeto de homenagens em propagandas publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Gazeta* durante as festividades do IV Centenário de Fundação da Cidade.

**<sup>59</sup>** GIGLIOTTI, Vicente Mario. Eu sou aquela cabana que a gente de Tibiriçá ergueu. Ultima hora, São Paulo, s/p, 01 abr. 1953.



**Fig. 102** - Anúncio da Drogasil. FONTE: Jornal A Gazeta, 25/01/1955.



**Fig. 103** - Anúncio da Construtora de Imóveis São Paulo. FONTE: Jornal A Gazeta, 22/01/1955.



**Fig. 104** – Capa revista Paulistânia de 1951. FONTE: Revista Paulistana.



**Fig. 105** – Capa revista Paulistânia de 1954. FONTE: Revista Paulistana.

A revista *Paulistânia* destacou a cabana primitiva como origem religiosa da cidade. Fundada em 1939, a revista publicada pelo Departamento de Cultura do Clube Piratininga, importante ponto de encontro na vida social paulistana, era voltada para assuntos referentes a São Paulo, retratando sua história, sua arquitetura, sua educação, sua arte e mesmo temas nacionais e internacionais que pudessem interessar ao seu desenvolvimento. Em suas edições, pode-se perceber a presença de um caráter religioso na representação das origens da cidade. Na capa da edição 38 (janeiro e fevereiro de 1951), período em que já se preparavam os festejos do quarto centenário, destacase a presença dos índios ao redor da cabana primitiva, em um período em que esses personagens possuíam grande relevância na construção da memória paulistana. Em uma capa de 1954, vê-se escrito junto à ilustração: "Sobre uma pedra se edificou a Igreja... sobre uma Igreja e sobre um livro se constitui São Paulo!" Junto com uma imagem do apóstolo São Paulo, o texto fortalece a ideia sacralizada do Pátio do Colégio.

As relíquias recolhidas ao longo de toda a trajetória histórica do Pátio do Colégio também foram importantes na validação do território e na reconstrução do conjunto jesuíta. O artigo intitulado "Uma valiosa exposição Anchietana no Pátio do Colégio", publicado pelo jornal *A Gazeta*, em 6 de junho de 1955, demonstra o esforço do grupo de ex-alunos jesuítas para reagregar as peças dispersas ao Pátio do Colégio:

Veio, oferecido pelo venerando Arcebispo de Mariana, o precioso crucifixo de Anchieta, que doou ao Museu Anchietano, de que a presente exibição é o começo. A cruz era tão velha que se esfarinhava, sendo preciso substituí-la por outra madeira, proveniente esta do Pátio do Colégio. O crucifixo, entretanto, esta muito bem conservado. Nunes Vilhena fez para essa cruz que repousa sobre um estofado de sede um relicário portátil, também confeccionado com madeira do Pátio do Colégio. (...) Figuram também nesta mostra varias alfaias, como sejam um genuflexório, uma mesa, um armário, estantes de missal, retábulos para afixação de avisos, cruzes, quadros, etc. Que, embora não sejam objetos de uso do venerável Padre Anchieta existentes outrora no consistório da Igreja do Pátio do Colégio. Esse soalho é precioso, por ter sido testemunha das virtudes e vida venerável Anchieta e palmilhado pelos seus pés. Quando se deu a destruição da Igreja, foram adquiridos pelo então Reitor do Colégios dos Jesuítas, Padre Mantero, em 1896, e levadas para Itu, 24 taboas de canela preta, onde foram aproveitadas pelo Irmão leigos Fratelli que delas fez as ditas alfaias. (...) Afigura-senos que esta primeira exposição vai ter grande repercussão, incitando o povo a ceder para o futuro Museu Anchietano os objetos que guarda com religioso cuidado (Uma valiosa [...], 1955, p.3).

A exposição, além de validar a importância da reconstrução do Pátio do Colégio, instituiu também o início do acervo do futuro Museu de Anchieta, onde os paulistanos poderiam observar tanto relíquias e materiais recolhidos ao longo de todo o processo ocorrido no Pátio como materiais próprios da atuação da Companhia de Jesus no Brasil.

Terminado os festejos, em janeiro de 1955, iniciam-se os trabalhos de reconstrução do conjunto jesuíta, confiados à competência do engenheiro Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, que tinha a missão de construir ambos os edifícios com as mesmas características arquitetônicas que tiveram no passado e que se baseou principalmente em documentos históricos, iconografias e fotografias. César Salgado, no documento *Em Defesa do Patrimônio Histórico do Pátio do Colégio*, cita algumas peças originais, que, segundo o autor, deveriam retornar ao próprio colégio:

Lembremo-nos de que há peças preciosas, porque originais e legítimas, que voltarão à Igreja para completar-lhe a restauração. Assim, o altar-mor (este já se encontra no vestíbulo do Colégio); o sino (atualmente na Matriz de São Geraldo), que anúnciou a Independência, no dia 7 de setembro; o mostrador do relógio da torre, hoje na Igreja São Gonçalo; a pia batismal, doada a Eduardo Prado e conservada na fazenda Brejão, que pertenceu a esse ilustre paulista. Além dessas relíquias, outras estão sendo inventariadas para oportuna recuperação (Salgado,1976, p. 267).

Desse grupo de peças, retornaram ao Pátio do Colégio fragmentos do altar-mor, 60 as imagens que estavam sob tutela da Companhia de Jesus enquanto era responsável pela Igreja São Gonçalo (Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e Santo Estanislau Kostka), uma pedra de altar (pedra d'ara), um lavabo da sacristia e uma pia batismal, que posteriormente passaram a pertencer ao acervo do Museu de Anchieta, inaugurado após a completa construção do conjunto em 1979.

Entre as últimas peças que voltaram ao Pátio do Colégio, a pia batismal retornou apenas após a construção completa do conjunto e a inauguração do Museu Anchieta. Segundo Conte (2011, p. 74), com a demolição da igreja, algumas famílias tradicionais paulistanas receberam em suas casas imagens e objetos. A família do poeta Pedro Oliveira Ribeiro Neto acolheu dois objetos em sua fazenda: o lavabo da sacristia e a pia batismal. Em 1979, nas solenidades de inauguração do Museu de Anchieta, o poeta teria doado ambos os objetos aos jesuítas de São Paulo, para que ocupassem lugar de destaque nas exposições do museu.

**<sup>60</sup>** O altar-mor já havia sido modificado desde o translado para a Igreja do Sagrado Coração de Maria e posteriormente adaptado à igreja do Pátio do Colégio. Em 2009, foi novamente removido para uma reforma de "modernização" da capela e encontra-se atualmente no Museu de Anchieta.

Independentemente dos conflitos e das polêmicas que o grupo de antigos alunos jesuítas possa ter tido com outros agentes envolvidos no processo de demolição, devolução do terreno e reconstrução do conjunto, nota-se que o grupo lançou um desafio intelectual quando utilizou documentos e relíquias disponíveis para construir uma identidade sagrada e paulista em torno do território.

Ao levar em conta apenas as transformações do patrimônio material ocorridas no conjunto do Pátio do Colégio, pode-se precipitadamente concluir que se limitaram a mais um processo de demolição característico da modernização de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX e que posteriormente o conjunto foi reconstruído como um simulacro. Porém, se forem considerados os valores simbólico e sagrado de suas partes, as conclusões podem ser muito diferentes, mais ligadas à dispersão e à reagregação de uma edificação sagrada, uma vez que, para a fé católica, o santo na sua integralidade está presente em qualquer de suas relíquias, por menor que seja.

Considerando essa leitura, pelo viés de grupos de fiéis católicos, a Igreja Bom Jesus esteve presente em todas as suas partes durante as décadas em que esteve fisicamente demolida e a manutenção de sua memória, através de seu valor sagrado, impediu que o lugar fosse esquecido ou apagado.

## Conclusão

Diversos autores que trataram da história e da identidade de São Paulo consideraram o valor simbólico do conjunto urbano do Pátio do Colégio e seu território. Autores como o frei Gaspar Madre de Deus (final do século XVIII), Washington Luís (1918), Paulo Cursino de Moura (1932), Ernani Silva Bruno (1953), Affonso Taunay (1954), Richard Morse (1954), Janice Theodoro (1981), Ab'Saber (2004), Carlos Lemos (2004) e Nestor Goulart Reis (2004) buscaram reconstruir a narrativa em que a grande metrópole paulistana é originada pelas ações da Companhia de Jesus, que fundou a cidade e estabeleceu o ponto inicial da missão evangelizadora em São Paulo.

Outro grupo de autores, que incluiu Jorge Americano (1957), Luís Otávio Silva (2001), Candido Malta Campos (2002), Solange Ferraz de Lima (2003) e Roberto dos Santos Canado Junior (2014), observou as sucessivas transformações e descaracterizações do conjunto, desde o processo inicial de transformação em primeiro centro cívico da cidade, passando pelas transformações físicas e simbólicas ocorridas no local durante a primeira metade do século XX e pelo processo de demolição completa do conjunto, devolução do terreno para a Companhia de Jesus e início das obras de reconstrução a partir da década de 1950.

Consciente da existência e da importância desses e demais grupos que estiveram interessados nessa questão, a presente pesquisa pretende estudar outro aspecto, não tão aprofundado, do Pátio do Colégio: a dimensão religiosa e sagrada do local e seu papel no processo de construção, demolição e reconstrução do conjunto.

Sob a chave de leitura proposta por Ulpiano Menezes de Bezerra — em que a cidade é vista sob três aspectos: imagem, campo de força e artefato — buscou-se evidenciar que, ao atribuir o peso correto aos elementos religiosos, rituais e simbólicos, é possível desvelar um cenário mais complexo e observar a precariedade encontrada na posição de alguns arquitetos e urbanistas que veem o novo edifício como simulacro, pastiche ou cópia malfeita.

Sem a intenção de apontar os atores religiosos como os únicos agentes responsáveis pela reconstrução ou de fazer justiça à ordem religiosa pela perda de bens e privilégios após sua expulsão da cidade de São Paulo, a pesquisa leva à conclusão de que tais agentes (sejam os religiosos da ordem ou mesmo os fiéis católicos simpáticos à espiritualidade jesuíta) mostraram-se não personagens coadjuvantes, e sim agentes ativos no processo. Priorizando os valores religiosos e sagrados, que são de extrema importância para os dois grupos, evidencia-se como foi frágil e fadada ao fracasso a defesa de técnicos do patrimônio histórico, que, na década de 1970, insistiram na abordagem de um crime contra o patrimônio em um momento em que a demolição já havia ocorrido.

Sob o aspecto religioso e sagrado, é possível ainda afirmar que, de certa forma, o Pátio do Colégio nunca foi inteiramente destruído. O conjunto de documentos apresentados nesta dissertação (assim como um grande número de representações), a preservação da materialidade sagrada (percebida no momento da dispersão da igreja e de partes do antigo colégio) e a ação da Companhia de Jesus e de seus antigos alunos não permitiram o desaparecimento completo do conjunto no imaginário da cidade, de seus atores sociais e de suas instituições ao longo dos séculos e mostraram-se potentes instrumentos para a validação da reconstrução do conjunto, finalizada em 1979, e do atual papel do Pátio do Colégio.

Dessa forma, pretendeu-se demonstrar como a reconstrução do conjunto, juntamente com as discussões políticas e sociais de cada época, também foi permeada por valores religiosos e que tais valores tiveram reflexo para além da própria instituição católica, interferindo claramente na configuração de um território de grande importância para cidade. Percebe-se que, para um melhor entendimento da cidade, é interessante dar a devida importância às lógicas religiosas e ao seu poder de transformação na configuração da cidade. A meu ver, essa é uma tarefa de grande importância para a sociedade contemporânea.

# Listas

## Lista de Figuras

Fig. 01	Palácio do Governo em São Paulo 28
Fig. 02	Palácio do Governo em São Paulo 29
Fig. 03	Detalhe da planta fac-simile da cidade de São Paulo em 1810 30
Fig. 04	Detalhe da legenda: "B: Collegio dos Extos. Jesuítas" 30
Fig. 05	Ilustração do Palácio do Governo e Colégio dos Jesuítas em 1841 31
Fig. 06	Detalhe do mapa fac-simile de 1841 31
Fig. 07	Detalhe da legenda do mapa 31
Fig. 08	Detalhe do mapa fac-simile de 1841 <b>31</b>
Fig. 09	Detalhe da legenda do mapa 31
Fig. 10	Detalhe da legenda do mapa 31
Fig. 11	Detalhe do mapa fac-simile de 1847 32
Fig. 12	"Largo do Palácio e Igreja do Colégio dos Jesuítas", 1847 32
Fig. 13	"Igreja e Convento do Collegio", 1862 33
Fig. 14	Jesuiten tcollegium (Colégio Jesuíta), 1867 34

Fig. 15	Detalhe do mapa fac-simile de 1877 34
Fig. 16	Detalhe do mapa fac-simile de 1881 35
Fig. 17	Detalhe da legenda: "Igreja do Collegio" 35
Fig. 18	"Palácio do Governo - Igreja do Collegio", 1881 <b>36</b>
Fig. 19	Percurso da procissão <b>36</b>
Fig. 20	Anúncio de leilão <b>36</b>
Fig. 21	Detalhe da planta da capital do estado de S. Paulo e seus arrabaldes em 1890 <b>37</b>
Fig. 22	Palácio do Governo em 1891 37
Fig. 23	Jardim do Palácio <b>39</b>
Fig. 24	Eglise du Collegio à São Paulo 39
Fig. 25	Pátio do Colégio no século XIX (1922) 41
Fig. 26	Maquete de São Paulo Antigo 41
Fig. 27	Detalhe do Pátio do Colégio 41
Fig. 28	Monumento da Fundação de São Paulo 42
Fig. 29	Centro de São Paulo, Praça João Pessoa, 1930. SARA folha 51/3 44
Fig. 30	Ex-Libris da FFLCH - USP - Anuário 47
Fig. 31	Ex-Libris da Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica 47
Fig. 32	Vitral Fundação de São Paulo 48
Fig. 33	Vitral do Pátio do Colégio – Faculdade de Direito/USP 48
Fig. 34	Grupo Escolar São Paulo – Consolação/SP <b>49</b>
Fig. 35	Painel de Anchieta de Paim Vieira 49
Fig. 36	Projeto para o Pátio do Colégio <b>51</b>
Fig. 37	Perspectiva do projeto <b>51</b>
Fig. 38	Anúncio da Construtora de Imóveis São Paulo 54

Fig. 39	Anúncio Banco Paulistano S.A. 54
Fig. 40	Anúncio da Esso <b>54</b>
Fig. 41	Álbum de Figurinhas do IV Centenário de São Paulo 55
Fig. 42	Álbum de Figurinhas do IV Centenário de São Paulo 55
Fig. 43	Revista A Ordem de 1937 60
Fig. 44	Discurso de Alceu Amoroso Lima no Centro Dom Vital em 1938 <b>60</b>
Fig. 45	Colégio São Luís em Itu 64
Fig. 46	Colégio São Luís na Avenida Paulista <b>64</b>
Fig. 47	Foto da primeira reunião extraordinária da A.S.I.A. São Paulo em 1926, no Colégio São Luís na Avenida Paulista <b>66</b>
Fig. 48	Altino Arantes (1876-1965) <b>68</b>
Fig. 49	César Salgado (1894-1979) <b>68</b>
Fig. 50	Foto do grupo de civis e militares exilados em 1932 68
Fig. 51	Entrega da proposta de reconstrução da igreja de Anchieta <b>71</b>
Fig. 52	Demolição da Secretaria de Educação em 1953 <b>7</b> 4
Fig. 53	Demolição da Secretaria de Educação em 1953 <b>7</b> 4
Fig. 54	Deputado Tamura em vista a Brasília em 1960 <b>75</b>
Fig. 55	Deputado Tamura em vista a Brasília em 1960 <b>75</b>
Fig. 56	Reportagem sobre ação educativa na cabana primitiva em março de 1954. <b>77</b>
Fig. 57	Foto do lançamento da Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo nos meios de comunicação de São Paulo <b>79</b>
Fig. 58	Cartilha da Campanha de Gratidão <b>79</b>
Fig. 59	Altino Arantes no lançamento da Campanha da Gratidão 79
Fig. 60	Projeto do conjunto do Pátio do Colégio <b>81</b>
Fig. 61	Imagem e notícia do desabamento da Igreja Bom Jesus 88

Fig. 62	Imagem e notícia do desabamento da Igreja Bom Jesus 88
Fig. 63	Imagens da demolição da Igreja Bom Jesus 91
Fig. 64	Imagens da demolição da Igreja Bom Jesus 91
Fig. 65	Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia com o relógio da Igreja Bom Jesus <b>101</b>
Fig. 66	Fachada da Igreja de São Gonçalo Garcia com pedra com o símbolo da Companhia de Jesus (IHS) <b>101</b>
Fig. 67	Estátua de Santo Inácio de Loiola <b>101</b>
Fig. 68	Estátua de São Francisco Xavier <b>101</b>
Fig. 69	Imagem do Nosso Senhor Bom Jesus 103
Fig. 70	Imagem do Nosso Senhor Bom Jesus, 2014 103
Fig. 71	Seminário Episcopal da Luz em 1895 103
Fig. 72	Cartão-postal da Igreja do Imaculado Coração de Maria, 1925 <b>105</b>
Fig. 73	Altar-mor da Igreja Bom Jesus em 14 de março de 1896 <b>106</b>
Fig. 74	Altar-mor da Igreja Bom Jesus readaptado na Igreja do Imaculado Coração de Maria <b>106</b>
Fig. 75	Imagem de Nossa Senhora da Conceição 108
Fig. 76	Imagem de Nossa Senhora da Conceição 108
Fig. 77	Imagem de São Paulo 109
Fig. 78	Altar da sacristia do Pátio do Colégio 109
Fig. 79	Imagem de São Jorge 111
Fig. 80	Imagem de São Jorge 111
Fig. 81	Pia de água benta 113
Fig. 82	Pia de água benta 113
Fig. 83	Coluna de talha vazada 113
Fig. 84	Coluna de talha vazada 113

Fig. 85	Coluna de talha vazada 113
Fig. 86	Mesa de madeira 114
Fig. 87	Mesa de madeira 114
Fig. 88	Lápide tumular 114
Fig. 89	Lápide tumular 114
Fig. 90	Folha do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> de 25 de janeiro de 1929 em comemoração do aniversário de fundação de São Paulo <b>116</b>
Fig. 91	Anuário da Federação das Congregações Marianas de São Paulo 118
Fig. 92	Foto do XX Retiro Fechado da FCM de São Paulo 118
Fig. 93	Missa realizada em 1948 em frente ao Palácio do Governo 119
Fig. 94	Missa realizada em 1948 em frente ao Palácio do Governo 119
Fig. 95	Panorama do evento do IV Congresso Eucarístico no Parque do Anhangabaú em 1942 119
Fig. 96	Anúncio do banco hipotecário Lar Brasileiro 121
Fig. 97	Fotografia do telhado da Secretaria de Educação sendo desmontado 122
Fig. 98	Fotografia da parede de taipa de pilão encontrada no local 122
Fig. 99	Demolição da Secretaria de Educação - Padre Fernando Pedreira e Professor José Nunes Vilhena <b>122</b>
Fig. 100	Padre Aristides Gréve e Altino Arantes 122
Fig. 101	Missa de inauguração da cabana primitiva 125
Fig. 102	Anúncio da Drogasil <b>126</b>
Fig. 103	Anúncio da construtora de imóveis São Paulo 126
Fig. 104	Capa da revista Paulistânia, 1951 <b>126</b>
Fig. 105	Capa da revista Paulistânia, 1954 <mark>126</mark>

### Lista de Mapas

<b>Mapa 3.1</b>	Mapa de localização dos lugares que receberam os objetos do Páteo do Colégio. Baseado na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897 <b>96</b>
<b>Mapa 3.2</b>	Mapa de localização dos lugares que receberam os objetos do Páteo do Colégio. Baseado na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897 99

### Lista de Tabelas

Tab. 3.1	Inventário de imagens pertencentes à Igreja do Colégio realizado em 1827 <mark>93</mark>
Tab. 3.2	Inventário de imagens pertencentes à Igreja do Colégio realizado em 1861 <mark>94</mark>
Tab. 3.3	Inventário de imagens pertencentes à Igreja do Colégio realizado por Moraes em 1979 <b>97</b>

## Referências

### Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **São Paulo:** Ensaios Entreveros. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2004.

ABUD, Kátia M. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante** 1985. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

AMERICANO, Jorge. São Paulo naquele tempo. São Paulo: Carrenho Editorial, 1957.

ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo. São Paulo: Ed. Olympio, 1954.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo. Síntese – Revista de Filosofia Volume 7, número 19, Rio de Janeiro. 1980.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social** *In*: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa.Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O museu paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP. Museu Paulista, 2005.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

\_\_\_\_\_. **Depoimento de moradores e visitantes / 1553-1958.** Registro 4. São Paulo: SMC, 1981.

BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade:** urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002.

CAMPOS, Eudes. **São Paulo antigo:** plantas da cidade. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 4 (20): set/out.2008 <a href="http://www.arquivohistorico.sp.gov.br">http://www.arquivohistorico.sp.gov.br</a> (consulta em 02.02.2015).

CANADO JUNIOR. Roberto dos Santos. **Embates pela memória:** a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio (1941-1979). 2014. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CANDIDO, Antônio. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática,1987.

CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. **Problemas Urbanísticos da Cidade.** Revista do Instituto de Engenharia. São Paulo, v. IX, n. 100, p. 154-156, dez.1950.

\_\_\_\_\_. O Pátio do Colégio. Revista do Ateneu Paulista de História. São Paulo, n.7, pp. 53 -61, 1970.

\_\_\_\_\_. "O Pátio do Colégio". **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. CLXXXVII, pp. 83-97, 1975.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Bem Morar em São Paulo, 1880-1910:** Ramos de Azevedo e os modelos europeus in Anais do Museu Paulista, v. 4. São Paulo, Museu Paulista, 1996.

CASTRO, Fernando Pereira de. **O Pátio do Colégio. Resumo Histórico e Projeto de Reconstrução** (Ópusculo de simples divulgação),São Paulo: Gráfica Reis. 1954.

CONDEPHAAT (São Paulo). **O sítio Urbano Original de São Paulo:** O Pátio do Colégio. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977. (Publicação nº 1).

CONTE, Marília Bonas. **A(s) vida(s) da pia de água benta da primeira igreja de São Paulo no Museu Paulista da USP.** 2011. Dissertação (Mestrado em museologia). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2011.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas. São Paulo: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade moderna. Anais do Museu Paulista, v. 14 n.2, p. 11-50, 2006.

DAMASCO, Paulo de. A Igreja e o socialismo violento ou moderado. **Revista A Ordem**. Rio de Janeiro.1938.

DONATO, Hernani. **Pateo do Collegio: Coração de São Paulo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Ed. Edusp.2012.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo:Annablume,2005.

FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun. Fontes para o estudo dos movimentos leigos da Igreja Católica no Brasil: 1920 - 1980. **Projeto história**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 7, 1987.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Edusp,2005.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. **Dicionário histórico-brasileiro pós-1930.**São Paulo: FGV Editora, 2001.

GINZBURG, Carlos. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário in Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.Companhia das letras. 1989.

KEHL, Luis Augusto Bicalho. Simbolismo e Profecia na Fundação de São Paulo. ( A casa de Piratininga). São Paulo: Ed. Terceiro Nome.2005.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Iconografia Paulistana do século XIX.** São Paulo: Ed. Capivara. 2003.

LANNA, Ana Lucia Duarte (coord.). **Cidades Universitárias:** patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp; Imesp; CPC, 2005.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v. il.1954.

LEMOS, Carlos. **Cinquenta anos de perpexidade** *In* CAMPOS, Candido Malta. GAMA, Lucia Helena, SACHETTA, Vladimir, (orgs). São Paulo Metrópole em trânsito. São Paulo: Senac, 2004..

LIMA, Solange Ferraz de. **Pátio do Colégio, Largo do Palácio**. São Paulo: Anais do museu paulista, 2003.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo. Uma cidade entre o passado e o futuro.** São Paulo:Ed. AnnaBlume. 2004.

LOMONACO, Maria Aparecida. **O Pátio do Colégio**. In: Eduardo Bueno (org), Os nascimentos de São Paulo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917.São Paulo:Annablume,2000.

LUIS, Washignton. **Capitania de São Paulo:** governo de Rodrigo Cesar Menezes. São Paulo: Casa Garraux, 1918.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente.** Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1975 [1746].

MARTINS, Antônio Egydio. **São Paulo Antigo 1554-1910.** São Paulo: Editora Livraria Francisco Alves. 1911.

MARX, Murillo. Nosso chão, do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989.

MELLO, Joana. Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros –  $n^{\circ}$  43, 2006.

MELLO, Regina Lara Silveira. Casa Conrado: Cem anos do vitral brasileiro. 1996.

Dissertação (Mestrado em artes). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Morfologia das cidades Brasileiras: Intodução ao estudo histórico da iconografia urbana**. Revista USP. São Paulo: CCS/USP,30: 144-155, jun./agos., 1996.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Dênis de. **Notas sobre imaginário Social e hegemonia cultural.** Rio de Janeiro: Revista do mestrado em comunicação, imagem e informação. UFF/RJ. N° 1. 1997.

MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. 1979 .

MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (de comunidade a Metrópole). SãoPaulo: Difusão Européia do Livro, 1954.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora**: evocações da metrópole. São Paulo: Editora Itatiaia. 1932.

NOGUEIRA, Emília (Viotti da Costa). **O movimento republicano em Itú. Os fazendeiros do oeste paulista e os pródromos do Movimento Republicano**. *In:* Revista de História. pp. 379- 405. São Paulo, n.20, 1954.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire:** la problématique des lieux. *In:* Pierre NORA (org). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. p. XXIV.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30.** 2007. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PICCOLI, Valéria. A pátria das minhas saudades: Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos de 1920 no Brasil. São Paulo: Edusp,2011.

PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de S. Paulo em 1900: impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

PONCIANO, Levino. Todos os centros da Paulicéia. São Paulo: SENAC,2007, pp.60-61.

POTTKER, Gisele. **ExLibirs**: Resgatando marcas bibliográficas no Brasil. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Design). Centro de Artes, Departamento de Design, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

QUARENTA, Edinilson A. O apóstolo pregresso e as alegorias da fundação: Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo: vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Via das Artes, 2004.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROMANO, Cristina de Toledo. **Santa Cecília:** uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulistana e da igreja católica entre 1895 e 1920. 2008. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALGADO, César. **O Pátio do Colégio - História de uma Igreja e de uma Escola.** São Paulo. Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

SAMPAIO, Teodoro. **A fundação da cidade de São Paulo**. São Paulo: Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, vol. 10, 1905.

SANTOS, Cesar Augusto dos. **O Colégio de Piratininga**: A influência da espiritualidade inaciana na fundação de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SILVA, Luis Octavio de Faria e. **Pátio do Colégio**: O centro de tradicional Paulistano. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

São Paulo: Editora FS. 2005.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante Era Vargas. In: Anais do XI Encontro Estadual de História. UFRGS. 2012.

SILVA, Tathianni Cristini da. A exposição histórica das comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo por Mario Neme. São Paulo: 2014.

SOUZA CAMPOS, Ernesto. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Edusp. 2004.

SOUZA, Ney de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil:** Méritos e Limites. São Paulo: Revista Cultura Teológica. V.15. N.55. 2006.

TAUNAY, Affonso de E. Velho São Paulo. São Paulo: Ed. Melhoramento. Vol.1. 1954.

TEIXEIRA, Gilberto Lopes. **A restauração e o colégio São Luís.** São Paulo: Simpósio Nacional – Bicentenario de restauração da Companhia de Jesus, 2014. Disponível no site: < http://www.bicentenariosj.com.br/>

THEODORO, Janice. **São Paulo 1554-1880 - discurso ideológico e organização espacial.** 1981. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

TOLEDO, Benedito Lima de. **SÃO PAULO – Três cidades em um século**. São Paulo: Cosac Naify – Ed.Duas cidades – 2004.

VILLAÇA, Antoni Carlos. **Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2006.

WERNWT, Augustin. **As igrejas de São Paulo** in PRADO, Antonio Arnoni; AMARAL, Aracy A. (orgs). História da Cidade de São Paulo. Volume 1. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2006.

WOLFF, Maria Cristina .Bem Morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus *In* Anais do Museu Paulista, v. 4. São Paulo, Museu Paulista, 1999.

#### Periódicos

4º CENTENÁRIO da Companhia de Jesus. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 01Out.1940.

4º CONGRESSO Eucarístico Nacional de São Paulo (4 a 7 de Setembro de 1942). **Revista Acrópole**, São Paulo, nº 53, ano 5, pp. 182-183, set. 1942.

A DEMOLIÇÃO da igreja do colégio. A Gazeta, São Paulo, p. 8, 03 set.1949.

A FUNDAÇÃO de São Paulo. O Estado de São Paulo, São Paulo, p.3, 13 out.1910.

A QUEDA do vandalo. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 2, 07 mar. 1891.

AQUELA secular parede que se multiplicou em milhões! **O Estado de São Paulo**, São Paulo. p.12, 25 jan. 1954.

ASYLO Nossa Senhora da Luz. O Correio Paulistano, São Paulo, p, 2, 23 nov. 1898.

AS COMEMORAÇÕES do 383º aniversario da fundação de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, s/p, 26 jan. 1937.

BARRETO, Plínio. Novos livros. O Estado de São Paulo, São Paulo. p. 3, 23 maio 1936.

CAMPANHA de gratidão aos fundadores de São Paulo. **O Diário da Noite.** s/p, 24 ago.1955.

CARTA de uma roceira. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 9, 29 ago. 1874.

CRUZEIRO de cedro no local da fundação. **O Diário da Noite**, São Paulo, p. 6, 07 abr. 1954.

DO SUPERIOR geral dos jesuítas ao governo paulista. **A Gazeta**,São Paulo, s/p, 17 fev. 1954.

DUAS paredes intactas de pau a pique e ripas de coqueiro! **A Gazeta**, São Paulo, p. 24, 18 nov.1953.

EGAS, Eugenio. São Paulo, a cidade. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 3 25 jan.1910.

EGREJA do collegio. **Correio Paulistano**, São Paulo, s/p, 20 set.1822.

GIGLIOTTI, Vicente Mario. Eu sou aquela cabana que a gente de Tibiriçá ergueu. **Última Hora**, São Paulo, s/p, 01 abr. 1954.

LANÇADA por antigos alunos dos jesuítas a Campanha de gratidão. **A Gazeta**, São Paulo, s/p, 15 mar. 1954.

MIL e quinhentas crianças vão visitar a cabana de Anchieta. **Jornal não identificado**. São Paulo, s/p, Acervo da Biblioteca do Pátio do Colégio, 02 jan.1954.

MONUMENTO comemorativo da fundação da cidade de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 01 ago. 1909.

MONUMENTO VIVO da história de São Paulo. Cogita-se de reerguer em breve a igreja que Anchieta fundou. **Diário de São Paulo**, São Paulo, s/p, 16 nov. 1952.

NOTAS e informações. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 1, 18 jul. 1986.

NOTICIÁRIO. Jornal da tarde, São Paulo, p. 3, 23 jan. 1879.

O DIA de São Paulo. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 6, 26 jan.1933.

O Estado de São Paulo, São Paulo, s/p, 19 fev. 1891.

O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 1, 24 mar. 1896.

O Estado de São Paulo, São Paulo, s/p, 18 julh. 1896.

O PATIO do colégio engalado. O Estado de São Paulo, p. 3, 25 jan. 1943.

PATEO do Collegio. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 8, 02 abr. 1936.

PATEO DO COLLEGIO. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 8, 07 abr. 1936.

PERFIL, Yukishigue Tamura: A felicidade do pioneiro. **Revista Apartes**, São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, jan./fev. 2014.

PICKEL, D. Bento José. As madeiras do Pátio do Colégio. **A Gazeta**, São Paulo, s/p, 7 out. 1953.

PUJOL, Alfredo. Igreja do Colégio. O Repórte, São Paulo, s/p, 18 mar. 1896.

QUEREM os professores construir no Pátio do Colégio o "Lar do Mestre". **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 dez. 1953.

RECOMENDADA a reintegração ao patrimonio do estado do terreno doado aos jesuítas. **A Gazeta**, São Paulo, s/p, 23 out. 1956.

RECONSTRUÇÃO da igreja de Anchieta no Pátio do Colégio. **A Gazeta**, São Paulo, s/p, 08 ago. 1945.

REZENDE, Moura. Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 26 jan. 1954.

SEMINARIO Episcopal. O Commercio de São Paulo, São Paulo, p. 1, 09 nov. 1900.

UMA VALIOSA exposição Anchietana no Pátio do Colégio. **A Gazeta**, São Paulo, p. 3, 06 jun. 1954.

VIEIRA, Antonio Paim. A Igreja do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3. 24 jan. 1943.

#### **Documentos**

A.S.I.A. (São Paulo). Estatuto da Federação Brasileira das Associações dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus. São Paulo,1941.

ATAS de reuniões da Associação dos antigos alunos da Companhia de Jesus. São Paulo, 1929 - 1980.

ATA da história do Santuário do Imaculado Coração de Maria. Livro 1.São Paulo,1933.

ALMEIDA, João Mendes de. **Carta endereçada à Cúria metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 20 mar. 1896.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO (São Paulo). **Documentos avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo,1952.

**OS ANTIGOS alunos dos jesuítas e a evangelização**. São Paulo: Ed. Loyola. Coleção Documenta S.J.. Volume 5 1988.